

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO/SC



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014
PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

Florianópolis, março de 2015

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO/SC

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

Relatório de Gestão do exercício 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, alterada pela Instrução Normativa 72/2013, da Decisão Normativa TCU n.º 134/2013, da Portaria TCU n.º 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Secretaria de Planejamento e Gestão

Florianópolis, 13 de março de 2015.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI – Assessoria de Controle Interno
ALMOX – Setor de Almoxarifado
AMATRA - Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho
APE – Assessoria de Projetos Estratégicos
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASCRI – Assessoria de Controle Interno
ASSOR – Assessoria Orçamentária
ASJUR – Assessoria Jurídica
ATM - Auto-Atendimento
ATS – Adicional de Tempo de Serviço
CAEM – Central de Atendimento e Execução de Mandados
CCAUD – Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria
CEP – Código de Endereçamento Postal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFIN – Coordenadoria de Finanças
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COLEOUV - Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho
CONAP – Núcleo Permanente de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de 1º Grau
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CR – Corregedoria
CRI - Comissão de Regimento Interno
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CSV - Comma Separated Values
CUJ - Comissão de Uniformização de Jurisprudência
DBR – Declaração de Bens e Renda
DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho
DIGER – Direção-Geral da Secretaria
DN – Decisão Normativa
DORT – Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho
EAD – Ensino a Distância
ENAMAT - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
ESCJUD - Escola Judicial e de Administração Judiciária
FATMA - Fundação de Amparo e Tecnologia do Meio Ambiente
FC – Função Comissionada
FUNPRESP-JUD - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
GAPRE – Gabinete da Presidência
GAS – Gratificação de Atividade de Segurança
GP – Gabinete da Presidência
GRPS – Guia de Recolhimento da Previdência Social
GPS - Guia da Previdência Social
GT – Grupo de trabalho
IGov - Índice de Governança
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPCA-E - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IST - Índice de Segurança Técnica
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
JT/SC – Justiça do Trabalho de Santa Catarina
LOA – Lei Orçamentária Anual
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPT – Ministério Público do Trabalho
MS – Mandado de Segurança
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NBR - Denominação de norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
NPO – Núcleo de Projetos e Obras
OAB/SC – Ordem dos Advogados do Brasil/ Seção Santa Catarina
OCI – Órgão de Controle Interno
PAA – Plano Anual de Auditoria
PAB - Posto de Atendimento Bancário
PAE – Parcela Autônoma de Equivalência
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI – Plano Estratégico Institucional
Pje - JT – Processo Judicial Eletrônico – Justiça do Trabalho
PLS - Projeto de Lei do Senado
PROAD – Processo Administrativo Virtual
PTRES - Programa de Trabalho Resumido
PSSS - Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal
RA – Resolução Administrativa
RA – Relatório de Auditoria
RAE – Reunião de Análise Estratégica
RDI – Requisição de Documentos e Informações
RFB - Receita Federal do Brasil
RIP – Relatório Imobiliário Patrimonial
RITCU – Regimento Interno do Tribunal de Contas da União
RP – Requisição de Pagamento
RRA - Rendimentos Recebidos Acumuladamente
SA - Solicitação de Auditoria
SABD – Setor de Administração de Banco de Dados
SAD – Secretaria de Estado de Administração
SAF – Sistema de Assentamentos Funcionais Digitais
SAJUD – Setor de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciários
SAP1 – Sistema de Acompanhamento de Processos de 1º Grau
SAP2 – Sistema de Acompanhamento de Processos de 2º Grau
SASER – Serviço de Assistência aos Servidores
SASOS – Serviço de Administração de Sistemas Operacionais Suporte aos Recursos de Informática
SATS – Setor de Aferição de Tempo de Serviço
SAV – Setor de Averbação
SCD – Serviço de Capacitação e Desenvolvimento
SCI – Setor de Comunicações Internas
SCI – Secretaria de Controle Interno
SEADM – Setor de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos
SEC – Setor de Cadastro
SECAD – Secretaria Administrativa
SECAF – Setor de Cadastro de Fornecedores
SECAP – Serviço de Cadastramento e Protocolo
SECAR – Serviço de Cadastro e Registro de Pessoal

SECOD – Setor de Compra Direta
SECON - Secretaria de Controle da Justiça do Trabalho
SECON – Setor de Contratos
SECONT - Setor de Contabilidade
SECOP - Setor de Conservação de Prédios
SECOR – Secretaria da Corregedoria
SEDES – Serviço de Desenvolvimento de Sistemas
SEDIG – Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos
SEDIGI – Setor de Digitalização de Documentos
SEDIS – Serviço de Distribuição dos Feitos de 1ª Instância e Centralização de Mandados
SEDT - Setor de Diárias e Indenização de Transporte
SEDJUR – Serviço de Documentação, Divulgação e Jurisprudência
SEENF – Setor de Enfermagem
SEEST – Serviço de Estatística
SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEGEB – Setor de Gestão de Benefícios
SEGED – Setor de Geração de Documentos e Fluxos de Dados
SEGEP – Secretaria-Geral da Presidência
SEGESB – Setor de Gestão de Benefícios
SEGESP – Serviço de Gestão de Processo de Trabalho
SEINFO – Secretaria de Informática
SEINT – Setor de Internet e Intranet
SEJUD – Secretaria Judiciária
SELAD – Setor de Liquidação e Análise da Despesa
SELAT – Serviço de Legislação e Averbação de Tempo de Serviço
SELCO – Serviço de Licitações e Compras
SELIC – Setor de Preparo de Licitações
SELMI – Setor de Legislação de Magistrados
SELSE – Setor de Legislação de Servidores
SEMAP – Serviço de Material e Patrimônio
SEMAR - Setor de Marcenaria
SEMAT – Setor de Material
SEMED – Setor Médico e Fisioterapêutico
SEMEG – Setor de Manutenção de Equipamentos Gerais
SEMEI – Setor de Manutenção de Equipamentos de Informática
SEMEL - Setor de Manutenção Elétrica
SEMPRO – Serviço de Movimentação Processual e Registro de Sessões
SEODO – Setor Odontológico
SEPAC – Serviço de Promoção e Acesso de Pessoal
SEPAG - Setor de Empenho e Pagamento
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Gestão
SEPPP – Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal
SEPRO – Serviço Processual
SEPSI – Setor Psicológico
SEREDE – Setor de Instalação e Manutenção de Redes de Informática
SERF – Setor de Registro de Frequência
SERGE – Serviços Gerais
SERHU – Secretaria de Recursos Humanos
SERREC – Serviço de Recursos
SEROM – Serviço de Obras e Manutenção
SESOP – Setor de Administração de Sistemas Operacionais
SESS – Setor de Serviço Social

SETORC - Setor de Orçamento e Administração Financeira
SETRI – Secretaria do Tribunal Pleno
SETUR - Secretaria das Turmas (1ª, 2ª e 3ª)
SFP - Sistema de Folha de Pagamento
SG – Solvência Geral
SGD - Setor de Guarda de Documentos
SIAD – Sistema de Apoio à Tomada de Decisão
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Sistemas de Informações de Custos
SICONV – Sistemas de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGEST – Sistema de Gestão Estratégica
SINTRAJUSC– Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIREC - Sistema de Registro Cadastral
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessão
SLP – Setor de Lotação de Pessoal
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF – Serviço de Orçamento e Finanças
SPA – Setor de Promoção e Acesso
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRH – Sistema de Recursos Humanos
SSU – Setor de Suporte ao Usuário
STA - Setor de Treinamento e Desenvolvimento
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SUP – Sistema Único de Protocolo da JT/SC
TCU – Tribunal de Contas da União
TRF – Tribunal Regional Federal
TRT/SC – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina
TST – Tribunal Superior do Trabalho
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UF – Unidade Federativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Judiciária
UO – Unidade Orçamentária
URV – Unidade Real de Valor
USO - Unidade de Suporte Operacional
VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada
VT – Vara do Trabalho

LISTA DE TABELAS

TABELA I - QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	14
TABELA II - QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS....	16
TABELA III - QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICO	19
TABELA IV – COMITÊS E COMISSÕES.....	22
TABELA V – ATIVIDADES DE AUDITORIA.....	27
TABELA VI – CUMPRIMENTO DAS PRINCIPAIS AÇÕES E METAS DO PAA-2014.....	28
TABELA VII – CORREIÇÕES 2014.....	32
TABELA VIII – QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	34
TABELA IX – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	42
TABELA X – QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS	49
TABELA XI - QUADRO A.5.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	51
TABELA XII – QUESTIONÁRIO DA META 2	56
TABELA XIII – META 1 JT-SC.....	56
TABELA XIV - QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO	57
TABELA XV – QUADRO A.5.5 – VARIAÇÕES CUSTOS	62
TABELA XVI – QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	64
TABELA XVII - QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	66
TABELA XVIII - QUADRO A.6.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	67
TABELA XIX - QUADRO A.6.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS TOTAL	68
TABELA XX – QUADRO A.6.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	70
TABELA XXI – QUADRO A.6.1.3.5 - DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	71
TABELA XXII – QUADRO A.6.1.3.6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	72
TABELA XXIII - QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE	73
TABELA XXIV - QUADRO A.6.3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	74
TABELA XXV - QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM ANTERIORES	74
TABELA XXVI - QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	76
TABELA XXVII - Quadro A.6.6.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	76
TABELA XXVIII - QUADRO A 6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	77
TABELA XXIX - QUADRO A.6.8.1– REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	79
TABELA XXX - QUADRO A.6.8.2 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA..	80
TABELA XXXI - QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ	82
TABELA XXXIII – NÃO INCLuíDOS NA DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	83
TABELA XXXIV - QUADRO A.7.1.1.3- DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ.....	84
TABELA XXXV – AFASTAMENTOS POR TIPO	85
TABELA XXXVI – CURSOS DA ÁREA JUDICIÁRIA	87
TABELA XXXVII – TURMAS DE CURSOS E PALESTRAS.....	89
TABELA XXXVIII – EVENTOS PRESENCIAIS	89
TABELA XXXIX – EVENTOS EAD.....	90
TABELA XL – EVENTOS COM INSTRUTORES INTERNOS.....	90
TABELA XLI – EVENTOS EXTERNOS	90
TABELA XLII – EVENTOS 2014.....	91
TABELA XLIII - QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL	92
TABELA XLIV - QUADRO A.7.1.5.1 – VACÂNCIAS 2010-2014	94
TABELA XLV - SERVIDORES EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO TRT DA 12ª REGIÃO	96
TABELA XLVI – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	97
TABELA XLVII – % SERVIDORES TREINADOS 2014	98
TABELA XLVIII – CUSTO DE TREINAMENTO POR HORA	98
TABELA XLIX – INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO POR PARTICIPANTE	98

TABELA L – Nº TOTAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO/Nº TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS.....	98
TABELA LI - QUADRO A.7.2.1- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	99
TABELA LII - QUADRO A.7.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	100
TABELA LIII - QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	101
TABELA LIV - ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS DO TRT12.....	103
TABELA LV – QUADRO A.8.2.1- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	105
TABELA LVI - QUADRO A.8.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	106
TABELA LVII - QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	109
TABELA LVIII - QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	127
TABELA LIX - QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014	132
TABELA LX – QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	141
TABELA LXI - QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	142
TABELA LXII - QUADRO A.11.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	146
TABELA LXIII - QUADRO A.11.2.1- RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	151
TABELA LXIV - QUADRO A.11.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	163
TABELA LXV - QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	170
TABELA LXVI - QUADRO A.11.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014.....	171
TABELA LXVII - QUADRO A.11.5 –DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	171
TABELA LXVIII - QUADRO A.12.4.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	173

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
<u>INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO</u>	14
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	14
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	14
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	15
1.3 Organograma Funcional	16
1.4 Macroprocessos Finalísticos	19
2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA	22
2.1 Estrutura de Governança	22
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	26
2.3 Sistema de Correição.....	30
2.3.1 Correições.....	31
2.3.2 Processos de competência exclusiva da Corregedoria.....	34
2.3.3 Orientações normativas expedidas	34
2.3.4 Despesas com viagens de Inspeções Correcionais Ordinárias	34
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	34
2.5 Remuneração Paga a Administradores	36
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	37
3.1 Canais de acesso do cidadão	37
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	38
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	38
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	39
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	39
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	40
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	41
4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada.....	41
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	42
5.1 Planejamento da unidade.....	42
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	45
5.2.1 Programa Temático	45
5.2.1.1 Análise Situacional	45
5.2.2 Objetivo	45
5.2.2.1 Análise Situacional	45
5.2.3 Ação	45
5.2.3.1 Ações - OFSS	49
5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS	51
5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	51
5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI	51
5.2.3.5 Análise Situacional.....	52
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	52
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	57
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços	62
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	64
6.1 Programação e Execução das despesas.....	64
6.1.1 Programação das despesas	64

6.1.1.1	Análise Crítica.....	65
6.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa	66
6.1.3	Realização da Despesa.....	68
6.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – Total.....	68
6.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	69
6.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	70
6.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	71
6.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	71
6.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	72
6.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa	73
6.2	Despesas com ações de publicidade e propaganda	73
6.3	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	74
6.3.1	Análise Crítica.....	74
6.4	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	74
6.4.1	Análise Crítica.....	75
6.5	Transferências de Recursos	75
6.6	Suprimento de Fundos	76
6.6.1	Concessão de Suprimento de Fundos.....	76
6.6.2	Utilização de Suprimento de Fundos.....	76
6.6.3	Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	77
6.6.4	Análise Crítica.....	78
6.7	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	78
6.8	Gestão de Precatórios	79
6.8.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta	79
6.8.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta.....	80
6.8.3	Análise Crítica.....	81
7.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	82
7.1	Estrutura de pessoal da unidade	82
7.1.1	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	82
7.1.2	Qualificação e capacitação da Força de Trabalho	86
7.1.2.1.	Eventos de Capacitação	89
7.1.2.1.1	Eventos Internos.....	89
7.1.2.1.2.	Eventos Externos.....	90
7.1.2.2.	Resultado dos Eventos de Capacitação	91
7.1.3.	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	92
7.1.4	Irregularidades na área de pessoal.....	93
7.1.4.1	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	93
7.1.4.2	Terceirização Irregular de Cargos.....	93
7.1.5	Riscos identificados na gestão de pessoas	93
7.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	95
7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	99
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	99
7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	100
7.2.3	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2	101
7.2.4	Contratação de Estagiários	101
7.3	Medidas Adotadas para Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento	102
8.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	103
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	103
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	105
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	105
8.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	106
8.2.2.1	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União.....	109
8.2.3	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	126
8.2.4.	Análise Crítica	127

8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros	127
9.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	129
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	129
10.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	141
10.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	141
11.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	142
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	142
11.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	142
11.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	146
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	151
11.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	151
11.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	163
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	170
11.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	170
11.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	171
11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	171
11.5	Alimentação SIASG E SICONV	171
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	172
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	172
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	172
12.3	Conformidade Contábil	172
12.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis ..	173
12.4.2	Declaração com Ressalva	173
12.5	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	173
12.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	174
12.7	Composição Acionária das Empresas Estatais	174
12.7.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida	174
12.7.2	Composição Acionária da UJ como Investidora	174
12.8	Relatório de Auditoria Independente	174
13.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	175
13.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	175
	<u>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</u>	187
	<u>ANEXOS</u>	188

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão consiste na apresentação de ações e projetos desenvolvidos no âmbito da Justiça do Trabalho de Santa Catarina e na demonstração da utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição, no período de janeiro a dezembro de 2014, sob a administração dos Desembargadores Edson Mendes de Oliveira, Presidente, Viviane Colucci, Vice-Presidente, e Gracio Ricardo Barboza Petrone, Corregedor Regional.

As atividades realizadas pautaram-se pela fiel observância às atribuições e determinações definidas na Constituição da República, na Consolidação das Leis do Trabalho, no Regimento Interno, no Plano Plurianual e no Plano Estratégico, com destaque para as ações relevantes desenvolvidas com o propósito de oferecer aos jurisdicionados da 12ª Região uma justiça cada vez mais ágil e eficaz.

A Justiça Trabalhista em 1ª Instância é exercida em 60 Varas do Trabalho: 07 em Florianópolis; 05 em Joinville; 04 em Blumenau; 04 em Criciúma; 04 em Chapecó; 03 em Itajaí; 3 em São José; 03 em Lages; 02 em Balneário Camboriú; 02 em Brusque; 02 em Jaraguá do Sul; 02 em Rio do Sul; 02 em Tubarão; 01 em Araranguá, Caçador, Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Fraiburgo, Imbituba, Indaial, Joaçaba, Mafra, Navegantes, Palhoça, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Timbó, Videira e Xanxerê.

A tramitação processual em 26 Varas do Trabalho ocorre por meio do Processo Judicial Eletrônico – PJe, distribuídas nos seguintes municípios: Chapecó, Florianópolis, Joinville, Lages, Navegantes, São José, Palhoça e Brusque.

Foi instalada, em 22-08-2014, a 2ª Vara do Trabalho de Brusque, juntamente com a implantação da tramitação processual do PJe no Foro. Das 04 (quatro) Varas do Trabalho criadas pela Lei nº 12.658/2012 - VT de Palhoça, 3ª e 4ª VTs de Chapecó e 2ª VT de Brusque -, essa era a única que ainda não havia sido instalada até o início do ano de 2014. Mencionada Lei criou, ainda, 04 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho (Titular de VT), 32 (trinta e dois) cargos de Analista Judiciário e 16 (dezesesseis) cargos de Técnico Judiciário. Não foram criados cargos em comissão e funções comissionadas para as novas VTs, o que exigiu a reestruturação de algumas unidades de apoio administrativo e de 1º Grau.

O presente Relatório está estruturado seguindo os itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 134/2013 e utilizando os quadros e orientações contidos na Portaria TCU n.º 90/2014. Expõe as informações gerais sobre a gestão apresentando sua estrutura; a governança, relatando as atividades correccionais e de controle interno; o relacionamento com a sociedade; os resultados do Planejamento Estratégico, incluindo metas nacionais e regionais; apresenta a Execução Orçamentária da Despesa em sua programação e classificação por grupos e modalidades; mostra dados e informações sobre a gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos; discrimina os bens da gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário e analisa, por meio de questionários, a gestão de TI, o uso dos recursos renováveis e a sustentabilidade ambiental. Apresenta, ainda, resultados de como foram tratadas as deliberações do TCU atendidas no exercício e das recomendações do Controle Interno, identificando cada recomendação e apresentando análise crítica da adoção da providência.

As tabelas estão numeradas sequencialmente na ordem em que aparecem no texto, seguidas pelo número do quadro dos modelos estabelecidos pela Portaria TCU 90/2014. Os seguintes quadros referenciados pela Portaria TCU 90/2014 não foram apresentados neste Relatório por tratarem de situações não ocorridas no exercício ou que não se aplicam a este Tribunal: A.1.1.2, A.1.1.3, A.1.1.4, A.5.2.1, A.5.2.2, A.5.2.3.2, A.5.2.3.3, A.6.1.3.2, A.6.1.3.4, A.6.5.1, A.6.5.2, A.6.5.3, A.6.5.4, A.7.1.4.2, A.8.2.3, A.12.4.1.

No tópico relacionado a outras informações sobre a gestão, são apontadas algumas das ações relevantes que ocorreram no ano de 2014 e que não foram mencionadas nos tópicos anteriores. Destacam-se: a atuação da Assessoria de Comunicação – ASCOM; os eventos de incentivo à conciliação e execução trabalhista; as ações de treinamento, orientação e suporte ao PJe; as atividades voltadas à melhoria da qualidade de vida no trabalho do servidor; a implantação do modelo de Gestão por Competências de forma progressiva e participativa; o aprimoramento e desenvolvimento de novos sistemas de informação; as obras em andamento e concluídas em 2014 e a elaboração de estudos para dar continuidade à tramitação dos processos de criação de cargos de juiz e funções comissionadas, assim como elaboração de novos estudos para criação de mais cargos de juiz substituto, cargos efetivos de servidores e unidades judiciárias (VT, Gabinetes).

Edson Mendes de Oliveira
Desembargador do Trabalho-Presidente

ANEXOS

ANEXO I - Organograma da JT/SC

ANEXO II - Empresas que Recolheram GRU

ANEXO III - Detalhamento dos Contratos Consolidados

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão consiste na apresentação de ações e projetos desenvolvidos no âmbito da Justiça do Trabalho de Santa Catarina e na demonstração da utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição, no período de janeiro a dezembro de 2014, sob a administração dos Desembargadores Edson Mendes de Oliveira, Presidente, Viviane Colucci, Vice-Presidente, e Gracio Ricardo Barboza Petrone, Corregedor Regional.

As atividades realizadas pautaram-se pela fiel observância às atribuições e determinações definidas na Constituição da República, na Consolidação das Leis do Trabalho, no Regimento Interno, no Plano Plurianual e no Plano Estratégico, com destaque para as ações relevantes desenvolvidas com o propósito de oferecer aos jurisdicionados da 12ª Região uma justiça cada vez mais ágil e eficaz.

A Justiça Trabalhista em 1ª Instância é exercida em 60 Varas do Trabalho: 07 em Florianópolis; 05 em Joinville; 04 em Blumenau; 04 em Criciúma; 04 em Chapecó; 03 em Itajaí; 3 em São José; 03 em Lages; 02 em Balneário Camboriú; 02 em Brusque; 02 em Jaraguá do Sul; 02 em Rio do Sul; 02 em Tubarão; 01 em Araranguá, Caçador, Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Fraiburgo, Imbituba, Indaial, Joaçaba, Mafra, Navegantes, Palhoça, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Timbó, Videira e Xanxerê.

A tramitação processual em 26 Varas do Trabalho ocorre por meio do Processo Judicial Eletrônico – PJe, distribuídas nos seguintes municípios: Chapecó, Florianópolis, Joinville, Lages, Navegantes, São José, Palhoça e Brusque.

Foi instalada, em 22-08-2014, a 2ª Vara do Trabalho de Brusque, juntamente com a implantação da tramitação processual do PJe no Foro. Das 04 (quatro) Varas do Trabalho criadas pela Lei nº 12.658/2012 - VT de Palhoça, 3ª e 4ª VTs de Chapecó e 2ª VT de Brusque -, essa era a única que ainda não havia sido instalada até o início do ano de 2014. Mencionada Lei criou, ainda, 04 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho (Titular de VT), 32 (trinta e dois) cargos de Analista Judiciário e 16 (dezesesseis) cargos de Técnico Judiciário. Não foram criados cargos em comissão e funções comissionadas para as novas VTs, o que exigiu a reestruturação de algumas unidades de apoio administrativo e de 1º Grau.

O presente Relatório está estruturado seguindo os itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 134/2013 e utilizando os quadros e orientações contidos na Portaria TCU n.º 90/2014. Expõe as informações gerais sobre a gestão apresentando sua estrutura; a governança, relatando as atividades correccionais e de controle interno; o relacionamento com a sociedade; os resultados do Planejamento Estratégico, incluindo metas nacionais e regionais; apresenta a Execução Orçamentária da Despesa em sua programação e classificação por grupos e modalidades; mostra dados e informações sobre a gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos; discrimina os bens da gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário e analisa, por meio de questionários, a gestão de TI, o uso dos recursos renováveis e a sustentabilidade ambiental. Apresenta, ainda, resultados de como foram tratadas as deliberações do TCU atendidas no exercício e das recomendações do Controle Interno, identificando cada recomendação e apresentando análise crítica da adoção da providência.

As tabelas estão numeradas sequencialmente na ordem em que aparecem no texto, seguidas pelo número do quadro dos modelos estabelecidos pela Portaria TCU 90/2014. Os seguintes quadros referenciados pela Portaria TCU 90/2014 não foram apresentados neste Relatório por tratarem de situações não ocorridas no exercício ou que não se aplicam a este Tribunal: A.1.1.2, A.1.1.3, A.1.1.4, A.5.2.1, A.5.2.2, A.5.2.3.2, A.5.2.3.3, A.6.1.3.2, A.6.1.3.4, A.6.5.1, A.6.5.2, A.6.5.3, A.6.5.4, A.7.1.4.2, A.8.2.3, A.12.4.1.

No tópico relacionado a outras informações sobre a gestão, são apontadas algumas das ações relevantes que ocorreram no ano de 2014 e que não foram mencionadas nos tópicos anteriores. Destacam-se: a atuação da Assessoria de Comunicação – ASCOM; os eventos de incentivo à conciliação e execução trabalhista; as ações de treinamento, orientação e suporte ao PJe; as atividades voltadas à melhoria da qualidade de vida no trabalho do servidor; a implantação do modelo de Gestão por Competências de forma progressiva e participativa; o aprimoramento e desenvolvimento de novos sistemas de informação; as obras em andamento e concluídas em 2014 e a elaboração de estudos para dar continuidade à tramitação dos processos de criação de cargos de juiz e funções comissionadas, assim como elaboração de novos estudos para criação de mais cargos de juiz substituto, cargos efetivos de servidores e unidades judiciárias (VT, Gabinetes).

Edson Mendes de Oliveira
Desembargador do Trabalho-Presidente

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

TABELA I - QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Justiça do Trabalho			Código SIORG: --
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC			
Denominação Abreviada: TRT da 12ª Região			
Código SIORG: --	Código LOA: 15113	Código SIAFI: 080013	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 02.482.005/0001-23	
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423000
Telefones/Fax de contato:	(48) 3216-4000	(48) 3222-5055 (fax)	
Endereço Eletrônico: seplan@trt12.jus.br			
Página na Internet: http://www.trt12.jus.br			
Endereço Postal: Rua Esteves Júnior, 395 - Centro – Florianópolis - SC - CEP: 88.015-905.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal. O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região foi criado pela Lei n.º 6.928, de 7 de julho de 1981, com jurisdição no Estado de Santa Catarina.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno deste Tribunal da 12ª Região. Aprovado em 22-5-2003 e publicado no Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina em 10-7-2003, com vigência a partir de 1º-8-2003 e posteriores alterações.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regulamento Geral. Aprovado na Ata da Sessão Administrativa n.º 03/2004 em 19/02/2004 e publicado no Diário Oficial Eletrônico de Santa Catarina em 16-02-2007.			

Fonte: SEPLAN

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Compete ao Tribunal Regional da 12ª Região processar e julgar nos termos do art. 114 da Constituição Federal, no âmbito do Estado de Santa Catarina:

- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
- os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

A finalidade do Tribunal Regional da 12ª Região está explícita em sua missão institucional, definida quando da elaboração do seu Planejamento Estratégico, “Realizar justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho”, e em sua visão institucional - “Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência na prestação dos serviços e pela credibilidade, até 2014”.

Para cumprir sua missão constitucional e alcançar sua visão estratégica, o Tribunal definiu objetivos estratégicos, classificados entre os temas Eficiência Operacional, Acesso à Justiça e Efetividade, Alinhamento e Integração, Atuação Institucional, Responsabilidade Institucional, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia e Orçamento. Os objetivos estratégicos são os orientadores da execução das ações desenvolvidas e encontram-se apresentados a seguir.

Objetivos Estratégicos do TRT 12ª Região:

- Aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho.
- Aprimorar continuamente a gestão de custos operacionais.
- Promover a adequada lotação dos servidores nas unidades, priorizando a 1ª instância.
- Aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão.
- Promover a efetividade no cumprimento das decisões.
- Promover o alinhamento estratégico e a integração de todas as unidades.
- Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos.
- Aprimorar a comunicação com o público interno e externo.
- Fortalecer as relações com Instituições públicas e privadas.
- Promover a responsabilidade socioambiental.
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos juízes e servidores, com foco na estratégia.
- Melhorar continuamente o clima organizacional.
- Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.
- Garantir a disponibilidade, a atualização, a ampliação e a integração dos sistemas de TI.
- Buscar a excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia.
- Assegurar recursos orçamentários necessários ao funcionamento da Instituição.

Fonte: SEPLAN

1.3 Organograma Funcional

O organograma constante do Anexo I permite o entendimento da representação orgânica da Instituição, indicando os órgãos que a compõe e sua hierarquia.

Construído com base no Regimento Interno, de 1º de agosto de 2003, e no Regulamento Geral deste TRT, de 19 de fevereiro de 2004, com algumas alterações posteriores por meio de Resoluções Administrativas, o organograma funcional compreende Secretarias, Serviços, Núcleos e Setores e informa as atribuições das unidades da Instituição, conforme segue:

TABELA II - QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Período de Atuação: 01-01 a 31-12-2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo
PRESIDÊNCIA	Dirigir e representar o Tribunal na forma estabelecida no seu Regimento Interno.	Desembargador Edson Mendes de Oliveira	Presidente
Vice-Presidência	Auxiliar o Presidente do Tribunal na execução das atribuições a ele conferidas, além de substituir o Presidente e o Corregedor sempre que necessário.	Desembargadora Viviane Colucci	Vice-Presidente
Corregedoria Regional	Exercer correição permanente, ordinária e extraordinária, geral e parcial, sobre os órgãos de primeiro grau.	Desembargador Gracio Ricardo Barboza Petrone	Corregedor-Regional
Desembargadores do Trabalho	Operacionalizar o processo judicial trabalhista de 2º Grau, abrangendo o julgamento e revisão das decisões proferidas nos processos trabalhistas de 1ª instância.	Desembargadores (18)	
Escola Judicial do TRT da 12ª Região	Realizar cursos regulares de preparação, formação, treinamento, aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação de magistrados, promovendo também quaisquer atividades culturais que visem ao aprimoramento das funções judicantes e administrativas.	Desembargadora Viviane Colucci	Direção
Ouvidoria	Garantir um canal de comunicação entre o Tribunal e a sociedade, propondo soluções decorrentes das oportunidades de melhorias identificadas nos âmbitos externo e interno.	Desembargadora Viviane Colucci	Ouvidora
Secretaria Geral da Presidência (SEGEP)	Unidade de assistência direta e imediata ao Presidente do Tribunal, tem por finalidade contribuir para o desempenho das atividades administrativas e de representação da Presidência, apoiar o relacionamento externo do Tribunal.	Christiane Reis Odebrecht	Secretário-Geral da Presidência CJ-04
Direção Geral da Secretaria (DIGER)	Planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar os serviços administrativos do Tribunal, em conformidade com a orientação estabelecida pelo Presidente e com as deliberações do Tribunal.	Ageu Raupp	Diretor-Geral da Secretaria CJ-04

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo
Secretaria do Tribunal Pleno (SETRI)	Orientar, coordenar e supervisionar as atividades concernentes à distribuição dos processos de segundo grau, de natureza recursal e originária, secretariar as sessões solenes, as sessões de julgamento e de deliberações administrativas do Tribunal Pleno, bem como coordenar e supervisionar o plantão judiciário do 2º Grau.	Roberto Carlos de Almeida	Secretário do Tribunal Pleno CJ-04
Secretaria da Corregedoria (SECOR)	Fiscalizar, disciplinar e orientar os serviços judiciários de primeiro grau, zelando pelo bom funcionamento da Justiça.	Renata Jorge Rosa	Secretário da Corregedoria CJ-03
Gabinete da Presidência	Dar suporte operacional à Secretaria-Geral da Presidência, bem como protocolar, receber, encaminhar e arquivar os expedientes administrativos de competência da Presidência.	Silvana Schaarschmidt	Assessor da Presidência CJ-03
Gabinete da Vice-Presidência	Assessorar o Vice-Presidente na solução de processos sujeitos a seu despacho ou deliberação.	Felipe Krusser Primo	Assessor CJ-02
Seção Especializada 1 (SEÇÃO 1)	Coordenar e supervisionar a execução dos trabalhos relacionados à tramitação e julgamento dos processos de sua competência.	Ana Lúcia Caminha Correa	Assessor CJ-02
Seção Especializada 2 (SEÇÃO 2)		Maria Cristina Profes Franco	Assessor CJ-02
Secretaria da 1ª Turma (SETUR 1)	Coordenar as atividades judiciárias de apoio aos magistrados integrantes da Turma, bem como executar as atividades diretamente ligadas a preparo, registro e divulgação das sessões de julgamento.	Luciana Ferro Borini	Secretário de Turma CJ-03
Secretaria da 2ª Turma (SETUR 2)		Jefferson Neri Corbari	Secretário de Turma CJ-03
Secretaria da 3ª Turma (SETUR 3)		Dimitry Aquino do Nascimento	Diretor de Secretaria CJ-03
Secretaria Judiciária (SEJUD)	Planejar, orientar e coordenar a execução das atividades relativas ao processamento e a execução dos despachos e decisões nos processos de recursos à instância superior, bem como as atividades de receber, protocolar, classificar e autuar os processos de natureza recursal e originária.	Carlos Becker de Aquino	Diretor de Secretaria CJ-03
Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAN)	Auxiliar a administração do Tribunal na concepção, execução e acompanhamento de sua estratégia.	Fernanda Gomes Ferreira	Diretor de Secretaria CJ-03
Secretaria de Informática (SEINFO)	Planejar e coordenar diretrizes e soluções de tecnologia da informação e comunicação, de segurança da informação, de armazenamento de dados, de suporte e infraestrutura.	Gustavo Bestetti Ibarra	Diretor de Secretaria CJ-03
Secretaria de Recursos Humanos (SERHU)	Planejar, coordenar e desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus	Vanessa Gesser de Miranda	Diretor de Secretaria CJ-03

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo
	consectários, capacitação e avaliação de desempenho no âmbito do Tribunal.		
Secretaria Administrativa (SECAD)	Planejar e supervisionar as atividades de logística, licitações, contratações e aquisições, orçamento e finanças, contabilidade, segurança, transporte, projetos, manutenção e conservação predial.	Paulo Cesar Dias	Diretor de Secretaria CJ-03
Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)	Realizar os serviços de comunicação social, prestar assessoramento às autoridades do Tribunal junto à mídia e assegurar a boa imagem institucional do Tribunal perante a sociedade.	Vanderlei Luiz Ricken	Assessor de Comunicação Social CJ-03
Assessoria de Controle Interno (ASCRI)	Planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades de controle interno no âmbito do Tribunal, contemplando as ações de auditoria, fiscalização, avaliação de gestão, bem como o acompanhamento da execução orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal quanto aos princípios legais e constitucionais que regem a administração pública.	Sidônio Jacintho de Oliveira Neto	Assessor da Presidência CJ-03
Assessoria Jurídica (ASJUR)	Analisar os assuntos jurídicos que lhe sejam submetidos, bem como examinar e aprovar minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios e outros ajustes, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.	Ana Paula Volpato Wronski	Assessor da Presidência CJ-03
Varas do Trabalho	Operacionalizar o processo judicial trabalhista de 1º Grau, abrangendo a distribuição dos processos, a fase de conhecimento, a fase de execução, o cumprimento de diligências externas, o encaminhamento de cartas precatórias e a concretização da prestação jurisdicional.	Magistrados Titulares (60); Magistrados Substitutos (54); Diretores de Secretaria (60)	

Fonte: SEGESP/SEPLAN

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Compreendem o conjunto de processos de trabalho que geram produto ou serviço ao cliente externo, essenciais à existência da Instituição.

TABELA III - QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICO

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Prestação Jurisdicional de 1º Grau	Operacionalizar o processo judicial trabalhista de 1º Grau, abrangendo a distribuição dos processos, a fase de conhecimento, a fase de execução, o cumprimento de diligências externas, o encaminhamento de cartas precatórias e a concretização da prestação jurisdicional.	<p>Processo: Distribuição dos processos Subprocesso: Distribuição de petições iniciais</p> <p>Subprocesso: Recebimento e cadastro de outros expedientes Subprocesso: Preparação da ação</p> <p>Processo: Conhecimento Subprocesso: Audiência Subprocesso: Pós-sentença Subprocesso: Procedimentos especiais</p> <p>Processo: Execução Subprocesso: Liquidação Subprocesso: Citação, penhora e avaliação</p> <p>Subprocesso: Embargos Subprocesso: Formalização da praça / leilão Subprocesso: Embargos de terceiros</p> <p>Processo: Cumprimento de diligências externas Processo: Encaminhamento de cartas precatórias</p> <p>Processo: Concretização da prestação jurisdicional</p> <p>Subprocesso: Extinção da obrigação</p>	<p>Advogados Varas do Trabalho Gabinetes de Desembargadores Órgãos Judicantes MPT AGU Entes Públicos Federais Jurisdicionados Sociedade</p>	Secretaria das Varas do Trabalho

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		<p>por acordo</p> <p>Subprocesso: Liberação de crédito e pagamento de despesas</p> <p>Subprocesso: Finalização do processo</p>		
Prestação Jurisdicional de 2º Grau	Operacionalizar o processo judicial trabalhista de 2º Grau, abrangendo a validação e solução de expedientes, o cadastramento e distribuição, o julgamento, o pós-julgamento, as diligências e providências e a publicação e notificação e ou intimação.	<p>Processo: Validação e solução de expedientes</p> <p>Processo: Cadastramento e distribuição</p> <p>Subprocesso: Cadastramento de ações e recursos</p> <p>Subprocesso: Distribuição de processos</p> <p>Subprocesso: Ações de competência exclusiva ou conhecimento prévio</p> <p>Subprocesso: Processamento de precatórios</p> <p>Processo: Julgamento</p> <p>Subprocesso: Relatoria/Revisão</p> <p>Subprocesso: Preparação para julgamento</p> <p>Subprocesso: Sessão de julgamento</p> <p>Processo: Pós-julgamento</p> <p>Subprocesso: Fase recursal</p> <p>Subprocesso: Execução em processos de competência originária</p> <p>Subprocesso: Finalização dos processos</p> <p>Processo: Diligências e providências</p> <p>Subprocesso: Audiências</p> <p>Subprocesso: Parecer do MPT</p> <p>Subprocesso: Processamento de pedido de sequestro/ intervenção</p> <p>Subprocesso: Mandados de Constatação e Reintegração e Alvará de Soltura ou Contra Ordem de Prisão/Salvo</p>	<p>Advogados</p> <p>Varas do Trabalho</p> <p>Gabinetes de Desembargadores</p> <p>Órgãos Judicantes</p> <p>MPT</p> <p>AGU</p> <p>Entes Públicos Federais</p> <p>Jurisdicionados</p> <p>Sociedade</p>	<p>Presidência;</p> <p>Gabinete dos Desembargadores (18);</p> <p>Secretaria do Tribunal Pleno;</p> <p>Seções Especializadas 1 e 2;</p> <p>Secretaria da 1ª, 2ª e 3ª Turmas;</p> <p>Secretaria Judiciária;</p>

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		<p>Conduto (em caráter de excepcionalidade) Subprocesso: Carta Precatória, de Ordem e Rogatória ***Subprocesso: Guia de depósito e alvará judicial</p> <p>Subprocesso: Diligências diversas Subprocesso: Formação de autos suplementares para execução</p> <p>Processo: Publicação e notificação/intimação</p>		
Atendimento ao Público e Outros Órgãos	Atendimento e suporte aos jurisdicionados e demais usuários no uso de serviços e sistemas disponibilizados e utilizados pelo Tribunal.	<p>Processo: Atermação Processo: Fornecimento de certidões/documentos Processo: Informações diretas ao público Processo: Consulta aos autos arquivados</p>	<p>Advogados MPT AGU Entes Públicos Federais Jurisdicionados Sociedade</p>	<p>Secretaria do Tribunal Pleno; Seções Especializadas 1 e 2; Secretaria da 1ª, 2ª e 3ª Turmas; Secretaria Judiciária; Ouvidoria; Secretaria das Varas do Trabalho</p>
Gestão do Arquivamento	Conjunto de procedimentos técnicos e operacionais referentes às atividades de classificação, avaliação e arquivamento dos documentos, visando sua eliminação ou recolhimento à guarda permanente.	<p>Processo: Arquivamento de autos Processo: Desarquivamento de autos Processo: Devolução dos autos Processo: Destinação final</p>	<p>Advogados Varas do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho MPT AGU Entes Públicos Federais Jurisdicionados Sociedade</p>	<p>Secretaria Judiciária; Secretaria das Varas do Trabalho</p>

Fonte: SEGESP/SEPLAN

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança e o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle (transparência, *accountability* e normas) postos em prática pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à prestação de serviços à sociedade e à melhoria de seu desempenho, são apresentadas a seguir, classificadas de acordo com os seguintes temas:

1. Estrutura – definição de unidades e comitês de apoio à governança interna.
2. Estratégia – estabelecimento de políticas de gestão que permita o alinhamento de operações à estratégia e possibilite aferir o alcance dos objetivos do TRT.
3. Liderança – assegurar a adequada capacitação dos gestores e a gestão das competências
4. Controle:
 - a. Transparência – acesso à informação
 - b. *Accountability* – conjunto de mecanismos e processos para prestar contas. Promoção da transparência.
 - c. Normas e regulamentos – conjunto de regramentos de apoio à governança.

1. Estrutura

- Delegação de competências relativas a procedimentos administrativos no âmbito do TRT da 12ª Região, regida atualmente pela Portaria 178/2014, que considera níveis hierárquicos e atende aos objetivos estratégicos “Aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho” e “Aprimorar continuamente a gestão de custos operacionais”.
- Publicação de Portarias criando Comitês, Comissões e procedimentos com vistas ao aprimoramento da estrutura de governança deste Tribunal, conforme exemplos abaixo citados.

TABELA IV – COMITÊS E COMISSÕES

Portaria GP n. 165/2014	Dispõe sobre a criação do Comitê de Acompanhamento Orçamentário do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em cumprimento ao art. 7º da Resolução nº 195/2014 , do CNJ.
Portaria PRESI n. 399/2014	Institui as Unidades Gestoras de Orçamento , os prazos e os procedimentos relativos à gestão orçamentária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.
Portaria GP n. 65/2012 Portaria GP n. 154/2014	Institui o Comitê do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho e-Gestão no âmbito deste Regional.
Portaria Presi n. 400/2014	Designa servidores como responsáveis pela conformidade de registro de gestão , conforme dispõe a Instrução Normativa n. 6/2007, da STN .
Portaria GP n. 38/2013	Dispõe sobre o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região .

Portaria GP nº 1/2014	Designa servidores para, sob presidência da Exma. Desembargadora do Trabalho-Vice-Presidente, comporem a Comissão de Ouvidoria e fazer cessar, a partir desta data, os efeitos das designações constantes da Portaria GP 198-2012.
Portaria PRESI nº 4/2014	Designa servidores, para comporem Comissão com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação de procedimentos administrativos disciplinares.
Portaria GP nº 46/2014	Designa servidoras, para compor a Comissão de Estudos Prévios dos novos critérios a serem adotados nas promoções de Magistrados.
Portaria PRESI nº 233/2014 RA n. 14/2014	Designa os membros para compor o Comitê Gestor Regional de acordo com a Resolução nº 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça.
Portaria Presi n. 705/2009	Designa servidores para compor a comissão de revisão de prontuários médicos deste Tribunal, em atenção aos termos da Resolução CFM n. 1.638/2002.
Portaria Presi n. 41/2010	Designa servidores para compor a comissão de avaliação de desempenho deste Tribunal.
Portaria Presi Nº 307/2014	Dispõe sobre o Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
Portaria Presi Nº 423/2014	Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Gerencial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
Portaria Presi Nº 178/2014	Delega competências relativas a procedimentos administrativos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
Portaria PRESI nº 385/2013	Designa servidores qualificados para comporem comissão permanente de avaliação de documentos, CPAD , e cessa os efeitos da Portaria PRESI nº 56/2010.
Portaria Presi n. 244/2010	Designa servidores para comporem a comissão de recebimento de prestação de serviços e/ou execução de obras , conforme estabelece a Lei n. 8.666/1993.
Portaria Presi n. 384/2010	Institui comissão encarregada da elaboração do plano de obras e do disciplinamento do sistema de priorização de obras do TRT da 12ª Região, conforme Resolução n. 114/2010 do CNJ.
Portaria Presi n. 196/2005 Portaria Presi n. 515/2005	Institui no âmbito da 12ª Região da Justiça do Trabalho, a Comissão de Avaliação para Fins de Remoção, Readaptação e Restrições Funcionais.
RA n. 12/2014	Aprova os nomes dos Exmos. Desembargadores do Trabalho Jorge Luiz Volpato e Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira (suplente) para integrarem a Comissão de Regimento Interno.
Portaria Presi n. 70/2011	Institui o Comitê de Sistemas Judiciários , encarregado do exame das questões relativas aos sistemas de acompanhamento processual e seus auxiliares, e regulamenta seu funcionamento.
RA n. 08/2014	Designa os membros da Comissão de Uniformização de Jurisprudência.
Portaria GP nº 4/2014 Portaria GP nº 6/2014 Portaria PRESI nº 40/2014 Portaria GP nº 156/2014	Designa os membros que comporão a Comissão de Tecnologia da Informação do TRT da 12ª Região.
Portaria GP n. 247/2012 Portaria GP n. 39/2013 Portaria PRESI nº 17/2014	Institui Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, sob a orientação da Comissão de tecnologia da Informação deste Regional.
Portaria GP n. 257/2012 Ato GP n. 35/2013	Institui o Comitê Gestor Regional do PJe no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
Portaria Presi n. 65/2014	Dispõe sobre o Instituto da Remoção para servidores lotados no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. MODIFICADA pela Portaria PRESI nº 336/2014 e pela Portaria PRESI Nº 362/2014.
Portaria Presi Nº 61/2011	ALTERA a Portaria PRESI n.º 1.565, de 24 de novembro de 2008 , publicada no Boletim de Serviço nº 48/2008, que trata dos cargos em comissão e das funções comissionadas de natureza gerencial no âmbito do TRT 12ª. REVOGADA pela Portaria PRESI nº 423/2014.
Portaria Presi n. 178/2012	Institui o Comitê Regional de Gestão de Pessoas por Competências do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e designa seus membros.
Portaria Presi Nº 161/2014	Dispõe sobre as diretrizes básicas para implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no âmbito da Justiça do Trabalho da 12ª Região. Disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico deste Regional em 15/05/2014, considera-se publicada em 16/05/2014. MODIFICADA pela Portaria PRESI nº 351/2014.

Portaria SERHU nº 53/2014	Designa os membros para compor a Comissão Permanente de Licitações no período de 21-03-2014 a 20-03-2015.
Portaria Presi nº 335/2014	Designa os servidores, que menciona, para comporem Comissão de Recebimento de Materiais de Consumo e/ou Permanente , e torna sem efeito, a partir desta data, as designações constantes na Portaria Presi nº 318/2013 .

Fonte: SEPLAN

2. Estratégia

Para ampliar a participação na elaboração do Plano Estratégico - 2015 a 2020, o CNJ estabeleceu, por meio da Portaria CNJ nº 138/2013, a Rede de Governança Colaborativa do Judiciário, formada por um Comitê Gestor Nacional e Comitês Gestores de cada segmento de Justiça, sendo que nos segmentos de Justiça com maior número de Tribunais a Rede trabalha com Subcomitês.

A Resolução CNJ nº 198/2014 aprovou o planejamento estratégico do Poder Judiciário para o sexênio 2015-2020. Com o objetivo de alinhar o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho às diretrizes do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, foi instituída, pelo Ato nº 294/2014 do CSJT, a Rede de Governança Colaborativa da Estratégia da Justiça do Trabalho, que inclusive revogou o Ato CSJT.GP.SE nº 193/2009, que definia o modelo de Planejamento e Gestão Estratégica do CSJT.

Por conseguinte, nos termos do Ato 294/2014 supracitado, foi publicado pelo CSJT o Ato nº 298/2014 dispoendo sobre a composição do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho, apresentando a coordenação conjunta pelo Juiz do Trabalho Alexandre Luiz Ramos, gestor de metas do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e pelo Coordenador de Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

- Coordenação conjunta do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho, representado pelo Juiz do Trabalho Alexandre Luiz Ramos, gestor de metas do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Publicação da Portaria GP nº 225, de 1º de outubro de 2014, que dispõe sobre o modelo de elaboração do Planejamento Estratégico Participativo 2015-2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em face da finalização do ciclo do Planejamento Estratégico 2008-2014 deste Tribunal, visando o alinhamento estratégico às diretrizes do CNJ e CSJT. A portaria institui, ainda, a Rede de Governança Colaborativa, composta pelo Comitê Gestor Regional, responsável pela Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, e pelos Juízes Auxiliares da Presidência, com a competência de auxiliar o Comitê de Gestão Estratégica na elaboração e avaliação do Planejamento Estratégico Participativo 2015-2020 deste Regional.
- Participação de magistrados e servidores na elaboração do Planejamento Estratégico Institucional e no acompanhamento da execução do Plano Estratégico e publicação de página do Planejamento Estratégico e seus resultados.
- Implementação da Política de Priorização do 1º grau, conforme determina Resolução CNJ 194/2014. Para tanto, foi instituído pela Portaria PRESI nº 233/2014 o Comitê Gestor Regional.
- Instituição do Comitê Gestor Regional, pela Portaria PRESI nº 233/2014, para gestão e implementação da Política de Priorização do 1º grau no âmbito de sua atuação, conforme determina Resolução CNJ 194/2014.

Foram realizadas duas reuniões do Comitê, nas datas de 18-08-14 e 16-09-14. Como resultado foi encaminhado ao CNJ, por meio de ofício, em 29-09-2014, o Plano de Ação do Comitê, que estabeleceu o seguinte:

- 1- Participação do Comitê Gestor Regional na Rede de Governança Colaborativa e na elaboração do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional da 12ª Região;

- 2- Realização de pesquisa pelos Membros do Comitê Gestor Regional para levantar as necessidades do primeiro grau, na visão dos magistrados e dos servidores;
 - 3- Validação, em evento específico da Escola Judicial, das demandas levantadas em 2013 pelos magistrados de primeiro grau;
 - 4- Apresentação das demandas e debate sobre sua priorização para os devidos encaminhamentos.
- Publicação das metas estratégicas do Tribunal, com detalhamento por unidades judiciárias, possibilitando, assim, melhor acompanhamento de desempenho pelas unidades.

3. Liderança

- Capacitação recorrente dos gestores do Tribunal em competências gerenciais, o que contribui com a disseminação dos conceitos e fundamentos públicos e estratégicos, como gestão de pessoas (gestão por competências), gestão de processos e gestão de projetos.
- Expansão do Programa de Gestão por Competências. Foi realizada a avaliação das competências dos Diretores de VT, com a elaboração do PDI pelos participantes. Após, foram mapeados os cargos gerenciais da Sede e avaliados seus ocupantes, que se encontram em fase de construção dos PDIs.

4. Controle

4.1 Transparência

- Publicação dos atos de gestão em Boletim Informativo Diário, encaminhado a todos os magistrados e servidores por e-mail.
- Disponibilização dos atos regulamentadores nas páginas eletrônicas das áreas e no link Legislação, classificando-os inclusive por Atos e Portarias.
<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/legislacao/intranet/index.jsp>

4.2 Accountability

- Sistemas automatizados de execução orçamentária, pagamento de pessoal, gestão de pessoas (autoatendimento de férias, licenças, designação, dispensa e substituição de funções, frequência, diárias), suprimentos e serviços, tramitação de expedientes administrativos, central de serviços de informática, gestão da estratégia.
- Participação de magistrados e servidores na elaboração de normas procedimentais por meio da formação de comissões multidisciplinares que também acompanham a gestão de recursos de tecnologia da informação; da segurança da informação; da expansão do Processo Judicial Eletrônico – Pje; da lotação e remoção de servidores; da segurança patrimonial e de pessoas; da ouvidoria; da conformidade de registro de gestão; do inventário de bens móveis, imóveis e almoxarifado, entre outras comissões.
- Desenvolvimento de relatórios gerenciais por meio de Sistema de Inteligência Organizacional.

- Prática de instauração de sindicâncias para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.
- A estrutura de Governança do Tribunal também conta com a unidade de Controle Interno, a Assessoria de Controle Interno, com estrutura e ações detalhadas no item 2.2 a seguir.
- Na mesma linha dos anos anteriores, no ano de 2014 foram respondidos os seguintes questionários para o índice iGov: Questionário de Governança Pública, que visa ao levantamento de informação sobre boas práticas de governança pública; e Questionário de Governança de TI 2014, que visa ao levantamento de informação sobre a adoção das práticas de governança de TI na Administração Pública Federal. As pesquisas estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.tcu.gov.br/perfilgov>.

4.3 Normas e regulamentos

- Normas que observam as regulamentações superiores e regulam internamente os procedimentos relativos às áreas que compõem o sistema administrativo: financeira/orçamentária, gestão de pessoas, suprimentos e serviços, tecnologia da informação e gestão da estratégia. Podem-se citar alguns dos procedimentos normatizados internamente: planejamento estratégico, indenizações, suprimentos de fundos, pagamento de diárias, ressarcimento de despesa com transporte, fornecimento de passagens a magistrados e servidores, calendário orçamentário, averbações e concessões de vantagens e benefícios, estágios, lotações de servidores, remoções de servidores, licenças, férias, assistência à saúde, licitações, dispensas ou inexigibilidades, fiscalização e execução contratuais, uso de veículos oficiais e atividades de transporte, controle de uso do telefone com utilização de senha pessoal, gestão dos imóveis e segurança da informação.

Fonte: SEPLAN

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Assessoria de Controle Interno do TRT da 12ª Região foi criada pela Resolução Administrativa nº 39/1993, estando vinculada à presidência do Tribunal, que tem o nome de seu titular, a cada biênio de administração, indicado pelo Desembargador do Trabalho-Presidente ao e. Tribunal Pleno, que ratifica ou não o nome do servidor para o desempenho da atribuição de Assessor de Controle Interno.

As atribuições da Assessoria de Controle Interno do TRT da 12ª Região estão regulamentadas pela Portaria GP nº 41/2014, obedecendo a disposições das Resoluções CNJ nºs 86/2009 e 171/2013, recomendações contidas no Acórdão nº 1074/2009-TCU-Plenário e na Decisão CNJ 0201047-40.2.00.0000.

A Decisão CNJ, acima citada, que aprovou o Parecer nº 02/2013 SCI/Presi/CNJ, dentre várias demandas, determinou a realização de estudos e apresentação de resultados, no prazo de 150 dias, para *que a unidade de controle interno tenha, no mínimo, a mesma estrutura funcional e hierárquica das unidades auditadas, observada a especialização derivada da competência de cada órgão do Poder Judiciário.*

A matéria foi tratada inicialmente no Proad nº 2612/2013 e, atualmente no 3208/2014, sendo que até o final do exercício a questão não obteve definição, ante as dificuldades encontradas pela administração em alocar funções comissionadas para respaldar a nova estrutura exigida.

Para tanto, conforme o Proad 13471/2014, a Administração formalizou proposta de anteprojeto de lei para criação de cargos efetivos e de funções comissionadas para algumas

estruturas do TRT, aprovada pela RA 21/2014 do TRT da 12ª Região, encaminhando-a ao CSJT pelo Ofício SEGEP nº 1535, de 28.11.2014.

No exercício de 2014 a lotação da Assessoria de Controle Interno estava constituída por 6 (seis) servidores.

A estratégia de atuação foi definida no Plano de Auditoria de Longo Prazo 2014-2017 e no Plano Anual de Auditoria de 2014, ambos com publicação no sítio do Órgão, através do [link http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ASCRI/extranet/ascrj.jsp](http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ASCRI/extranet/ascrj.jsp), bem como o processo de trabalho de auditoria.

Para este exercício foram previstas ações de controle dos atos de gestão de pessoas, de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, auditoria especial em diárias e passagens com recursos descentralizados pelo CSJT, ações coordenadas de controle e auditoria determinadas pelo CNJ e CSJT, bem como ações relativas à gestão estratégica e à prestação de contas.

Como trabalhos relevantes cabe destacar também a elaboração e organização das peças complementares, referentes ao exercício de 2013, que integraram a prestação de contas dos responsáveis pelos atos de gestão do TRT da 12ª Região, formalizada através do processo virtual PROAD nº 4548/2014, cujas constatações foram relacionadas nos diversos itens integrantes do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013.

Execução da Ação Coordenada de Auditoria, conforme Proads nºs 13201/2013 e 13665/2014, determinada pelo CNJ e CSJT, com o objetivo de avaliar o modelo de contratação e gestão de soluções de tecnologia da informação, conforme Resolução CNJ nº 182/2013, tendo sido analisados os documentos relacionados aos planejamentos estratégicos do órgão e de tecnologia da informação, ao plano diretor de TI e ao plano de contratações de TI, além de 6 (seis) processos de contratação de soluções de TI, concluindo a equipe de auditoria pela implementação dos procedimentos exigidos na referida Resolução por este Regional.

Atendimento da Ação Coordenada de Auditoria, determinada pelo CSJT, conforme Requisição de Documentos e Informações (RDI CCAUD/CSJT nº 81/2014) e Proad 7302/2014, referente à verificação da efetiva utilização de servidores *blades* e *softwares* a eles vinculados, finalizado em 07.08.2014, com remessa dos resultados de auditoria à Coordenadora de Controle e Auditoria do CSJT.

As atividades de auditoria realizadas no exercício e que merecem destaque, além daquelas constantes dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 do presente Relatório de Gestão, onde estão registrados os resultados alcançados, observaram o planejamento e o cronograma estabelecido do Plano Anual de Auditoria de 2014, sendo formalizados por meio de processos administrativos virtuais (PROAD), a seguir relacionados.

TABELA V – ATIVIDADES DE AUDITORIA

AUDITORIAS DO EXERCÍCIO DE 2014			
PROAD	DESCRIÇÃO	INICIO	FINAL
3870/2014	Relatório de Auditoria de MARÇO/2014 na folha de pagamento	22.04.2014	21.07.2014
10739/2014	Relatório de Auditoria de SETEMBRO/2014 na folha de pagamento	03.10.2014	19.12.2014
15052/2014	Relatório de Auditoria de DEZEMBRO/2014 na folha de pagamento	30.12.2014	Pendente
6649/2014	Relatório de Auditoria de JUNHO/2014 em concessões de adicional de insalubridade ou periculosidade	30.06.2014	19.12.2014
6773/2014	Relatório de Auditoria de JULHO/2014 em concessões de abono permanência	03.07.2014	14.07.2014
13269/2014	Relatório de Auditoria de NOVEMBRO/2014 em concessões de abono permanência	13.11.2014	Pendente
7029/2014	Relatório de Auditoria de JULHO/2014 em averbações de tempo de contribuição	09.07.2014	07.08.2014

14659/2014	Relatório de Auditoria de DEZEMBRO/2014 em averbações de tempo de contribuição	15.12.2014	Pendente
8555/2014	Relatório de Auditoria de JULHO/2014 em aquisições na modalidade pregão	13.08.2014	Pendente
14129/2014	Relatório de Auditoria de DEZEMBRO/2014 em aquisições na modalidade pregão	03.12.2014	19.12.2014
7090/2014	Relatório de Auditoria de JULHO/2014 em concessões de suprimento de fundos com utilização de cartão corporativo do governo federal	10.07.2014	14.07.2014
14380/2014	Relatório de Auditoria de DEZEMBRO/2014 em concessões de suprimento de fundos com utilização de cartão corporativo do governo federal	09.12.2014	15.12.2014
6946/2014	Relatório de Auditoria de JULHO/2014 em aquisições por dispensa - compra direta	09.07.2014	15.07.2014
14327/2014	Relatório de Auditoria de DEZEMBRO/2014 em aquisições por dispensa - compra direta	05.12.2014	15.12.2014
12123/2014	Relatório de Auditoria de OUTUBRO/2014 em contratos de locação	03.11.2014	Pendente
11908/2014	Relatório de Auditoria de OUTUBRO/2014 em aquisições por inexigibilidade e contratos derivados	31.10.2014	26.12.2014

Fonte: ASCRI

O grau de cumprimento das principais ações e metas estabelecidas no PAA-2014 está sintetizado nos quadros abaixo.

TABELA VI – CUMPRIMENTO DAS PRINCIPAIS AÇÕES E METAS DO PAA-2014

Ações	Meta Prevista (%)	Meta Efetivada (%)
Auditar atos de admissão de pessoal concursado	100	Cumprida
Auditar atos de concessão de aposentadorias e pensões	100	Cumprida
Auditar atos de revisão de aposentadoria e de pensão	100	Cumprida
Auditar atos de concessão de abono permanência*	30	32,73
Auditar averbações de tempo de contribuição**	25	38,66
Auditar concessões de indenização de licença-prêmio por assiduidade	100	Cumprida
Parecer e envio ao TCU, sistema Sisac, dos atos de admissão, concessão e alteração de aposentadorias e pensões	100	Cumprida
Auditar concessão e pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade	100% dos pagamentos entre abr/13 e abr/14	Cumprida
Auditar folhas de pagamento normais, incluídos magistrados e servidores, ativos, inativos e pensionistas	3 meses	Cumprida

* Total formalizado entre janeiro e outubro 2014, 55, auditados 18.

** Total formalizado entre janeiro e outubro/2014, 119, auditados 46.

Ações	Meta Prevista (%)	Total	Auditados	Meta Efetivada (%)
Auditar aplicação de suprimento de fundos (cartão de pagamento do governo federal)	25% abertos de janeiro a outubro	53	17	32,08
Auditar processos de aquisição por compra direta	10% abertos de janeiro a outubro	218	25	11,47
Auditar processos licitatórios na modalidade pregão	15% abertos de janeiro a outubro	63	10	15,87
Auditar processos/contratos de locação de imóveis vigentes no exercício	20% dos vigentes no exercício	13	4	30,77

Auditar contratações por inexigibilidade, excetuadas contratações de serviços públicos e de treinamentos	20% dos vigentes no exercício	24	6	25,00
--	-------------------------------	----	---	-------

Foram auditados e emitidos pareceres sobre os seguintes atos: de admissão de pessoal, 151; de concessão de aposentadoria inicial e de revisão, 68; de concessão de pensão inicial, 7; de concessão de indenização de licença-prêmio, 40.

Na mesma quantidade, os atos sujeitos a apreciação de legalidade pelo TCU, foram encaminhados àquela Corte por meio do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac, na forma e nos prazos estabelecidos pela Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Para o exercício de 2014, foram previstas ações de capacitação com a participação de servidores em pelo menos um curso, destacando-se os seguintes: auditoria governamental, oferecido pelo CNJ/CSJT; gestão de risco, avaliação de sistemas de controle interno, *balanced scorecard*, tomada e prestação de contas anuais, além da participação no Programa Continuoado de Capacitação em Licitações e Contratos, que contou com temas como noções básicas de licitações e contratos, análise de mercado, elaboração de projeto básico e termo de referência e fiscalização de contratos.

Em relação aos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada, no âmbito do TRT12 a Secretaria de Planejamento e Gestão, com lotação de quatorze servidores, é responsável por apoiar a construção e análise dos indicadores estratégicos do Tribunal, além de consolidá-los, oferecendo à Administração cenários que possibilitem alocar os recursos físicos, financeiros, tecnológicos e humanos. Vinculados a esta Secretaria, o Serviço de Estatística, com lotação de quatro servidores, gerencia a operacionalização no TRT12 do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão) e a Assessoria de Projetos Estratégicas, com lotação de dois servidores, gerencia a utilização do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (SIGEST).

Destaca-se que o TRT12 foi agraciado pelo CNJ em 10.11.2014 na categoria Ouro do Selo Justiça em Números, prêmio que objetiva incentivar os tribunais a aperfeiçoar a qualidade das informações que alimentam o “Justiça em Números” e reconhecer o esforço daqueles que investiram na gestão de informação buscando atingir níveis de excelência, qualidade e confiabilidade dos dados. A análise realizada pelo CNJ para a premiação avalia os sistemas de coleta, produção e disseminação de dados estatísticos.

Cita-se ainda que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho definiu por meio da Resolução CSJT nº 145/2014, a utilização dos índices iGovPessoas, iGovTI e iGov, calculado pelo TCU, como indicadores de metas previstas no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2015 a 2020.

Em relação aos dados utilizados para os indicadores, identifica-se a existência de uma série de controles objetivando sua confiabilidade, como padronização de procedimentos em sistemas, algoritmos de checagem de dados em sistemas, geração de relatórios com comparação de dados para identificar inconsistências, verificação de dados por parte do CSJT e CNJ, orientações às Unidades Judiciárias por parte da Corregedoria a partir de situações identificadas, existência de glossário de metas do CNJ que auxilia a dirimir dúvidas interpretativas, além de oferecimento de capacitação para os servidores.

Preocupada com a qualidade das informações que servem de base, entre outros, para a aferição dos indicadores de gestão, a administração do TRT12 impulsionou no exercício de 2014 vários processos administrativos para solucionar alguns itens críticos, buscando mecanismos para conferir maior confiabilidade dos indicadores para a tomada de decisões, citando-se como exemplo o estudo de migração do Boletim Estatístico de Juiz para o e-Gestão, que é o sistema oficial de estatística da Justiça do Trabalho, coordenado pelo CSJT, e a implantação no TRT12 dos sistemas de correição virtual, desenvolvido no TRT23, e de correição colaborativa, do TRT21.

Observa-se que de maneira geral os controles existentes são adequados, possibilitando a utilização dos indicadores como instrumentos para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada.

Atualmente, avalia-se que os maiores riscos para a confiabilidade das informações são derivados da multiplicidade de sistemas e necessidade de consolidação dos dados, com a utilização de programas extratores, que necessitam definição precisa de critérios para efetuar a conversão dos registros entre os sistemas. Assim, certas informações, por exemplo, do PJ-e, ainda não constam do e-Gestão exigem análise por outros sistemas e, dentre aquelas que constam, algumas podem ter seus critérios de extração alterados pelo CSJT, modificando seu resultado e dificultando a comparação com a série histórica. Especificamente quanto ao PJ-e, entende-se que o aperfeiçoamento do sistema extrator pelo CSJT e consequente concentração das informações no sistema e-Gestão trará maior confiabilidade aos dados.

Fonte: ASCRI

2.3 Sistema de Correição

A Corregedoria é órgão do Tribunal, conforme disposto no inc. V do art. 3º do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, e é dirigida pelo Corregedor.

Cabe à Corregedoria exercer as funções de orientação, correição permanente, ordinária e extraordinária, geral e parcial, sobre os órgãos de primeiro grau, visando assegurar o regular funcionamento da justiça e a disciplina judiciária. A atribuição do cargo de Corregedor encontra-se definida no art. 34 do Regimento Interno do TRT da 12ª Região, aprovado em 22-05-2003, publicado no DJ-SC de 10-07-2003 e vigência a partir de 1º-08-2003.

A Corregedoria, no decorrer de 2014, além de desenvolver suas atribuições essenciais, realizando inspeções correcionais em todas as Unidades de 1º Grau, recepcionando, instruindo e processando os feitos de sua competência (Correição Parcial, Pedido de Providências e Expedientes), e atendendo aos jurisdicionados, também definiu seu Plano Estratégico para o período 2014-2016, realizando iniciativas que o integram. Na oportunidade, foi explicitada a Visão de futuro da Corregedoria para 2016, e foram definidos os objetivos e as ações para lograr êxito no alcance do almejado.

O Plano Estratégico da Corregedoria está alinhado às diretrizes estratégicas do CNJ, da Justiça do Trabalho e do TRT 12ª Região, e poderá sofrer adequação, em 2015, ao Planejamento Institucional que se encontra em prazo final de sua vigência.

O período 2014-2016 foi escolhido tendo em vista a existência de uma curva de aprendizagem de parte da equipe, em especial dos servidores que integram a coordenação da Secretaria da Corregedoria, que, na maioria das gestões, são indicados pelo Corregedor eleito. Desta forma, a ideia é que o Plano Estratégico, definindo linhas de atuação para 2014 a 2016, contribua, também, com a próxima gestão (2015-2017), propiciando ferramentas que facilitem a continuidade dos serviços durante a mencionada curva de aprendizagem, que, respeitada a formação da equipe de trabalho, em média ocorre durante o primeiro semestre do primeiro ano de atuação da nova gestão. O Plano Estratégico encontra-se disponibilizado no link:

<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/secor/extranet/menu/documentos/PLANOESTRATEGIACOCORREGEDORIA-2014-2016.pdf>

De forma sucinta, as iniciativas estratégicas realizadas visaram ao aprimoramento do processo de gestão da Corregedoria; à instalação de sua sede em espaço físico que permitisse melhores condições de atendimento aos jurisdicionados e o melhor desempenho dos processos de trabalho a ela afetos; ao desenvolvimento de metodologia para realização de inspeções nas Unidades Judiciárias cujos processos tramitam por meio do Processo Judicial Eletrônico – PJe; à identificação de novas soluções tecnológicas que viabilizassem a geração de relatórios gerenciais extraídos do PJe, com o objetivo de auxiliar as Varas do Trabalho no melhor gerenciamento da tramitação processual naquele sistema.

Fonte: SECOR

2.3.1 Correições

Das 60 (sessenta) Varas do Trabalho que integram a jurisdição da 12ª Região, 58 (cinquenta e oito) foram correcionadas em 2014.

As VTs não inspecionadas foram a 3ª de Lages e a 2ª de Brusque. A 3ª VT de Lages foi instalada em 25.11.2013, data muito próxima à realização da correição naquele Foro em 2014, configurando-se período de tempo insuficiente para a identificação das características da movimentação processual na Unidade, tendo, todavia ocorrido visita por parte do Corregedor àquela VT, conforme relatório disponibilizado na página deste Órgão na *Internet*. Com relação à 2ª VT de Brusque, sua instalação em 22.8.2014 foi posterior à realização da inspeção correcional ordinária naquele município em 2014 (30.4.2014).

Além das Varas do Trabalho, foram correcionados 7 (sete) Serviços de Distribuição dos Feitos de 1ª Instância e Centralização de Mandados e 5 (cinco) Centrais de Atendimento e Execução de Mandados.

Do total das Varas do Trabalho correcionadas (58), em 24 (vinte e quatro) Unidades os processos tramitam por meio do Processo Judicial Eletrônico – PJe, fato que representou desafio para a Corregedoria, em virtude de tratar-se de um novo sistema e não existir a prática recorrente de exame de processos que nele tramitam, o que impôs a adequação do modelo de correição até então adotado.

Para tanto foram realizadas diversas ações, dentre elas encontram-se:

- capacitação de servidores da equipe da Corregedoria no PJe;
- obtenção de perfil de acesso ao PJe para os servidores da Corregedoria;
- obtenção de “assinatura digital” para os servidores da Corregedoria;
- definição dos critérios de seleção de processos a serem analisados, tanto por ocasião das inspeções quanto previamente na Secretaria da Corregedoria;
- adaptação das rotinas de análise dos processos à tramitação eletrônica;
- adequação do modelo de Ata de Inspeção às características da tramitação e tarefas do PJe, e aos dados estatísticos do e-Gestão;
- “importação” de 02 (dois) sistemas de outros Regionais que viabilizaram a geração de relatórios gerenciais do PJe, o Correição Virtual do TRT da 23ª Região e o Correição Colaborativa do TRT da 21ª Região;
- o uso frequente do Sistema e-Gestão para obtenção dos dados estatísticos em face de tratar-se do Sistema de Estatística Oficial da Justiça do Trabalho;
- a realização de reuniões de compartilhamento de informações com a equipe da Unidade de Suporte Operacional - USO;
- o uso do Sistema de Apoio à Decisões – SIAD, deste Regional, que possui repositório de dados da tramitação processual, possibilitando o cruzamento deles de forma a gerar novas informações estatísticas;

- o intercâmbio de informações com as Unidades Judiciárias que utilizam o PJe, buscando conhecer as rotinas decorrentes da implantação daquele Sistema e identificar boas práticas, e,
- disseminação de boas práticas identificadas para as demais VTs.

As Correições iniciaram-se em 12.3.2014 na Vara do Trabalho de Imbituba e foram concluídas, em 5.12.2014, na Vara do Trabalho de Palhoça, conforme planilha abaixo apresentada:

TABELA VII – CORREIÇÕES 2014

Unidade Inspeccionada	Dia	Sistema de Tramitação Processual
1ª Vara do Trabalho de Tubarão	10 e 11.3.2014	SAP1
2ª Vara do Trabalho e Serviço de Distribuição e Centralização de Mandados de Tubarão	10 e 11.3.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Imbituba	12.3.2014	SAP1
3ª Vara do Trabalho de Lages	(*)	PJe
1ª Vara do Trabalho e Central de Atendimento e Execução de Mandados de Lages	31.3 e 01.04.2014	SAP1 e PJe
2ª Vara do Trabalho de Lages	31.3 e 01.4.2014	SAP1 e PJe
Vara do Trabalho de Curitiba	02.4.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Rio do Sul	3.4.2014	SAP1
2ª Vara do Trabalho e Serviço de Distribuição de Rio do Sul	3 e 4.4.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul	28.4.2014	SAP1
2ª Vara do Trabalho e Serviço de Distribuição de Jaraguá do Sul	29.4.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Brusque	30.4.2014	SAP1 e PJe
2ª Vara do Trabalho de Brusque	(**)	PJe
2ª Vara do Trabalho de Blumenau e Serviço de Distribuição e Centralização de Mandados de Blumenau	11.5.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú	19.5.2014	SAP1
Distribuição e Central de Mandados em Balneário Camboriú	20.5.2014	SAP1
2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú	20.5.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Itajaí	21.5.2014	SAP1
2ª Vara do Trabalho de Itajaí	22.5.2014	SAP1
3ª Vara do Trabalho e Serviço de Distribuição de Itajaí	22 e 23.5.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Canoinhas	02.6.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Mafra	4.6.2014	SAP1
Vara do Trabalho de São Bento do Sul	5.6.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Timbó	6.6.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Joinville	14.7.2014	SAP1/PROVI e PJe
2ª Vara do Trabalho de Joinville	15.7.2014	SAP1/PROVI e PJe
3ª Vara do Trabalho de Joinville	15.7.2014	SAP1/PROVI e PJe
4ª Vara do Trabalho de Joinville	16.7.2014	SAP1/PROVI e PJe
5ª Vara do Trabalho e Central de Atendimento e Execução de Mandados de Joinville/SC	17.7.2014	SAP1/PROVI e PJe
Vara do Trabalho de Navegantes	18.7.2014	PJe
Vara do Trabalho de Joaçaba	4 e 5.8.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Videira	6.8.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Caçador	7.8.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Fraiburgo	8.8.2014	SAP1
Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste	01.9.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Xanxerê	02.9.2014	SAP1
Vara do Trabalho de Concórdia	3.9.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Chapecó	4.9.2014	SAP1 e PJe
2ª Vara do Trabalho de Chapecó	4.9.2014	SAP1 e PJe
3ª Vara do Trabalho de Chapecó	5.9.2014	PJe
4ª Vara do Trabalho e Central de Atendimento e Execução de Mandados de Chapecó	5.9.2014	PJe
Vara do Trabalho de Araranguá	29.9.2014	SAP1

2ª Vara do Trabalho de Criciúma	30.9.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Criciúma	01.10.2014	SAP1
3ª Vara do Trabalho, Distribuição e Central de Mandados de Criciúma	01 e 02.10.2014	SAP1
4ª Vara do Trabalho de Criciúma	02.10.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Florianópolis	13 e 14.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
2ª Vara do Trabalho de Florianópolis	13 e 14.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
3ª Vara do Trabalho de Florianópolis	14 e 15.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
4ª Vara do Trabalho de Florianópolis	14 e 15.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
Central de Atendimento e Execução de Mandados de Florianópolis	16.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
5ª Vara do Trabalho de Florianópolis	16.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
6ª Vara do Trabalho de Florianópolis	15 e 16.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
7ª Vara do Trabalho de Florianópolis	15 e 16.10.2014	SAP1/PROVI e PJe
Vara do Trabalho de Indaial	3.11.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de Blumenau	12.11.2014	SAP1
3ª Vara do Trabalho de Blumenau	11 e 12.11.2014	SAP1
4ª Vara do Trabalho de Blumenau	12.11.2014	SAP1
1ª Vara do Trabalho de São José	2 e 3.12.2014	SAP1/PROVI e PJe
2ª Vara do Trabalho de São José	2 e 3.12.2014	SAP1/PROVI e PJe
3ª Vara do Trabalho e Central de Atendimento e Execução de Mandados de São José	2 e 3.12.2014	SAP1/PROVI e PJe
Vara do Trabalho de Palhoça	4.12.2014	SAP1/PROVI e PJe

Fonte: Ato CR Nº 01/2013

(*) A 3ª Vara de Lages foi instalada em 25.11.2013, data muito próxima à realização da correição naquele Foro em 2014.

(**) A 2ª Vara de Brusque foi instalada em 22.8.2014.

As correições foram realizadas na modalidade presencial, conforme dispõe o inc. I do art. 160 do Provimento CR nº 01/2013 – Consolidação dos Provimentos da Corregedoria, com a utilização dos recursos da informática e consubstanciada na análise antecipada de parte dos processos a serem correccionados na Secretaria da Corregedoria, e complementada com o deslocamento do Corregedor Regional e da equipe de servidores até a Unidade, para a análise do restante dos processos, da regularidade processual e dos procedimentos praticados.

Como critério técnico para a definição do referencial do número de processos que integraram a amostragem de feitos, por Unidade Judiciária, a serem examinados por ocasião das inspeções correccionais, foi adotada a classificação das Varas do Trabalho por faixa de movimentação processual, conforme o disposto no Anexo III da Resolução CSJT nº 63, de 28 de maio de 2010, observando-se para tal classificação o número de processos recebidos.

O total de processos analisados em correição ordinária, em 2014, foi de 2.934 (dois mil novecentos e trinta e quatro), sendo que desses, 751 foram objeto de observações da Corregedoria, o que correspondeu a 25,6% do total de processos examinados, e 21,6% tramitam por meio do PJe.

Os processos objeto de inspeção são vistados pelo Corregedor e, quando necessária, é expedida recomendação ou determinação para o caso em concreto ou de cunho geral (recomendações gerais).

Previamente a cada correição, a equipe de servidores da Corregedoria analisa os dados relativos à movimentação processual da Unidade, à produtividade de magistrados e de oficiais de justiça, utilizando-se para isso dos sistemas de tramitação processual (SAP1 e PJe), do Sistema de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, do Sistema de Apoio à Decisão – SIAD, do Sistema Correição Virtual e Correição Colaborativa, estes dois últimos “importados”, respectivamente, do TRT da 23ª Região e do TRT da 21ª Região para a geração de relatórios do PJe.

Fonte: SECOR

2.3.2 Processos de competência exclusiva da Corregedoria

Quanto aos processos de competência exclusiva da Corregedoria no decorrer de 2014, foram autuados 44 Correições Parciais e 37 Pedidos de Providências.

Além disso, o Corregedor determinou a autuação de 02 Procedimentos Administrativos Preliminares.

Dos 44 pedidos de Correição Parcial 02 foram procedentes, 07 improcedentes, 29 rejeitados de plano por incabíveis e, 06 rejeitados de plano por intempestivos.

Dos 37 Pedidos de Providências 06 foram acolhidos e 32 foram rejeitados.

Foram interpostos 05 Agravos Regimentais.

Foram autuados, além das Correições Parciais e Pedidos de Providências, 48 expedientes, sendo 03 acolhidos, 45 rejeitados e inúmeras consultas foram respondidas.

Fonte: SECOR

2.3.3 Orientações normativas expedidas

Em 2014, a Corregedoria emitiu orientações normativas, sendo 38 Ofícios Circulares, 06 Portarias em conjunto com a Presidência e o Provimento CR nº 01/2014, que alterou o inc. III do art. 82 do Provimento CR nº 1/2013, tendo todas as normas por objetivo maior o aprimoramento da prestação jurisdicional na 1ª Instância.

Fonte: SECOR

2.3.4 Despesas com viagens de Inspeções Correcionais Ordinárias

Com relação às despesas com deslocamentos e diárias do Corregedor e da equipe de servidores da Corregedoria para realização das Inspeções na Unidade Judiciária ocorreu acréscimo de 25,00% em relação ao exercício de 2013, e de 0,80% em relação a 2012. Cumpre destacar que em 2014 foram iniciadas as inspeções correcionais nas Unidades Judiciárias que utilizam o Sistema Processo Judicial Eletrônico -PJe, ensejando o deslocamento de mais um servidor para auxiliar nos trabalhos e oportunizar o esclarecimento de dúvidas e orientações em relação ao referido sistema.

Fonte: SECOR

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

TABELA VIII – QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos				X	

formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Para a resposta da pergunta de número 16 foi considerado pelo grupo de discussão do questionário que: toda fraude e perda, quando da sua ocorrência, decorrem de fragilidade nos sistemas de controles internos.					
Avaliação realizada em reunião por: Secretário do Tribunal Pleno, Secretária Geral da Presidência, Diretor-Geral, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão, Diretor da Secretaria Administrativa, Diretor da Secretaria de Informática, Assessor de Controle Interno e Assessora Jurídica.					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Reunião com Secretário do Tribunal Pleno, Secretária Geral da Presidência, Diretor-Geral, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão, Diretor da Secretaria Administrativa, Diretor da Secretaria de Informática, Assessor de Controle Interno e Assessora Jurídica.

2.5 Remuneração Paga a Administradores

Este item e seus subitens não são aplicáveis a este Tribunal.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria, criada pelo Ato GP 214, de 04 de dezembro de 2001, e reformulada pela Resolução Administrativa n. 35, de 13 de dezembro de 2010, tem como atribuições: receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre os atos praticados no âmbito do Tribunal; receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do Tribunal e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas; promover a apuração das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros cometidos por servidores e magistrados, observada a competência da Corregedoria; sugerir aos demais órgãos do Tribunal a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos; apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas; encaminhar ao Tribunal Pleno relatório anual das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria.

Em 21 de junho de 2012, conforme despacho exarado no PROAD n. 4250/2012, a Ouvidoria foi designada também para o processamento dos pedidos de acesso à informação apresentados segundo o art. 10 da Lei n. 12.527/11.

A Ouvidoria não possui estrutura administrativa própria, sendo composta por uma comissão de servidores efetivos, os quais permanecem em suas respectivas lotações de origem, contando atualmente com dois membros titulares e dois suplentes, atuando sob a coordenação do Ouvidor, função exercida pelo Desembargador do Trabalho Vice-Presidente (Resolução Administrativa 35/2010).

No período de 01 de janeiro a 10 de dezembro de 2014 foram realizados aproximadamente 870 contatos com a Ouvidoria, pelos meios de acesso disponíveis, dentre os atendimentos recebidos por meio de formulário “on line”, na página deste Tribunal na internet, emails, contatos telefônicos e atendimentos pessoais.

Os contatos mantidos com a Ouvidoria foram classificados, em resumo, em pedidos de informação (andamento de processos, direitos trabalhistas e concursos), sugestões, críticas, questionamentos, solicitações, reclamações, denúncias, elogios e assuntos relacionados à transparência. Nas hipóteses relacionadas a pedido de acesso a informações, há abertura de PROAD para a devida tramitação dos requerimentos.

Os elogios e as críticas foram encaminhados aos setores envolvidos do Tribunal e foram fornecidas respostas aos interessados, com indicação, caso cabível, dos canais a serem utilizados para processamento de críticas e denúncias não afetas às suas atribuições.

Com referência à Lei de Acesso à Informação, os pedidos foram processados e levados à análise da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Vice-Presidente e, após despacho, encaminhados aos setores competentes para o fornecimento das informações, com posterior repasse dessas informações aos interessados.

Todos os atendimentos foram focados na prestação de serviço ao cidadão em geral e também ao servidor, na imagem da Instituição e na eficiência. As informações, reclamações e sugestões recebidas pela Ouvidoria são repassadas às áreas estratégicas, como subsídios estratégicos, inclusive para tomada de decisões.

Plano de ações da Ouvidoria – PROAD 7691/14:

No ano de 2014, com o apoio dos Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência a Ouvidoria elaborou e iniciou a execução de um projeto com as seguintes finalidades:

1 - Renovar a imagem da Ouvidoria do Tribunal, propiciando maior aproximação com a sociedade e a ampliação dos canais de acesso do Cidadão, bem como implantar melhorias nos processos de trabalho e registros estatísticos, no intuito de aperfeiçoar e consolidar o exercício de seu papel como ferramenta de gestão e instrumento de participação democrática.

2 - Estudar a adequação da Ouvidoria do TRT 12 à Resolução n. 103/2010 do CNJ e às atuais diretrizes do TST e do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho - COLEOUV, bem como avaliar a necessidade e conveniência de sua reestruturação administrativa, considerada a realidade de nosso Regional.

O projeto foi estruturado em 4 (quatro) eixos, de acordo com a natureza das ações e áreas técnicas envolvidas: A – Mapeamento e aprimoramento dos processo de trabalho; B – Plano de comunicação social; C – Atualização dos sistemas informatizados da Ouvidoria; D – Estudo da adequação da estrutura administrativa atual da Ouvidoria do TRT 12.

Conforme cronograma ajustado, os itens A e B estão em fase conclusiva, com auxílio da Secretaria de Planejamento e da Assessoria de Comunicação, sendo que as demais ações propostas como escopo do projeto serão concluídas ao longo do exercício de 2015.

O acesso à Ouvidoria é viabilizado por meio do e-mail ouvidoria@trt12.jus.br, formulário próprio disponível no site www.trt12.jus.br (sistema da ouvidoria), telefone (48) 3216-4350, correspondência endereçada à Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Rua Esteves Júnior, 395 – CEP 88.015-130 – Florianópolis/SC ou pessoalmente, na sede do TRT da 12ª Região, no endereço antes referido.

Fonte: OUVIDORIA

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão é exigida, segundo art. 11 do Decreto 6921/2009, aos “órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão”. Portanto este item não se aplica a este Tribunal.

Fonte: OUVIDORIA

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Foi realizada por este Tribunal Consulta Pública, no período de 06 a 22 de outubro de 2014, com o intuito de obter as percepções do público interno e externo ao Tribunal quanto à estratégia a ser adotada para os próximos seis anos, para o Planejamento Estratégico 2015-2020.

Levantaram-se, nessa Consulta, questões relativas aos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças da instituição; bem como sua identidade estratégica e objetivos estratégicos.

A pesquisa foi realizada através de questionário estruturado, sendo quatro suas classificações quanto ao público respondente: Interno - Áreas, ou seja, resposta representativa da opinião da equipe das diversas unidades do TRT; Interno – individual, sendo esta a resposta dos magistrados ou servidores que optaram por contribuir individualmente com a pesquisa; Externo – individual, advogados, cidadãos e outros que responderam à Consulta pelo formulário na internet; e Externo – entidades, sendo a resposta das entidades que foram convidadas a contribuir com a construção do Planejamento do TRT-SC, quais sejam, AGU-SC, MPT-SC e OAB-SC.

Dentre as perguntas realizadas, a seguinte pergunta foi realizada somente ao público externo: Sociedade e Entidades Parceiras.

“NO PLANO ESTRATÉGICO 2008-2014, A VISÃO DA JT-SC FOI: Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência na prestação de serviços e pela credibilidade, até 2014. Você reconhece a JT-SC por sua excelência na prestação de serviços e pela credibilidade?”

Como resultado, foram obtidas as seguintes respostas:

SOCIEDADE INDIVIDUALMENTE:

Sim – 57,81%

Não – 25,00%

Não tenho opinião formada – 14,06%

MINISTÉRIO PÚBLICO:

Sim – 75,00%

Não – 00,00%

Não tenho opinião formada – 25,00%

Não foram realizadas quaisquer outras pesquisas de opinião ou utilizadas outras ferramentas para medição da satisfação dos cidadãos-usuários no âmbito deste regional.

Fonte: SEPLAN

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região o detalhamento dos serviços prestados pela Instituição está disponível no portal eletrônico, havendo link específico na página principal denominado “Serviços”.

Também está disponível diretamente no portal, na aba “Administrativo”, o Regulamento Geral do Tribunal, onde está especificada toda a estrutura administrativa, com detalhamento das atribuições e serviços prestados por cada setor, sendo acessível também por meio do link: http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2007/021609sn.pdf.

As informações referentes à atuação da unidade, especialmente as relacionadas à transparência da gestão, estão também disponibilizadas diretamente no portal da Instituição na internet, na aba “Administrativo”, link “Transparência”. Na mesma aba também estão disponíveis para acesso público outros links contendo informações de gestão, como licitações, registro de preços, compras diretas e o Planejamento Estratégico do Tribunal.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Não foi realizada pesquisa sobre a satisfação dos usuários relativa aos serviços prestados por este Tribunal. O Decreto 6932/2009, em seu art. 12, obriga somente os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal a aplicar periodicamente pesquisa de satisfação junto aos usuários de seus serviços.

Fonte: SEPLAN

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

Em 2014, todas as unidades do TRT 12ª Região que foram construídas ou reformadas contemplaram o atendimento aos normativos relativos à acessibilidade. Também foi utilizada como fonte de consulta a publicação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina: Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos – Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público, editada em 2014. O projeto de acessibilidade é desenvolvido como um projeto complementar de arquitetura, na medida em que esta é uma atribuição dos arquitetos e urbanistas.

Mais especificamente, podemos citar:

1. Construção do Fórum Trabalhista de Rio do Sul e do Fórum Trabalhista de São José: estas obras iniciaram-se em 2014, sendo autorizadas junto ao CSJT em 2013, após análise da regularidade quanto aos terrenos, aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes, bem como atendimento aos requisitos de áreas e custos, conforme as resoluções 114/2010 do CNJ e 70/2010 do CSJT. Foi elaborado Projeto de Acessibilidade para as unidades, contemplando o atendimento aos dispositivos legais aplicáveis, prevendo a instalação de pisos táteis, sanitários adaptados, utilização de elevadores com informações sonoras, comunicação visual em *Braille*, rampas na inclinação permitida, mobiliário adaptado, áreas de espera reservadas. Ambas as construções tem previsão de conclusão em 2015.
2. Reforma do Anexo do Prédio Sede do TRT 12ª Região: esta obra iniciou-se em 2014, sendo que os projetos foram desenvolvidos em 2013, inclusive o Projeto de Acessibilidade, para adaptar o prédio existente às exigências legais aplicáveis, conforme outras unidades, prevendo a instalação de pisos táteis, sanitários adaptados, utilização de elevadores com informações sonoras, comunicação visual em *Braille*, rampas na inclinação permitida, plataforma elevatória, mobiliário adaptado, áreas de espera reservadas e ainda a instalação de mapa tátil.
3. Reforma para Adequação da Acessibilidade nas unidades de Lages e São Miguel do Oeste: em 2014 foram feitos os projetos e encaminhadas as contratações para adequação da acessibilidade nas unidades de Lages e São Miguel do Oeste. Em Lages, foram previstas a instalação de pisos táteis e a construção de rampa de acesso conforme a norma. Em São Miguel do Oeste, foi prevista a instalação de plataformas elevatórias no acesso à unidade e ao estacionamento do subsolo. Ambas as obras tem previsão de estarem finalizadas no primeiro semestre de 2015.
4. Reforma para Adequação da Acessibilidade no prédio locado da Avenida Rio Branco, atualmente ocupado pelos gabinetes de desembargadores e demais setores da área judiciária: em 2014 foram licitados dois projetos, um para a implementação de mais uma parada do elevador no mezanino existente (que estava sem acessibilidade) e outro para a construção de plataforma entre os mezaninos, permitindo acessibilidade total aos usuários naquele local.
5. Construção da nova sede do Fórum Trabalhista de Chapecó: licitada no ano de 2014 e com início previsto para este ano, a referida obra contempla, em seus projetos, todas as condições de acessibilidade previstas na NBR 9050, da ABNT, assim como as diretrizes previstas no DECRETO 5.296/2004.

Fonte: SECAD

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

O Planejamento Estratégico vigente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região foi elaborado em 2008, para o período de 2008 a 2013. Em 2009 ocorreu sua revisão a fim de alinhá-lo ao Plano Estratégico do Poder Judiciário, instituído pelo CNJ por meio da Resolução nº 70/2009, sendo sua validade estendida até 2014. O Plano Estratégico da JT-SC foi aprovado por meio da Resolução Administrativa nº 106/2009, publicada em 14-12-2009.

No âmbito da JT-SC, a gestão estratégica reúne o planejamento estratégico e administrativo em um único processo, formando um conjunto de atividades planejadas, estratégicas e organizacionais que visa a integrar a capacidade interna da organização ao ambiente externo, prevendo uma abordagem integrada e equilibrada de todos os recursos da organização para a consecução dos seus fins.

O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região possibilita o direcionamento dos investimentos de recursos financeiros, tecnológicos, materiais e do esforço de Desembargadores, Juízes e servidores para cumprimento da Missão e alcance da Visão Institucional. O direcionamento, por meio dos objetivos estratégicos, evita a dispersão dos recursos em ações isoladas.

A seguir estão apresentados os atuais objetivos estratégicos, suas descrições e linhas de atuação.

TABELA IX – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	LINHAS DE ATUAÇÃO
Eficiência Operacional	Aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho	Garantir o aprimoramento contínuo e a uniformização dos métodos de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">• Otimização e simplificação de rotinas• Tecnologia (modernização)
	Aprimorar continuamente a gestão de custos operacionais.	Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais e bens e serviços (responsabilidade ambiental) necessários à prestação jurisdicional.	<ul style="list-style-type: none">• Economicidade• Redução do custo operacional
	Promover a adequada lotação dos servidores nas unidades, priorizando a lotação na 1ª instância.	Garantir a melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.	<ul style="list-style-type: none">• Priorizar a lotação na 1ª instância• Adequar o número de servidores aos processos de trabalho (rotinas)
Acesso à Justiça e Efetividade	Aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão.	Promover o acesso à Justiça do Trabalho de Santa Catarina e garantir equidade no atendimento à sociedade.	<ul style="list-style-type: none">• Promover meios que garantam a acessibilidade• Reduzir a distância física às Unidades Judiciárias
	Promover a efetividade no cumprimento das decisões.	Assegurar o cumprimento das decisões emanadas da Justiça do Trabalho de Santa Catarina a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.	<ul style="list-style-type: none">• Modernização dos mecanismos de cumprimento/ execução do julgado
Alinhamento e Integração	Promover o alinhamento estratégico e a integração de todas as unidades.	Garantir às unidades da Justiça do Trabalho de Santa Catarina um planejamento estratégico alinhado, respeitando as particularidades locais e visando resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).	<ul style="list-style-type: none">• Aprimorar os mecanismos de gestão estratégica

Atuação Institucional	Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos.	Aprimorar os procedimentos e ampliar a informação à sociedade, estimulando a conciliação e a prevenção de conflitos.	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleos de conciliação • Veiculação de matérias sobre conciliação
	Aprimorar a comunicação com o público interno e externo.	Aprimorar a comunicação com o público interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação dos canais internos e externos de veiculação
	Fortalecer as relações com Instituições públicas e privadas.	Fortalecer a integração da Justiça do Trabalho de Santa Catarina com entidades públicas e privadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Convênios • Parcerias • Comunicação eletrônica
Responsabilidade Socioambiental	Promover a responsabilidade socioambiental.	Promover a inclusão socioambiental, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão e sua interação com o ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Gestão Ambiental (Portaria nº 002, de 11 de janeiro de 2011). • Programa de Responsabilidade Social
Gestão de Pessoas	Melhorar continuamente o clima organizacional.	Aprimorar a percepção positiva do clima organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Gestão de Pessoas • Pesquisa de Clima • Gestão por competências
	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos juízes e servidores com foco na estratégia.	Garantir que os juízes e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais Para o alcance dos objetivos estratégicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de capacidade de gestão dos líderes • Política de Gestão de Pessoas
Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.	Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática e sistemas) que permitam o bom desempenho das unidades da JT/SC, garantindo aos juízes e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais e dos sistemas.	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura • Ergonomia • Segurança das pessoas • Segurança física institucional • Padronização das instalações físicas
	Garantir a disponibilidade, a atualização, a ampliação e a integração dos sistemas de Tecnologias da Informação.	Prover os recursos tecnológicos que permitam o bom desempenho das unidades da JT/SC.	<ul style="list-style-type: none"> • Central de Serviços de Informática • Segurança da Informação • Processo judiciário eletrônico • Processo administrativo eletrônico
Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária assegurando a execução da estratégia.	Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento para execução da estratégia • Gestão orçamentária
	Assegurar recursos orçamentários necessários ao funcionamento da instituição.	Promover ações orçamentárias visando assegurar os recursos necessários ao funcionamento da instituição. Garantir a aprovação dos recursos orçamentários solicitados.	<ul style="list-style-type: none"> • Política de gestão orçamentária

Fonte: SEPLAN

O Comitê de Gestão Estratégica deste Tribunal foi instituído pela [Portaria GP nº 723/2009](#) e atualizado por meio da [Portaria GP nº 38/2013](#) com a finalidade de acompanhar os resultados do Planejamento Estratégico por meio das Reuniões de Análise da Estratégia, oportunidade em que se pode promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho, além de aprimorar os indicadores, estabelecer metas para o alcance dos objetivos estratégicos e identificar necessidades de realinhamento de programas e projetos.

São membros do Comitê de Gestão Estratégica:

- Desembargador-Presidente;
- Desembargador-Vice-Presidente;
- Desembargador-Corregedor;
- 01 Desembargador ou Juiz Gestor de Metas Auxiliar indicado pela Presidência;
- 02 Magistrados (01 Desembargador e 01 Juiz) indicados pela AMATRA XII;
- 02 Servidores (01 de 1º Grau e 01 de 2º Grau) indicados pelo SINTRAJUSC;
- Secretário-Geral da Presidência;
- Diretor-Geral da Secretaria;
- Secretário do Tribunal Pleno;
- Secretário da Corregedoria;
- Diretor da Secretaria Administrativa;
- Diretor da Secretaria de Informática;
- Diretor da Secretaria de Recursos Humanos;
- Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão;

Em 2014, foram realizadas 3 (três) Reuniões de Análise da Estratégia - RAEs.

A 1ª RAE foi realizada no dia 18 de março, onde foram apresentados ao Comitê Estratégico, os resultados do Tribunal em relação às Metas de 2013, às Metas estabelecidas para 2014, definidas pelo CNJ, e o Projeto de Gestão da Estatística e Gestão de Metas. Em relação às Metas de 2014, o Comitê de Gestão Estratégica decidiu adotar as metas definidas pelo CNJ para o ano e as metas de 2013 relacionadas à execução orçamentária, tendo em vista a sua importância para o controle do orçamento, além de propiciar uma distribuição orçamentária mais homogênea durante o ano.

Na 2ª RAE, realizada em 2 de julho, foi debatida a situação da JT-SC no cumprimento das metas de 2014, foram expostos os principais projetos e ações no que tange a gestão estratégica e, ainda, foi apresentada a conjuntura para o Planejamento 2015-2020 de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

A 3ª RAE foi realizada em conjunto com a 1ª Oficina do Planejamento Participativo, em 4 de novembro, ocasião em que foram apresentados os principais resultados da JT-SC em relação ao cumprimento das metas.

Considerando a finalização do ciclo do Planejamento Estratégico do período 2008-2014, bem como a obrigatoriedade de elaboração de um plano estratégico definida na Resolução CNJ n.º 198/2014, iniciou-se o projeto de elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2020 da JT-SC. Foi publicada a Portaria GP n.º 225/2014 estabelecendo a metodologia e etapas do projeto, que contou, em 2014, com evento de abertura, pesquisa pública realizada com magistrados, servidores, instituições parceiras e a sociedade, bem como Oficina da Rede de Governança, instituída pela Portaria supracitada, que definiu, com base nos resultados da consulta pública, a identidade estratégica do Tribunal para os próximos seis anos (visão, missão, valores e objetivos estratégicos). O projeto terá continuidade em 2015 e deverá ser finalizado até o mês de março, quando será submetido ao Tribunal Pleno para homologação.

Fonte: SEPLAN

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Não aplicável a este Tribunal.

5.2.1 Programa Temático

Não aplicável a este Tribunal.

5.2.1.1 Análise Situacional

Não aplicável a este Tribunal.

5.2.2 Objetivo

Não aplicável a este Tribunal.

5.2.2.1 Análise Situacional

Não aplicável a este Tribunal.

5.2.3 Ação

UG – 080013 – AÇÕES:

Ação: 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Produto: pessoa beneficiada

Unidade de medida: unidade

Finalidade: proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.

Descrição: concessão em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.

Meta física: prevista 1.676 e realizada 1.670 pessoas beneficiadas.

Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados

Produto: criança atendida

Unidade de medida: unidade

Finalidade: oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas ao atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

Descrição: concessão em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia da assistência pré-escolar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado.

Meta física: prevista 242 e realizada 234 crianças atendidas.

Ação: 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Produto: pessoa beneficiada

Unidade de medida: unidade

Finalidade: propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Descrição: pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.

Meta física: prevista 10 e realizada 5 pessoas beneficiadas.

Ação: 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Produto: pessoa assistida

Unidade de medida: unidade

Finalidade: garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

Descrição: pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente.

Meta física: prevista 5.552 e realizada 5.244 pessoas assistidas.

Ação: 4256 – PO 0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Produto: processo julgado

Unidade de medida: unidade

Finalidade: solucionar e julgar dissídios individuais e coletivos, entre trabalhadores e empregadores, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Descrição: recursos aplicados em ações que visem à solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: viagens e locomoção; diárias; indenizações e restituições; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguéis, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo: aluguéis, despesas de condomínio e seguros; impostos e taxas; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão de obra para vigilância e limpeza; conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de

utilidade pública (água, luz, gás e afins); aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores e de escadas rolantes; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; dentre outros.

Meta física: prevista 106.315 e realizada 104.075 processos julgados.

Ação: 4256 – PO 0002 - Capacitação de Recursos Humanos

Produto: servidor capacitado

Unidade de medida: unidade

Finalidade: proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e objetividade das informações prestadas aos cidadãos.

Meta física: prevista 2.400 e realizada 4.654 servidores capacitados.

Ação: 4256 – PO 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Produto: magistrado capacitado

Unidade de medida: unidade

Finalidade: oferecer aos Magistrados de cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas, visando proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

Meta física: prevista 127 e realizada 846 magistrados capacitados.

Ação: 135X - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José-SC

Produto: edifício construído

Unidade de medida: percentual de execução física

Finalidade: atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. Diretamente serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende o respectivo Município e os Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos e São Pedro de Alcântara. População atendida: 285.399 habitantes (censo de 2010).

Descrição: construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado no município de São José - SC.

Meta física: prevista 21% e realizada 0% de edifício construído.

Ação: 11FF - Construção do Edifício-sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul -SC

Produto: edifício construído

Unidade de medida: percentual de execução física

Finalidade: atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. Diretamente serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende o respectivo Município e os Municípios de Agrolândia, Agronômica, Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do

Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Leoberto Leal, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Salete, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vítor Meireles e Witmarsum. População atendida: 272.935 habitantes (censo de 2010).

Descrição: construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado no município de Rio do Sul - SC.

Meta física: prevista 3% e realizada 0% de edifício construído.

Ação: 135U – Construção do Edifício-sede do Fórum Trabalhista de Chapecó –SC

Produto: edifício construído

Unidade de medida: percentual de execução física

Finalidade: atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. Diretamente serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região. A jurisdição da unidade judiciária compreende o respectivo Município e os Municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunhataí, Guatambu, Jardinópolis, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, São Carlos, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste. População atendida: 305.962 habitantes (censo de 2010).

Descrição: construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado visando atender e receber o público alvo em instalações adequadas, com a melhoria da prestação do serviço jurisdicional trabalhista.

Meta física: prevista 16% e realizada 0% de edifício construído.

Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes

Produto: pessoa beneficiada

Unidade de medida: unidade

Finalidade: proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, inclusive pessoal contratado por tempo determinado. (Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993).

Meta física: prevista 5.322 e realizada 5.201 pessoas beneficiadas.

Ação: 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional

Produto: matéria veiculada

Unidade de medida: unidade

Finalidade: informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pela Unidade Gestora.

Meta física: prevista 3.200 e realizada 3.768 matérias veiculadas.

Fonte: SOF/SECAD

5.2.3.1 Ações - OFSS

TABELA X – QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2549					
Título	Comunicação e Divulgação Institucional					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
190.000,00	182.386,00	174.386,00	58.261,00	58.261,00	0	116.125,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Matéria veiculada			Unidade	3200	3768	3768
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
19.762,00	27.355,00	0	Matéria veiculada	Unidade	100	

Identificação da Ação						
Código	4224					
Título	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	4.502.896,00	4.502.896,00	0	497.104,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa assistida			Unidade	5552	5244	5244
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.916,00	3.916,00	0	Pessoa assistida	Unidade	100	

Identificação da Ação						
Código	4256					
Título	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.836.061,00	44.650.088,00	35.782.499,00	29.625.559,00	29.625.559,00	0	6.156.941,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Processo julgado			Unidade	106315	104075	104075
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
4.894.821,00	4.429.521,00	156.544,00	Processo julgado	Unidade	87,3

Fonte: SOF/SECAD

5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Não aplicável a este Tribunal.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não aplicável a este Tribunal.

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

TABELA XI - QUADRO A.5.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Identificação da Ação							
Código	11FF						
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul - SC						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo						
Programa	0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista						
Unidade Orçamentária	15113 – Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
200000	200000	200000	Edifício construído	percentual de execução física	0	0	0

Identificação da Ação							
Código	135U						
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Chapecó - SC						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo						
Programa	0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista						
Unidade Orçamentária	15113 – Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2000000	1660000	1660000	Edifício construído	percentual de execução física	0	0	0

Identificação da Ação							
Código	135X						
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José - SC						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo						
Programa	0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista						
Unidade Orçamentária	15113 – Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3000000	3000000	3000000	Edifício construído	percentual de execução física	0	0	0

Fonte: SOF/SECAD

5.2.3.5 Análise Situacional

Não aplicável a este Tribunal.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

As metas nacionais de 2014 foram escolhidas pelos Presidentes dos Tribunais brasileiros no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, em Belém/PA.

Fruto de aberta e participativa deliberação dos representantes dos órgãos que compõem o Poder Judiciário brasileiro, por meio da rede de Governança Colaborativa, as metas nacionais para o ano de 2014 foram assumidas como passos importantes e indispensáveis à oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática.

Foram definidas pelo CNJ 6 (seis) metas nacionais a serem alcançadas por todos os tribunais em 2014, sendo que apenas uma, a Meta 4, não se aplica à Justiça do Trabalho. Foram definidas, ainda pelo CNJ, mais 2 (duas) metas específicas para o judiciário trabalhista. Além dessas metas, a JT-SC decidiu pela continuidade das metas de 2013 relacionadas à execução orçamentária, transformando a Meta 14/2013 do CNJ e a Meta 3/2013 da JT-SC em uma única meta.

Projeto Gestão de Metas e da Estatística

Em 2014, com a finalidade de identificar, por dados estatísticos, situações de risco e acompanhar periodicamente o cumprimento das metas, gerando ações que permitam dar suporte às equipes de trabalho para superar os momentos críticos e alcançar as metas estabelecidas foi criado, no âmbito do TRT da 12ª Região, o Projeto Gestão de Metas e da Estatística. A finalidade do projeto é fazer a gestão da estatística e das metas vinculadas ao 1º e 2º Grau de forma colaborativa, crítica e com suporte institucional. Foram realizadas várias reuniões com a participação de representantes das áreas administrativa e judiciária, tendo como pauta a análise do desempenho institucional e como resultado a proposição de estudos e iniciativas.

METAS CNJ 2014 – NACIONAIS

META 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
---------------	--

Meta não cumprida.

O grau de cumprimento da meta da JT-SC foi de 91,06% o que equivale a 103.475 dos 113.634 processos necessários para o alcance da meta. Para o cumprimento da meta são considerados os processos distribuídos no 1º e 2º grau.

Analisando as instâncias separadamente, na primeira o grau de cumprimento da meta foi de 94,60%, ou seja, foram julgados 78.376 dos 82.847. E, na 2ª instância o cumprimento da meta foi de 81,52%, isto é, foram julgados 25.099 dos 30.787 para o cumprimento da meta.

Dentre as diversas ações realizadas para se tentar alcançar a meta, destaca-se a implantação do Projeto de Gestão de Metas e da Estatística, atuação da Corregedoria Regional, a atuação do Núcleo Permanente de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância – CONAP, criado em de 2012, e a priorização de lotação de servidores na 1ª instância.

META 2	Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos 1º e 2º graus.
---------------	--

A meta já iniciou o ano cumprida.

Em relação aos processos distribuídos até 2011, 99,10% foram julgados (a meta era julgar 90%), o que representa um grau de cumprimento da meta de 110,11%. E, referente aos processos distribuídos até 2012, o percentual de processos julgados foi de 98,87% (meta era julgar 80%), o que resulta em um grau de cumprimento de 123,58%.

Dentre os fatores que favoreceram o alcance antecipado da meta, salienta-se o esforço empreendido por magistrados e servidores deste Tribunal no cumprimento de metas similares em anos anteriores, a se destacar a Meta Regional 2 de 2011: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º e 2º Graus) até 31/12/2008”; e Meta Regional 1 de 2012: “Julgar, até 31.12.2012, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2009 e não julgados até 31.12.2011.”.

META 3	Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.
---------------	--

Meta não cumprida.

Conforme glossário estabelecido pelo CNJ, pra cumprir a meta, o Tribunal deve responder positivamente às seguintes perguntas:

1. O Tribunal definiu estrutura mínima da força de trabalho de cada unidade judicial de apoio direto à atividade judicante no 1º grau?
2. Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 1º grau, o Tribunal considerou a demanda processual?
3. Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 1º grau, o Tribunal considerou a produtividade (número de processos baixados por servidor) das áreas de apoio direto à atividade judicante? **
4. Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 1º grau, o Tribunal definiu grupos de unidades semelhantes (competência material e territorial)? *
5. Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 1º grau, o Tribunal observou os parâmetros do Plano de Gestão para o funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal aprovado pelo CNJ? *
6. O tribunal definiu e aprovou tabela de lotação de servidores de 1º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?
7. O Tribunal nomeou ou relotou servidores de 1º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?
8. O Tribunal definiu critério para lotação de servidores nas áreas de apoio indireto à atividade judicante do 1º grau?
9. O Tribunal publicou a tabela de lotação com a especificação da força de trabalho alocada em suas áreas de apoio direto à atividade judicante e nas de apoio indireto à atividade judicante do 1º grau?
10. O Tribunal definiu estrutura mínima da força de trabalho de cada unidade judicial de apoio direto à atividade judicante no 2º grau?
11. Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 2º grau, o Tribunal considerou a demanda processual?
12. Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 2º grau, o Tribunal considerou a produtividade (número de processos baixados por servidor) das áreas de apoio direto à atividade judicante? **
13. Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 2º grau, o Tribunal definiu grupos de unidades semelhantes (competência material e territorial)? *
14. O tribunal definiu e aprovou tabela de lotação de servidores de 2º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?
15. O Tribunal nomeou ou relotou servidores de 2º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?
16. O Tribunal definiu critério para lotação de servidores nas áreas de apoio indireto à atividade judicante do 2º grau?
17. O Tribunal publicou a tabela de lotação com a especificação da força de trabalho alocada em suas áreas de apoio direto à atividade judicante e nas de apoio indireto à atividade judicante do 2º grau?

As perguntas 4, 5 e 13 não se aplicam à Justiça do Trabalho.

Na versão 7 do glossário, publicado em 3-12-2014, o CNJ alterou a forma de cumprimento da meta de “A meta estará cumprida quando todas respostas forem SIM” para “A meta estará cumprida quando todas respostas forem SIM, com exceção de 3 e 12, para as quais a resposta “NÃO” ou “SIM” não afetará o cumprimento da meta”.

A JT-SC respondeu “SIM” às perguntas 1, 2, 6 e 7, resultando em um cumprimento de 33,3%.

As perguntas respondidas como “NÃO” pelo Tribunal, estão relacionadas, principalmente, à falta de definição de uma lotação-padrão para as áreas administrativas e de apoio judiciário. Essa definição não está prevista pela Resolução 63 do CSJT, que institui a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Importante salientar que a JT-SC cumpre os requisitos de lotação de servidores estabelecidos pelas resoluções de Conselhos Superiores, principalmente a Resolução CSJT nº 63/2010, e suas alterações.

META 5	Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.
---------------	--

Meta não cumprida.

Para os processos na fase de execução tipo “não fiscais”, a meta do Tribunal era reduzir a taxa de congestionamento para baixo de 51,28%. Foi alcançada uma taxa do congestionamento de 56,66%. Já para as execuções fiscais a meta era baixar de 67,60%. A JT-SC alcançou 72,93%.

Embora a meta não tenha sido atingida, a JT-SC em 2014, baixou 24.246 processos na fase de execução, enquanto iniciaram 22.870 processos, uma relação de mais de 106% entre o que saiu (baixados) e o que entrou (casos novos).

Várias ações foram feitas para se tentar o cumprimento da Meta. Destacam-se, entre elas, o Projeto de Gestão de Metas e da Estatística e a Semana Nacional da Execução Trabalhista.

Em 2014, a JT-SC, por ocasião da 4ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, que ocorreu no período de 22 a 26-9-2014, foram realizadas 460 audiências de conciliação na fase de execução de 1º e 2º Graus, homologados 220 acordos (acréscimo de 11,11% em relação à 2013), e arrecadados mais de R\$ 5,7 milhões. Paralelamente às conciliações nos processos em execução - quando a dívida já está reconhecida judicialmente, mas ainda não foi paga - foram realizadas mais 416 audiências de conciliação na fase de conhecimento.

META 6	Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e no TST, e até 31/12/2012, no 2º Grau.
---------------	--

Meta não cumprida.

No início do ano, no 1º grau, existiam 19 processos para serem julgados a fim de que a JT-SC cumprisse a meta, o ano encerrou restando 7 processos (grau de cumprimento de 97,18%). Para o 2º grau, a meta foi cumprida, o ano iniciou com 20 processos a serem julgados e todos foram julgados (grau de cumprimento de 100%).

Apesar do não cumprimento da meta, algumas ações se destacam na tentativa de cumprimento, entre elas o Projeto de Gestão de Metas e da Estatística, que identificou os processos que estavam pendentes, propiciando à Corregedoria o encaminhamento de ofícios para às Varas do Trabalho solicitando esforços para julgar referidos processos e conseqüente cumprimento da meta.

METAS CNJ 2014 - ESPECÍFICAS PARA A JT

META 1	Realizar oficinas de administração judiciária com participação de, pelo menos, 25% dos magistrados.
---------------	---

Meta cumprida.

Na JT-SC, para o cumprimento da meta, pelo menos 32 magistrados deveriam participar de oficinas cujo tema deveria ser administração Judiciária, Gestão de Pessoas, Gestão de Processos, Gestão Estratégica, Gestão de Projetos ou Gestão de Mudanças.

Foram realizadas duas oficinas em 2014. A 1ª foi realizada por ocasião do 1º Módulo de 2014 da Escola Judicial com o tema Relações Interinstitucionais. A 2ª oficina foi realizada no 4º Módulo de 2014 da Escola Judicial, denominada Oficina de Gestão de Metas. Para o cumprimento

da meta, foram considerados os magistrados que participaram das duas oficinas totalizando 66 magistrados.

Portanto, o grau de cumprimento da meta foi de 206%.

META 2	Implantar programa de desenvolvimento gerencial em todos os tribunais, com base em modelo de gestão por competências.
---------------	---

Meta cumprida.

Para o cumprimento da meta os Tribunais do Trabalho deveriam obedecer às determinações da Resolução nº 92/2012 do CSJT, que estabelece as diretrizes básicas para a implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

Abaixo, seguem os quesitos para cumprimento da meta e o cumprido pelo JT-SC.

TABELA XII – QUESTIONÁRIO DA META 2

PERGUNTA	META	JT-SC
Total de cargos e funções de natureza gerencial	-	114
Total de ocupantes de cargos e funções de natureza gerencial	-	114
Total de membros envolvidos no Projeto de Implantação de Gestão por Competências	-	10
Criou Comitê Gestor Regional de Gestão Pessoas por Competências?	SIM	SIM
Total de membros do item p3 que foram capacitados em Gestão por Competências com no mínimo 32 h/a	8	10
Total de cargos e funções de natureza gerencial mapeadas	57	101
Total de ocupantes de cargos e funções de natureza gerencial avaliados	57	93
Total de PDI elaborados em relação ao total de gestores avaliados	29	68
Implantou PDG?	SIM	SIM
Grau de cumprimento	-	100%

METAS 2014 – REGIONAL DA JT-SC

META 1	Executar, até setembro de 2014, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal, e empenhar, no mínimo, 65% do orçamento (custeio e capital) até agosto, 90% até novembro e 99% até dezembro.
---------------	---

Meta não cumprida.

O Percentual da execução/liquidação da despesa da JT-SC, durante o ano de 2014, foi o seguinte:

TABELA XIII – META 1 JT-SC

PERGUNTAS	DISPONÍVEL	EXECUTADO/ EMPENHADO	%	Grau de Cumprimento
Executar, até setembro de 2014, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal	37.766.061,00	22.558.156,67	59,73%	91,89%
Empenhar, no mínimo, 65% do orçamento (custeio e capital) até agosto	28.747.301,46	24.634.731,57	85,69%	131,84%
90% até novembro	28.747.301,46	27.059.740,62	94,13%	104,59%
99% até dezembro	28.747.301,46	28.730.296,72	99,94%	100,95%

Portanto, a meta não foi cumprida, pois não foi possível executar 65% do orçamento até setembro. Um dos principais fatores que contribuiu para que a meta não fosse cumprida foi a edição da resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, e exigiu mudanças de métodos, estudos adicionais sobre fluxos de trabalho e adoção de novos procedimentos nas aquisições de TIC, atrasando os processos de contratação.

Fonte: APE/SEPLAN

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Os indicadores de desempenho utilizados neste Tribunal para acompanhamento do desempenho institucional foram definidos com base nos indicadores utilizados pelos conselhos superiores no planejamento estratégico, juntamente com os indicadores do planejamento estratégico deste Tribunal e são apresentados no quadro abaixo.

TABELA XIV - QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de julgamento dos processos de conhecimento em relação ao quantitativo de distribuídos no ano corrente – 1º grau	83,47%	100%	94,60%	Mensal	$(\text{Processos de conhecimento novos que receberam o primeiro julgamento}) / ((\text{Processos de conhecimento distribuídos no 1º grau}) + 1 - (\text{processos de conhecimento que saíram da meta}))$
Índice de julgamento dos processos de conhecimento em relação ao quantitativo de distribuídos no ano corrente – 2º grau	97,63%	100%	81,52%	Mensal	$(\text{Processos de conhecimento novos que receberam o primeiro julgamento}) / ((\text{Processos de conhecimento distribuídos no 1º grau}) + 1 - (\text{processos de conhecimento que saíram da meta}))$
Índice de julgamento dos processos de conhecimento distribuídos até 3 anos anteriores – 1º grau	-	90%	99,12%	Mensal	$(\text{Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior}) + (\text{Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até o ano anterior}) / ((\text{Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA}) + (\text{Número total de processos de distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que entraram na meta por saírem de situação de suspensão}) - (\text{Número total de processos de conhecimento distribuídos na})$

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
					instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que saíram da meta por suspensão)
Índice de julgamento dos processos de conhecimento distribuídos até 3 anos anteriores – 2º grau	-	90%	99,03%	Mensal	(Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior) + (Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até o ano anterior) / (Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA) + (Número total de processos de distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que entraram na meta por saírem de situação de suspensão) – (Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que saíram da meta por suspensão)
Índice de julgamento dos processos de conhecimento distribuídos até 2 anos anteriores – 1º grau	-	80%	96,69%	Mensal	(Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior) + (Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até o ano anterior) / (Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA) + (Número total de processos de distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que entraram na meta por saírem de situação de suspensão) – (Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que saíram da meta por suspensão)
Índice de julgamento dos processos de conhecimento distribuídos até 2 anos anteriores – 2º grau	-	80%	98,87%	Mensal	(Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior) + (Número total de

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
grau					processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até o ano anterior) / (Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA) + (Número total de processos de distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que entraram na meta por saírem de situação de suspensão) – (Número total de processos de conhecimento distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até o ano anterior que saíram da meta por suspensão)
Taxa de congestionamento na fase de execução de ações não fiscais	54,33%	51,28 %	56,66%	Mensal	1 - (TPJB / (TCN + TCP)) onde: TPJB – Total de processos judiciais baixados TCN – Total de casos novos TCP – Total de casos pendentes
Taxa de congestionamento na fase de execução de ações fiscais	66,98%	67,60 %	72,93%	Mensal	1 - (TPJB / (TCN + TCP)) onde: TPJB – Total de processos judiciais baixados TCN – Total de casos novos TCP – Total de casos pendentes
Índice de julgamento de ações coletivas distribuídas até 2011 no 1º grau	-	100%	97,18%	Mensal	((Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014) + (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* QUE FORAM JULGADOS EM 2012) + (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIA QUE FORAM JULGADOS EM 2013)) / ((Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídas e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2013) + (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
					distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência) – (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência) x 100
Índice de julgamento de ações coletivas distribuídas até 2012 no 2º grau	-	100%	100%	Mensal	((Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014) + (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* QUE FORAM JULGADOS EM 2012) + (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIA QUE FORAM JULGADOS EM 2013)) / ((Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídas e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2013) + (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência) – (Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência) x 100
Percentual de participação de magistrados em	-	25%	51,56%	Quadrimestral	(Nº de magistrados que participaram de oficinas de administração judiciária com c.h. > 4horas) / (total

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
oficinas de administração judiciária					de magistrados)
Índice de implantação de Programa de Desenvolvimento Gerencial	-	100%	100%	Quadrimestra 1	Criar comitê Gestor Regional (16,66%) + Capacitar equipe do projeto em gestão por competência com no mínimo 32h/a (16,66%) + Mapear pelo menos 50% dos cargos e funções de natureza gerencial (16,66%) + Avaliar 50% dos ocupantes de cargos e funções de natureza gerencial (16,66%) + Elaborar pelo menos 50% dos Planos de Desenvolvimento Individual em relação aos gestores avaliados (16,66%) + Implantar o Programa de Desenvolvimento gerencial (16,66%)
Percentual de orçamento executado até setembro	64,67%	65%	59,73%	Única	Total de orçamento executado até setembro / total de orçamento disponível
Percentual de orçamento liquidado em agosto, novembro e dezembro	80,86% (ago) 93,73% (nov) 99,47% (dez)	65% (ago) 90% (nov) 99% (dez)	85,69% (ago) 94,13% (nov) 99,94% (dez)	3 vezes	Total de orçamento liquidado no mês de referência / Total de orçamento disponível

Fonte: APE/SEPLAN

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Não há um sistema de custos implantado. Conforme Cronograma de Implantação do Sistema de Custos na JT, fornecido pelo Coordenador do GT-Custos do CSJT, que foi criado pelo Ato nº 398/[CSJT.GP.SG](#), este Tribunal deverá ter este sistema implantado em 2016. Deste modo, no presente subitem é apresentado o quadro fornecido pelo referido Coordenador, encaminhado pela Mensagem CFIN/CSJT nº 014/2015, em formato diferente do modelo sugerido na Portaria TCU n.º 90/2014.

TABELA XV – QUADRO A.5.5 – VARIAÇÕES CUSTOS

Custo Anual 2012 a 2014				
Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista				em R\$ 1,00
ANO	PROGRAMA DE TRABALHO		QTDE REALIZADA	CUSTO DIRETO ANUAL
2012	02061057142240042	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENT - NO ESTADO DE SANTA C	2.079	1.234.543,09
	02061057142560001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TR - NACIONAL	3.176.343	23.761.889,54
	02122057109HB0042	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DE SANTA C		49.084.619,96
	021220571148F0001	IMPLANTACAO DE VARAS DA JUSTICA DO TR - NACIONAL	39	922.613,27
	0212205711P660001	MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS D - NACIONAL	178	1.758.021,57
	02122057120TP0001	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO - NACIONAL		272.675.968,88
	0212605712C730001	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TEC - NACIONAL	1	10.087,34
	02126057150930001	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE G - NACIONAL	4	173.200,09
	02128057140910001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	55.420	515.625,05
	02131057125490001	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONA - NACIONAL	13.949	29.633,62
	02301057120040001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NACIONAL	125.494	4.866.308,55
	02306057120120001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CI - NACIONAL	45.368	13.941.324,40
	02331057120110001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIV - NACIONAL	3.949	30.446,61
	02365057120100001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENT - NACIONAL	7.671	1.399.482,05
2013	02061057142240042	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENT - NO ESTADO DE SANTA C	6.529	3.996.083,53
	02061057142560042	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TR - NO ESTADO DE SANTA C	96.940	21.667.490,66
	02122057109HB0042	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DE SANTA C		52.054.899,54
	021220571148F0001	IMPLANTACAO DE VARAS DA JUSTICA DO TR - NACIONAL	81	515.495,62
	02122057120TP0042	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO - NO ESTADO DE SANTA C		287.270.903,06
	0212605712C730001	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TEC - NACIONAL	1	145.577,60
	02126057150930001	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE G - NACIONAL	1	95.817,64

	02131057125490042	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONA - NO ESTADO DE SANTA C	3.538	61.244,51
	02301057120040042	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO DE SANTA C	5.236	7.251.985,08
	02306057120120042	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CI - NO ESTADO DE SANTA C	1.623	13.745.815,28
	02331057120110042	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIV - NO ESTADO DE SANTA C	9	21.273,04
	02365057120100042	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENT - NO ESTADO DE SANTA C	238	1.537.371,30
	02061057142240042	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENT - NO ESTADO DE SANTA C	0	4.502.895,80
	02122057109HB0042	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DE SANTA C		55.560.098,65
	0212205711P660001	MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS D - NACIONAL	0	503.813,57
	02122057120TP0042	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO - NO ESTADO DE SANTA C		305.408.295,78
	02122057142560042	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TR - NO ESTADO DE SANTA C	0	27.352.216,37
	0212605712C730001	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TEC - NACIONAL	0	741.795,59
	02128057120G20001	FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTR - NACIONAL	0	277.735,11
2014	02131057125490042	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONA - NO ESTADO DE SANTA C	0	43.860,63
	02301057120040042	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO DE SANTA C		10.834.025,73
	02331057100M10042	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES - NO ESTADO DE SANTA C		73.012,43
	02331057120100042	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENT - NO ESTADO DE SANTA C		1.614.009,04
	02331057120110042	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIV - NO ESTADO DE SANTA C		8.698,97
	02331057120120042	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CI - NO ESTADO DE SANTA C		14.950.874,60

Fonte: SIC-Sistemas de Informações de Custos

- OBS:** Foram excluídos do Custo Total os seguintes valores:
- 1) Classificados no SIC com o código -9 - Não se aplica;
 - 2) de Projetos e Atividades sem execução financeira;
 - 3) do Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
 - 4) do Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais;
 - 5) do Programa 0909 - Pensões Decorrentes de Legislação Especial.
 - 6) Os restos a pagar não processados liquidados no exercício.

GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não há conteúdo a ser tratado neste capítulo por este órgão.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

TABELA XVI – QUADRO A.61.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região			Código UO: 080013	UGO: 15113	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			454.168.926,00	0,00	63.386.564,00
CRÉDITOS	Suplementares		33.835.940,00		10.801.956,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					357.473,00
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)			488.004.866,00		73.831.047,00
Dotação final 2013(B)			467.077.256,00		55.988.279,00
Variação (A/B-1)*100			4,48%		31,87%
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
DOTAÇÃO INICIAL			12.154.600,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		9.859,00		
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		345.400,00			
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)			11.819.059,00		
Dotação final 2013(B)			17.693.180,00		
Variação (A/B-1)*100			-33.20%		

Fonte: SIAFI 2014

6.1.1.1 Análise Crítica

1- Pessoal e Encargos Sociais:

A dotação orçamentária inicial para o pagamento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais desta UG correspondeu ao valor necessário para a satisfação destas despesas devidas até o mês de novembro aproximadamente. No mês de agosto, por ocasião da segunda etapa de pedidos de créditos adicionais, foi feita uma reavaliação das necessidades suplementares para o exercício e o seu envio à Unidade Setorial CFIN/CSJT), que procedeu os encaminhamentos necessários para a concessão de créditos adicionais suplementares suficientes. Foi solicitado crédito adicional para o pagamento de passivos de pessoal no valor de R\$ 9.548.000,00, sendo que houve suplementação para esta finalidade, no final do exercício, no valor de R\$ 4.102.187,00, inscritos em restos a pagar.

3 – Outras Despesas Correntes:

A dotação orçamentária inicial para o pagamento das Outras Despesas Correntes desta UG não foi suficiente para a satisfação destas despesas durante todo o exercício. Foi solicitado crédito adicional suplementar sem oferecimento de recursos orçamentários, por conta de recursos financeiros de fonte própria (F181) provenientes dos Convênios firmados com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, vindo a atender às necessidades básicas de manutenção no exercício. O recebimento de créditos de outras UO/UG, na forma de Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão, contribuiu para dar continuidade a alguns projetos prejudicados pela limitação de dotação orçamentária própria, porém, mesmo assim, alguns tiveram que ser adiados. A destinação dos recursos de fonte 181 (convênios) está sendo planejada para a aquisição de imóveis visando à instalação de fóruns e varas do trabalho.

4 – Investimentos:

Dotação Orçamentária insuficiente para o atendimento das despesas decorrentes dos projetos planejados para o exercício. Foi solicitado crédito adicional suplementar sem oferecimento de recursos orçamentários desta UG, por conta de recursos financeiros de fonte própria provenientes dos Convênios firmados com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para complementação da dotação orçamentária de fonte 100. O recebimento de créditos de outras UO/UG, na forma de Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão, contribuiu para dar continuidade a alguns projetos, diminuindo as necessidades de dotações orçamentárias próprias. A destinação dos recursos de fonte 181 (convênios) está sendo planejada para a aquisição de imóveis visando à instalação de fóruns e varas do trabalho.

Créditos extraordinários:

Não houve créditos extraordinários.

Fonte: SECAD

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

TABELA XVII - QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	080017	080013	02.122.0571.1P66.0001			1.928.094,86
	080001	080013	02.126.0571.2C73.0001			1.182.999,31
	080001	080013	02.128.0571.20G2.0001			281.297,61
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	080017	080013	02.122.0571.1P66.0001	1.305.540,34		
	080017	080013	02.122.0571.148F.0001	236.365,70	6.800.000,00	
	080001	080013	02.126.0571.2C73.0001	2.133.234,35		

Fonte: SECAD

TABELA XVIII - QUADRO A.6.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	201009	080013	28.846.0901.0005.0001	56.303.095,00		
	201009	080013	28.846.0901.0625.0001	68.083.500,00		
	153163	080013	28.846.0901.0005.0042	64.441,00		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SECAD

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – Total

TABELA XIX - QUADRO A.6.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS TOTAL

Valores em R\$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - CÓDIGO UO: 15113			UGO: 080013	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	25.043.980,94	29.626.079,17	13.195.432,33	12.865.225,19
a) Convite	47.617,86	415.988,22	29.277,08	38.309,16
b) Tomada de Preços	763.887,46	0,00	437.821,37	0,00
c) Concorrência	5.287.075,29	12.874.372,45	106.730,51	423.172,64
d) Pregão	18.945.400,33	16.335.718,50	12.621.603,37	12.403.743,39
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	8.980.617,55	7.063.029,62	8.006.957,11	6.130.304,72
h) Dispensa	5.006.961,27	4.009.440,86	4.552.179,48	3.442.227,52
i) Inexigibilidade	3.973.656,28	3.053.588,76	3.454.777,63	2.688.077,20
3. Regime de Execução Especial (j)	73.839,25	127.872,90	73.839,25	127.872,90
j) Suprimento de Fundos	73.839,25	127.872,90	73.839,25	127.872,90
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	520.940.304,63	490.019.633,70	517.869.298,33	470.882.818,62
k) Pagamento em Folha	519.338.997,26	488.615.747,75	516.267.990,96	469.498.007,47
l) Diárias	1.601.307,37	1.403.885,95	1.601.307,37	1.384.811,15
5. Outros	9.656.727,55	8.996.166,42	8.096.705,59	11.147.145,16
6. Total (1+2+3+4+5)	564.695.469,92	535.832.781,81	548.142.232,61	501.153.366,59

Fonte: SIAFI 2014

Nota: Não foram considerados no quadro A.6.1.3.1, os valores recebidos de provisão e créditos.

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não aplicável a este Tribunal.

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

TABELA XX – QUADRO A.6.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

DESPESAS CORRENTES									CÓDIGO UO: 15113 UGO: 080013	
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
Despesas de Pessoal										
01 Aposentadorias e Ref	109.070.013,20	92.644.073,91	109.070.013,20	92.644.073,91	0,00	47.786,00	109.070.013,20	92.596287,91		
11 Vecto e vantagens fixas	303.450.112,64	291.130.117,21	303.329.352,23	291.130.117,21	120.760,41	5.748.178,77	303.329.352,23	283.381.938,44		
13 Obrigações Patronais	56.080.457,15	54.474.555,92	55.609.821,57	54.474.555,92	470.635,58	2.092.985,56	55.609.821,57	52.381.570,36		
Demais elementos do grupo	19.404.283,01	28.828.508,96	15.301.681,92	23.369562,08	4.102.601,09	8.461.938,80	15.301.681,92	20.366.570,16		
Juros e Encargos da Dívida										
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Correntes										
30 – Material de Consumo	2.964.765,27	2.415.089,43	2.747.521,82	2.415.089,43	217.243,45	253.996,55	2.747.521,82	2.161.092,88		
36 – Outros Serv. PF	5.930.857,39	4.818.240,66	5.444.764,84	4.818.240,66	486.092,55	66.388,69	5.455.299,10	4.751.851,97		
39 – Outros Serv. PJ	17.060.579,85	14.229.876,04	14.760.591,94	14.229.876,04	2.299.987,91	2.622.497,77	14.650.111,39	11.607.378,27		
Demais elementos do grupo	40.958.030,31	30.984.293,36	40.011.662,84	30.984.293,36	94.367,41	1.205.270,49	40.056.815,83	29.779.022,87		
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		0,00		Valores Pagos			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
Investimentos										
51 – Obras e Instalações	4.863.510,00	12.421.476,25	3.510,00	12.421.476,25	4.860.000,00	12.405.607,62	3.510,00	15.868,63		
52 – Equip. Material Permanente	4.324.111,00	3.157.432,45	1.451.455,46	3.157.432,45	2.872.655,54	1.265.096,40	1.451.455,46	1.892.336,05		
Demais elementos do grupo	588.750,10	729.117,62	466.650,10	729.117,62	122.100,00	509.668,57	466.650,10	219.449,05		
Inversões Financeiras										
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2º elemento de despesa	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3º elemento de despesa	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais elementos do grupo	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida										
1º elemento de despesa	0,00		0,00							
2º elemento de despesa	0,00									
3º elemento de despesa										
Demais elementos do grupo										

Fonte: SIAFI

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não aplicável a este Tribunal.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

TABELA XXI – QUADRO A.6.1.3.5 - DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.610.410,83	6.545.359,92	3.069.872,49	2.302.180,61
a) Convite	105.938,47	0,00	103.173,63	0,00
b) Tomada de Preços	1.893.882,61	269.000,00	429.518,54	269.000,00
c) Concorrência	0,00	2.323.259,70	0,00	0,00
d) Pregão	4.610.589,75	3.953.100,22	2.537.180,32	2.033.180,61
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00		0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	7.046.725,94	183.469,29	57.389,60	145.577,60
a) Dispensa	6.887.314,86	6.662,75	55.957,16	0,00
b) Inexigibilidade	177.411,08	176.806,54	1.432,44	145.577,60
3. Regime de Execução Especial		0,00		0,00
a) Suprimento de Fundos	0,000	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		0,00		0,00
a) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Diárias		0,00	0,00	0,00
5. Outros	121.910.961,77	5.515.981,68	121.910.961,77	2.612.733,01
6. Total (1+2+3+4+5)	135.586.097,94	12.244.810,89	125.038.133,26	5.060.491,22

Fonte: SIAFI 2014

NOTA: Incluídos os valores recebidos de Precatórios – PTRES 075952, 076920 e 076921.

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

TABELA XXII – QUADRO A.6.1.3.6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal								
91- Sentenças Judiciais	121.718.565,77	5.458.946,88	121.718.565,77	5.458.946,88	0,00	2.903.248,67	121.718.565,77	2.555.698,21
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
30- Material de Consumo despesa	0,00	66.462,75		66.462,75		29.638,75		36.824,00
39 – Outros Serv. PJ	2.792.370,73	3.450.305,84	1.188.548,30	3.450.305,84	1.603.822,43	2.826.056,62	1.188.548,30	624.249,22
3º elemento de despesa		0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Demais elementos do grupo	600.021,05	97.777,64	334.795,97	97.777,64	265.225,08	4.500,00	334.795,97	97.777,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos								
52- Equip. Material Permanente	2.874.919,62	2.511.557,78	1.716.196,66	2.511.557,78	1.158.722,96	1.425.375,63	1.716.196,66	1.086.182,15
39 -Outros Serv. Terc. PJelemento de despesa	700.699,35	390.760,00	0,00	390.760,00	700.699,35	0,00	0,00	390.760,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	99.521,42	269.000,00	25.233,26	269.000,00	74.288,16	0,00	25.233,26	269.000,00
5 – Inversões Financeiras								
61- Aquisição de Imóveis	6.800.000,00		0,00		6.800.000,00		0,00	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

1- Pessoal e Encargos Sociais:

As despesas para o pagamento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais desta UG atenderam as necessidades até o mês de novembro aproximadamente. Foram solicitados créditos adicionais para possibilitar o pagamento de Pessoal e Encargos no ano de 2014. No exercício de 2014 foram efetuados pagamentos de passivos financeiros de pessoal, tendo sido realizado o pagamento parcial dos valores, restando saldo inscrito em Restos a Pagar.

3 – Outras Despesas Correntes:

O orçamento destinado para o pagamento das Outras Despesas Correntes foi insuficiente para as despesas durante todo o exercício. Para suprir a necessidade, foi solicitado crédito suplementar utilizando o recurso de fonte própria, provenientes dos Convênios firmados com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, vindo a atender às necessidades básicas de manutenção no exercício. O recebimento de recursos por movimentação de créditos entre Unidades Orçamentárias contribuiu para dar continuidade a alguns projetos prejudicados pela limitação de dotação orçamentária própria.

4 – Investimentos:

O orçamento foi insuficiente para o atendimento dos projetos planejados para o exercício. Para suprir a necessidade, foi solicitado crédito suplementar utilizando o recurso de fonte própria, provenientes dos Convênios firmados com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O recebimento de créditos de outras UO/UG, na forma de Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão, contribuiu para dar continuidade a alguns projetos, diminuindo as necessidades de dotações orçamentárias próprias. A destinação dos recursos de fonte 181 (convênios) está sendo planejada para a aquisição de imóveis visando à instalação de fóruns e varas do trabalho.

Fonte: SECAD

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

TABELA XXIII - QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	02.122.0571.4256.0042 PO 0006	1.350,00	1.350,00
Legal	02.122.0571.4256.0042 PO 0001	101.366,00	93.030,03
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI 2014

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

TABELA XXIV - QUADRO A.6.3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21.212.11.00	Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos /Recursos				
21.213.11.00	Encargos por Insuf. de Créditos /Recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080013	02.482.005/0001-23	7.847.617,22	7.677.887,93	0,00	158.179,29
080013	02.482.005/0001-23	1.224.968,00	507.278,66	0,00	680.721,34

Fonte: SIAFI 2014

6.3.1 Análise Crítica

Registro de Passivos Financeiros pendente de pagamento por insuficiência orçamentária conforme levantamento de valores realizado pelo setor competente, com reconhecimento de dívida e aguardando recurso extraordinário. Solicitação de recurso encaminhada em 2014, sendo atendido parcialmente com saldo de restos a pagar para liquidação em 2015.

Fonte: SECAD

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

TABELA XXV - QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	41.863.734,89	25.269.867,63	566.814,77	16.027.052,49
2012	1.381.534,17	438.073,88	314.695,82	628.764,47
2011	927.593,24	0,00	0,00	927.593,24
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013				
2012				
...				

Fonte: SOF/SECAD

6.4.1 Análise Crítica

Os valores reinscritos em restos a pagar não processados aguardam liberação de pendências para sua quitação, de acordo com informação repassada pelo Setor responsável.

Fonte: SOF/SECAD

6.5 Transferências de Recursos

Este item e seus subitens não são aplicáveis a este Tribunal.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

TABELA XXVI - QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	080013	TRT 12ª REGIÃO	-	-	67	73.839,25	8.000,00
2013	080013	TRT 12ª REGIÃO	-	-	80	123.724,07	8.000,00
2012	080013	TRT12ª REGIÃO	-	-	96	115.481,52	8.000,00

Fonte: SIAFI 2014 – SOF/Controle de Suprimento de Fundos

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

TABELA XXVII - QUADRO A.6.6.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	080013	TRT 12ª REGIÃO	-	-	40	6.159,01	67.680,24	73.839,25
2013	080013	TRT 12 REGIAO	-	-	96	16.517,69	107.206,38	123.724,07

Fonte: SIAFI 2014 e 2013

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

TABELA XXVIII - QUADRO A 6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto do Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento da Despesa	Subitem da Despesa	Total
80013	TRT 12ª REGIAO	339030	1	15.874,53
			9	1.258,28
			10	4.880,86
			15	1.005,40
			16	1.412,00
			17	1.873,15
			19	630,30
			20	580,00
			21	341,47
			22	943,82
			24	15.921,17
			25	1.110,35
			26	11.749,42
			28	1.043,10
			29	1.195,00
			36	130,80
			39	2.249,60
			41	480,50
			42	2.120,80
			44	449,15
		50	227,81	
		99	330,40	
		339039	14	550,00
			16	41,20
			17	1.807,00
			18	200,00
			19	982,00
			20	665,00
			59	357,00
			63	90,00
			69	391,78
			74	780,00
			78	1.698,25
83	167,70			
99	301,41			
				73.839,25

Fonte: SIAFI

6.6.4 Análise Crítica

Os Recursos destinados para utilização de Suprimentos de Fundos atenderam às normas vigentes, tendo sido utilizados conforme solicitações dos supridos. As prestações de contas foram aprovadas dentro do exercício de 2014.

Fonte: SECAD

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

Este item e seus subitens não são aplicáveis a este Tribunal.

6.8 Gestão de Precatórios

6.8.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

TABELA XXIX - QUADRO A.6.8.1- REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Requisições - Precatórios												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	15	88.753,13	3	624.324,70	4	53.160.885,93	5	55.761.163,52	3	624.324,70	4	53.160.885,93
Comum	41	66.054.363,71	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	56	66.143.116,84	3	624.324,70	4	53.160.885,93	5	55.761.163,52	3	624.324,70	4	53.160.885,93
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012			
Alimentícia	59.809.487,00	674.866,00	57.567.920,00	56.367.535,63	647.156,79	53.814.071,15	0,00	0,00	0,00	0,00		
Comum	*91.008,00	*87.406,00	*76.724,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total	59.900.495,00	674.866,00	57.644.644,00	56.367.535,63	647.15679,00	53.814.071,15	0,00	0,00	0,00	0,00		

Observações: * Valores referentes ao parcelamento do Precatório 560/2008, incluído no orçamento de 2010.

O saldo da dotação orçamentária de 2014 (R\$ 3.506.392,37) e o valor de R\$ 91.008,00, referente ao Precatório 560/2008, foram colocados à disposição do CSJT por meio do OF. SEGEP 1148/2014.

Fonte: GAPRE

6.8.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

TABELA XXX - QUADRO A.6.8.2 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Requisições - Precatórios												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	4	585.537,68	2	1.073.532,24	1	44.113,41	0	0,00	2	1.073.532,24	1	44.113,41
Comum	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	60.079,00	0	0,00	0	0,00
Total	4	585.537,68	2	1.073.532,24	1	44.113,41	1	60.079,00	2	1.073.532,24	1	44.113,41
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012			
Alimentícia	0,00	1.160.813,00	47.770,00	0,00	1.074.603,09	44.499,11	0,00	0,00	0,00	0,00		
Comum	64.441,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.441,00	0,00	0,00	0,00		
Total	64441,00	1.160.813,00	47.770,00	0,00	1.074.603,09	44.499,11	64.441,00	0,00	0,00	0,00		

Fonte: GAPRE

6.8.3 Análise Crítica

Na Estrutura Organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região a gestão de precatórios está a cargo do Setor de Precatórios, que é vinculado ao Gabinete da Presidência. O Setor conta com um servidor, ocupando a função de Assistente-Chefe de Setor – FC4.

A análise sucinta dos números constantes dos Quadros A.6.8.1 e A.6.8.2 demonstra que, nos anos correspondentes ao período analisado, os precatórios federais requisitados foram integralmente quitados, podendo-se concluir que o procedimento em vigor, qual seja: a inclusão dos precatórios da administração direta e indireta na proposta orçamentária anual, com o repasse dos valores pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, via SIAF, diretamente ao Tribunal de origem, tem possibilitado o regular cumprimento do disposto no Art. 100 da Constituição Federal.

Fonte: GAPRE

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

A demonstração e distribuição da força de trabalho da unidade, correspondente aos conteúdos dispostos nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 7.1 da DN 134/2013, é objeto dos Quadros A.7.1.1.1; A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3, e de análise circunstanciada dos dados apresentados:

O Quadro A.7.1.1.1 visa a demonstrar a força de trabalho da UJ, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, a UJ deve informar a lotação autorizada e a efetiva, registrando-se, ainda, os ingressos e egressos no exercício. O **Quadro A.7.1.1.1** deve refletir a situação **apurada em 31/12 do exercício de referência do Relatório de Gestão**.

TABELA XXXI - QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1767	1640	173	86
1.1. Membros de poder e agentes políticos	134	130	4	2
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1633	1510	169	84
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1633	1506	167	84
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	4	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	119	2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1886	1642	173	86

Fonte: Sistema SRH

Observação QUADRO A.7.1.1.1: os seguintes servidores, que estão lotados no TRT/SC, não foram considerados no quadro acima:

- 1) CEDIDOS, art. 93, I, da Lei 8112/90: 05 servidores;
- 2) REMOVIDOS, art. 36, I, II, III, b e c, da Lei 8112/90: 64 servidores;
- 3) LOTAÇÃO PROVISÓRIA, art. 84, §2º da Lei 8112/90: 13 servidores.

TABELA XXXII - QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	408	1103
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	408	1103
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	407	1100
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	3
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	408	1105

Fonte: Sistema SRH

Observação do QUADRO A.7.1.1.2: os seguintes servidores, que estão lotados no TRT/SC, não foram considerados no quadro acima:

TABELA XXXIII – NÃO INCLuíDOS NA DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
CEDIDOS, art. 93, I, da Lei 8112/90	0	5
REMOVIDOS, art. 36, I, II, III, b e c, da Lei 8112/90	11	53
LOTAÇÃO PROVISÓRIA, art. 84, §2º da Lei 8112/90	4	9
Total	15	67

Fonte: Sistema SRH

TABELA XXXIV - QUADRO A.7.1.1.3- DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	238	237	49	50
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	238	237	49	50
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	238	229	46	47
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	238	6	3	3
1.2.4. Sem Vínculo	119	2	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	860	838	415	441
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	860	794	388	405
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	860	44	27	36
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1098	1075	464	491

Fonte: Sistema SRH

Nos últimos anos, observa-se o aumento da demanda nas unidades judiciárias deste Tribunal.

Em 2014, no início da atual gestão, após análise do volume processual das Unidades Judiciárias de 1º Grau, considerando a média dos últimos três anos e considerando a insuficiência de cargos vagos de modo que possibilitasse suprir, de forma equânime, todo o déficit originado pela adoção do critério de lotação-padrão pelo máximo estabelecido na Resolução CSJT nº 63/2010, uma vez que o crescimento processual não veio acompanhado da necessária criação de cargos para o Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, este Egrégio optou por estabelecer a lotação pelo mínimo.

Todavia, em maio de 2014, foi elaborado um Relatório Conjunto do 1º Grau que apresentou a necessidade de revisão da lotação-padrão das Varas do Trabalho, haja vista a sobrecarga de trabalho, o aumento considerável da movimentação processual e o problema originado no estabelecimento da lotação pelo mínimo, qual seja, a ausência de reposição no caso de vacâncias e remoções nas unidades superavitárias.

Após a elaboração de estudo, com vistas a delimitar o impacto administrativo e de pessoal, foi adotado o critério da lotação-padrão pelo máximo estabelecido na referida Resolução.

Paralelamente, a fim de minimizar o descompasso entre o crescimento do volume processual e a insuficiente criação de cargos para o Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, foi elaborado um índice objetivo, denominado Índice de Segurança Técnica, capaz de auxiliar na priorização de lotação das Varas do Trabalho, levando em consideração a carga de trabalho a que a Vara está submetida, quer pelo volume processual ordinário, quer pelo volume excedente de cartas precatórias e pelo absenteísmo.

O referido índice permite que sejam observadas quais as Unidades que já estão no máximo de sua capacidade e aquelas que ficarão nesta situação com eventuais vacâncias de servidores, sendo possível analisar mais claramente as Unidades com necessidade de atendimento imediato e de reposição, quando necessário.

Sobre a distribuição da força de trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho estabeleceu que o quantitativo de servidores vinculados às unidades de apoio administrativo

corresponderá a no máximo 30% do total de servidores, incluídos efetivos, removidos, cedidos e ocupantes de cargos em comissão sem vínculo com a Administração Pública. Conforme se observa no quadro A.7.1.1.2, a quantidade de servidores lotados na área meio deste Regional corresponde a 26,5% do total de servidores, percentual abaixo do limite estabelecido.

Além disso, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho estabeleceu que as unidades de apoio administrativo dos Tribunais não poderão contar com mais do que 30% do total de cargos em comissão e de funções comissionadas disponíveis para todo o quadro de pessoal. Atualmente, este percentual é de 23,68%.

Em relação aos afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UJ, segue abaixo quadro demonstrativo do número de servidores afastados por tipologia de afastamento:

TABELA XXXV – AFASTAMENTOS POR TIPO

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3)	51
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	45
3.3. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	14
6.1. Removido (art. 15 do Ato Conjunto TST/CSJT nº 20/2007)	10
6.2. Lotação Provisória para acompanhar cônjuge (ar. 84, §2º, Lei 8112/90)	4
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	73

Fonte: Sistema SRH

Diante dos dados apresentados acima, verifica-se que 73 afastamentos reduzem a força de trabalho da UJ, quantidade inferior aos 88 servidores que aumentam a força de trabalho, conforme consta no quadro A.7.1.1.1 – Distribuição da Lotação Efetiva.

Cumpram-se destacar que as unidades de apoio administrativo, assim como as unidades judiciárias, carecem de pessoal em virtude do aumento de volume de trabalho apresentado nos últimos anos sem a correspondente criação de cargos.

Dessa forma, atualmente, os cargos existentes são insuficientes para atendimento de todas as demandas de pessoal da 12ª Região.

Contudo, segundo informação da SEPLAN, está em tramitação no CSJT o Processo CSJT-AL - 28408-88.2014.5.90.0000 com proposta de criação de 30 cargos de juiz do trabalho substituto e proposta de criação de 121 cargos efetivos de servidores. No Congresso Nacional estão em tramitação os seguintes Projetos de Lei:

PL 8333/2015 – Proposta de criação de 04 Cargos de Juiz do Trabalho Substituto

PL 383/2015 - Proposta de criação de 45 funções comissionadas

Fonte: SERHU

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Em 2014 foram organizados 96 eventos internos de capacitação, com 173 turmas, 5372 vagas ocupadas. Dessas turmas, 139 foram realizadas de forma presencial, 22 por meio do ensino a distância e 12 em que foram utilizadas as duas formas de participação, sendo que para os servidores da capital a participação foi presencial e para os demais a distância,

Também foram custeados 105 eventos externos com total de 157 vagas. O custeio foi proporcionado pelo pagamento de inscrições ou pela dispensa do ponto do servidor para participar do evento.

No total, portanto, 5529 vagas foram ocupadas por servidores do Tribunal em eventos de capacitação organizados ou intermediados pelo SCD.

Foram investidos **R\$ 443.810,71** em eventos gerenciados pelo SCD. Deste montante o SCD utilizou **R\$ 336.912,00** em eventos internos e **R\$ 106.898,71** em eventos externos.

Destacamos os seguintes pontos:

1) **Meta 2 do CSJT** - Implantar Programa de Desenvolvimento Gerencial em todos os tribunais, com base em modelo de gestão por competências. Meta cumprida com a promulgação da Portaria Presi 423/2014

2) Foi dada continuidade à **capacitação de servidores na utilização da ferramenta do PJe-JT**. 362 servidores da área judiciária realizaram pelo menos 1 curso de PJE. O SCD ofereceu 961 vagas nos 27 cursos oferecidos (com um total de 37 turmas). Foram realizadas 09 videoconferências, com 648 participantes no total, para atualização de versões e demais usabilidades do sistema.

3) Este ano foi oportunizado que **82% dos servidores** do quadro do Tribunal participassem de pelo menos um evento de capacitação, não incluídos os obrigatórios em lei.

4) Foram realizados os **cursos obrigatórios por lei** e cumpridas as determinações emanadas das Resoluções do CSJT e do CNJ, tais como: Curso de Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança e o Curso de Competências Gerenciais.

- **Programa de Reciclagem de Seguranças** - Lei 11.416/2006, Art. 16, § 3º. Curso obrigatório promovido anualmente para fins de atualização de conhecimentos, percepção da GAS e promoção dos Agentes de Segurança. Realizado de 01/08 a 30/09 com duração de 60 dias.

- **Curso de Competências Gerenciais** - Lei 11.416/2006, Art. 5º, § 5º Curso obrigatório dirigido a servidores ocupantes de cargo de natureza gerencial que aborda aspectos relacionados à liderança, à comunicação, ao relacionamento interpessoal e às ferramentas de gestão, entre outros. No ano de 2014 foram treinados 83 ocupantes de cargos/ funções comissionados.

5) No que tange à **área judiciária** foram oferecidos os seguintes cursos:

TABELA XXXVI – CURSOS DA ÁREA JUDICIÁRIA

Curso	Nº de Turmas	Servidores Capacitados
Noções de Cálculo	2	30
Liquidação de Sentença com Jursicalc	4	61
Sentença Liquidada com Juriscalc	3	42
Preparatório para atividades de Assistente de Desembargador	1	25
Prática de Sentença e Prática Processual	1	31

6) Realizado o **Programa Continuado de Capacitação em Licitações e Contratos**, demanda expressa da Administração do Tribunal, que foi dividido em 4 módulos, realizados entre março e agosto de 2014.

a) Módulo 1 – Básico de Licitação:

Capacitados: 60
 Turmas: 2 turmas
 Período: Março/2014
 Carga Horária: 16h/a
 Instrutoria Interna: Ana Paula Volpato Wronski

b) Módulo 2 – Elaboração de Projeto Básico

Capacitados: 70
 Turmas: 2 turmas
 Período: 9 a 11 e 24 a 26 de junho
 Carga horária: 16h por turma
 In Company – Empresa contratada: IDEMP

c) Módulo 3 – Análise de Mercado

Capacitados: 64
 Turmas: 2 turmas
 Período: 1 a 3 e 23 a 25 de julho
 Carga horária: 16h por turma
 In Company – Empresa contratada: Consultre

d) Módulo 4 – Curso Prático de Fiscalização de Contratos Administrativos

Capacitados: 73
 Turmas: 2 turmas
 Período: Agosto/2014
 Carga horária: 16h por turma
 In Company – empresa contratada: Consultre

7) Implementado o **Programa de Aproximação de Servidores SERHU** com a área Judiciária, com intuito de ampliar o conhecimento da equipe de forma a promover maior alcance das suas ações no resultado institucional. Foram realizadas as seguintes ações:

- realizadas duas visitas técnicas às unidades judiciárias de São José (1º) e Florianópolis (2ª), contando com a participação de 9 servidores;
- participação de 2 servidores no Programa de Visitação Pública;
- Realizado um curso de Direito Processual do Trabalho, ministrado por instrutor interno, para 17 servidores da SERHU.

8) Realizado **Encontro de Diretores de 1ª Instância** nos dias 29 e 30 de maio, no Majestic Palace Hotel, com participação de 70 Diretores de 1ª Instância. Entre as atividades desenvolvidas estão a Oficina de Atividades conduzida por psicóloga, com levantamento de problemas e sugestões de soluções, que gerou documento entregue à Administração durante o evento e palestras. Além disso, o evento contou com participação de representantes de toda a Administração do Tribunal, ouvindo os levantamentos dos participantes e expondo alguns assuntos pertinentes.

9) Realizado **Encontro de Diretores de 1ª Instância com PJE**, no dia 15 de setembro, com carga horária de 6 horas e participação de 37 Diretores de VT e Chefes de Centrais de Atendimento que utilizam Pje. Foram abordados temas como coordenação do Pje e o papel de todos os envolvidos, comunicação como instrumento de trabalho, fluxo do processo de trabalho do suporte Pje, estabelecimento de critérios de priorização de demandas, avaliação/definição da comunicação USO, e-Gestão, Sistema Aud, atuação da Corregedoria, orientações procedimentais na tramitação dos processos, metodologia das inspeções correicionais, sistema de correição virtual e geração de informação ao Saser.

10) Nos dias 31 de julho e 1º de agosto foi realizado o Encontro de Oficiais de Justiça do TRT/SC no Majestic Palace Hotel. Com duração de 12 horas, o evento contou com a participação de 54 Oficiais de Justiça de todo o Estado. Participaram do evento o Dr. Alexandre Ramos, contextualizando o Judiciário no 1º Grau, a psicóloga Andréa Alvarenga, conduzindo uma oficina onde foram levantadas demandas e apontados fatores positivos, bem como realizada troca de experiência entre os participantes. Da oficina resultou um documento entregue à Administração com os pontos debatidos. Participou também o Oficial de Justiça do TRT9, Marcelo de Araújo Freitas, proferindo palestra no encerramento do Encontro com experiências e conselhos práticos a todos os presentes. Representantes da Administração do TRT/SC também estiveram presentes para ouvir os Oficiais e passar algumas informações importantes.

11) Realizado **Encontro dos Multiplicadores de PJE** no dia 11 de setembro no Auditório do Tribunal, contando com participação de 8 servidores que atuarão como Multiplicadores do PJE em suas regiões. O evento foi conduzido pela Coordenadora do PJe-JT Silvana Schaarschmidt. Foram trabalhados temas como Aspectos Pedagógicos e Aspectos do Pje.

12) Foram realizadas demais **ações de capacitação envolvendo áreas específicas** tais como: saúde e qualidade de vida, responsabilidade sócio-ambiental, gestão de estresse, motivação, legislação de aposentadoria, novos servidores, visita institucional, dentre outros.

13) **Talk Shows: Direto ao Assunto.** Exposições que tratam de assuntos polêmicos e atuais da área jurídica sobre os quais um palestrante responde a perguntas sobre o tema formuladas por servidores e magistrados do Tribunal. Foram realizados três eventos: Medidas assecuratórias da efetividade das execuções trabalhistas, Recuperação Judicial e seus efeitos na execução trabalhista, segurança pública e o oficial de Justiça, totalizando 475 participantes.

14) Curso de PROAD e Autoatendimento e Curso de Contribute. Treinamentos realizados com o objetivo de esclarecer dúvidas, orientar e atualizar servidores no uso de ferramentas e sistemas usados para processos administrativos internos do Tribunal. Foram capacitados 87 servidores

15) **Eventos destinados à qualidade de vida e à saúde.** Eventos realizados com o objetivo de zelar pela saúde física e mental dos servidores, orientando quanto à prevenção e tratamento de doenças e estilo de vida saudável. Foram realizados os eventos – Conciliando o papel do cuidador;

Deficiência visual: limites e possibilidades; Nutrição esportiva; Nutrição – Alimentação saudável em restaurantes; Nutrição – como comer bem e mudar hábitos em família; Nutrição-Lanches saudáveis e nutrição na prática, totalizando 1174 participações.

16) **Programa de Integração de Novos Servidores** –Portaria Conjunta 3, Anexo III, art. 4º, Inciso I. O programa objetiva fazer com que o novo servidor se sinta parte integrante da Instituição. São apresentados os principais serviços, missão e objetivos, além da estrutura organizacional da Justiça do Trabalho, os direitos e deveres dos servidores, entre outros tópicos. Foram realizadas 34 turmas em 2014. Participaram, no total, 157 servidores.

17) **Cursos In Company** Cursos que abordam temas relevantes a várias áreas, serviços ou setores do Tribunal. A contratação de empresa para ministrar curso nas dependências do TRT é importante para que se possa estender o conteúdo de um curso a um maior número de servidores.

A seguir serão detalhados os dados quantitativos e os custos dos eventos internos e externos realizados.

Fonte: SERHU

7.1.2.1. Eventos de Capacitação

7.1.2.1.1 Eventos Internos

Foram incluídos em eventos internos os cursos organizados pela Instituição e promovidos pelo Serviço de Capacitação e Desenvolvimento com participação em algumas etapas como: planejamento, pesquisa, contratação de ministrante, definição de calendário, organização de material, reserva de auditório interno ou busca de local externo, reserva de coffee-break, avaliação, entre outras tarefas.

Em 2014 tiveram destaque os eventos destinados à formação de novos contadores, com curso de Cálculo, bem como os voltados para os assistentes de juízes, com cursos de prática de sentença e prática processual.

No total o SCD promoveu 96 eventos (em 173 turmas), entre cursos e palestras, dos quais 5372 vagas foram ocupadas e nos quais foram investidos R\$ 336.912,00.

TABELA XXXVII – TURMAS DE CURSOS E PALESTRAS

PERÍODO	Nº TURMAS	Nº DE PARTICIPANTES	VALORES GASTOS	INVESTIM. POR VAGA
2014	173	5372	R\$ 336.912,00	R\$ 62,72

Fonte: Sistema SRH

Tais eventos foram realizados de forma presencial ou por meio de ensino a distância. Os resultados das duas formas de ensino utilizadas serão especificados separadamente a seguir.

Eventos Presenciais

Dos 96 eventos internos promovidos pelo Serviço de Capacitação e Desenvolvimento em 2014, 64 foram realizados de forma presencial, entre cursos e palestras, com 139 turmas ministradas. Participaram de tais eventos 2019 integrantes do quadro de pessoal do Tribunal, em 1250 horas de treinamento.

Para realizar tais eventos foram investidos R\$ 272.452,00.

TABELA XXXVIII – EVENTOS PRESENCIAIS

TIPO DE EVENTO	Nº EVENTOS	Nº TURMAS	Nº PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA
Presencial	64	139	2019	1250

Fonte: Sistema SRH

Eventos de EAD

No ano de 2014, 21 eventos foram promovidos utilizando-se a metodologia de ensino a distância, tendo sido realizadas 22 turmas, em 138 horas de treinamento. Foram disponibilizadas 3.353 vagas (ead + misto) com investimento de R\$64.460,00.

TABELA XXXIX – EVENTOS EAD

	Nº EVENTOS	Nº TURMAS	Nº PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	VALORES GASTOS
EAD	21	22	1823	138	R\$ 43.100,00
Misto	11	12	1530	107,5	R\$ 21.360,00

Fonte: Sistema SRH

Eventos com Instrutores Internos

Informa-se que 46 diferentes instrutores internos do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina ministraram 880 horas de treinamento em 42 eventos de capacitação (99 turmas), em 2014. Foram realizadas 34 turmas do Programa de Integração de Novos Servidores, das quais participaram 157 servidores em 196 horas de apresentação. Foram capacitados 1778 participantes e o valor executado foi de R\$ 54.820,00.

TABELA XL – EVENTOS COM INSTRUTORES INTERNOS

Nº EVENTOS	Nº TURMAS	Nº INSTRUTORES	CARGA HORÁRIA	Nº PARTICIPANTES	VALOR INVESTIDO
42	99	46	880	1778	R\$ 54.820,00

Fonte: Sistema SRH

7.1.2.1.2. Eventos Externos

Os eventos externos são aqueles em que não há nenhuma participação do TRT no planejamento, na organização e na execução das atividades. A participação de servidores em eventos externos se dá quando os superiores hierárquicos solicitam para os servidores o custeio ou a dispensa de ponto à Instituição ou quando esta simplesmente compra determinado número de vagas de algum evento oferecido pelo mercado.

Cabe ressaltar que os eventos externos diferenciam-se do Programa Descentralizado de Capacitação, visto que neste há a participação da Instituição no planejamento e na organização dos eventos envolvidos, o que não ocorre no primeiro caso. Em 2014 houve 105 eventos externos atendendo 157 servidores. Tais eventos representaram um investimento de R\$ 106.898,71.

TABELA XLI – EVENTOS EXTERNOS

PERÍODO	Nº EVENTOS	Nº PARTICIPANTES	VALORES GASTOS	INVESTIM. INDIVIDUAL
2014	105	157	R\$ 106.898,71	R\$ 680,88

Fonte: Sistema SRH

7.1.2.2. Resultado dos Eventos de Capacitação

Considerando-se os cursos internos (presenciais, a distância e mistos) e externos, por intermédio do Serviço de Capacitação e Desenvolvimento, foram realizados 201 eventos de capacitação, 278 turmas, em aproximadamente 3.400,9 horas de treinamento.

Destaca-se que 1.308 servidores participaram de pelo menos um treinamento durante o ano, com o oferecimento de 5.529 vagas. Cada treinando participou, portanto, de 4,22 eventos, em média.

TABELA XLII – EVENTOS 2014

EVENTOS	Nº EVENTOS	Nº TURMAS	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA
PRESENCIAIS	64	139	2019	1250
EAD	21	22	1823	138
MISTOS	11	12	1530	107,5
TOTAL INTERNOS	96	173	5372	1495,5
TOTAL EXTERNOS	105	105	157	1905,4
TOTAL DE EVENTOS	201	278	5529	3400,9

Fonte: Sistema SRH

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

TABELA XLIII - QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exer cícios	2014	38.761.131,82	0,00	3.301.090,8	2.270.998,96	2.455.975,11	1.563.511,26	2.634.383,29	5.106.786,65	0,00	56.093.877,92
	2013	35.955.366,01	0,00	3.062.949,86	2.152.479,86	2.126.035,12	1.187.700,14	597.437,00	1.892.793,58	0,00	46.974.761,57
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exer cícios	2014	179.986.277,77	34.979.317,48	18.392.434,07	10.617.243,69	15.564.754,34	1.612.935,29	2.937.568,87	3.973.455,38	40.476,51	268.074.463,40
	2013	157.074.285,19	34.984.680,17	17.461.527,32	16.125.518,30	16.615.441,48	4.832.556,85	1.223.244,19	162.498,35	32.379,46	248.512.131,31
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exer cícios	2014	0,00	213.892,06	13.146,11	4.414,50	53.578,98	15.178,52	14.929,14	4.629,65	0,00	319.769,26
	2013	0,00	273.492,36	16.792,22	5.596,20	53.578,98	15.178,52	15.178,82	4.860,09	0,00	384.913,25
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exer cícios	2014	0,00	218.561,76	18.213,48	6.071,16	18.047,04	0,00	0,00	0,00	0,00	260.893,44
	2013	0,00	218.561,76	18.213,48	6.071,16	17.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.886,40
Servidores cedidos com ônus											
Exer cícios	2014	10.659.435,15	298.457,25	681.254,60	572.970,43	665.614,98	183.918,67	3.799,19	501.453,21		13.566.903,48
	2013	13.927.777,41	307.626,97	622.137,13	677.971,73	679.663,37	136.900,99	9.519,75	4.943,86		16.366.541,21
Servidores com contrato temporário											
Exer cícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO TRT 12ª REGIÃO

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos e a terceirização irregular de cargos, as informações disponibilizadas neste item devem observar as orientações contidas nos itens 7.1.4.1 e 7.1.4.2.

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quando da nomeação de candidato para o exercício de cargo efetivo ou em comissão, é colhida declaração emitida pelo nomeado, da qual consta que ele não acumula cargos, empregos e funções, na forma do disposto no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal, e art. 118 da Lei nº 8.112/90.

Os servidores inativos também apresentam declaração, por ocasião do recadastramento anual, de que não recebem rendimentos provenientes de outros órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Aqueles que declaram o recebimento de outros rendimentos são instruídos a indicar a fonte pagadora e a apresentar o respectivo comprovante.

Além disso, anualmente é expedido comunicado circular dirigido aos servidores e magistrados ativos, solicitando daqueles que acumulam cargos, empregos e funções públicas, que indiquem o órgão ao qual estão vinculados e a remuneração percebida, com apresentação dos respectivos comprovantes. O último comunicado dessa natureza foi expedido em 29-1-2014 (cópia no PROAD 6235/2012).

Havendo declaração positiva, em todos os casos mencionados examina-se se a acumulação está enquadrada nas exceções permitidas pela Constituição Federal e se há compatibilidade de horários.

Nenhuma irregularidade foi constada no ano 2014.

Quanto aos magistrados, o CNJ tem realizado inspeção, por meio de solicitação de informações aos Tribunais, acerca do exercício da docência ou de cargos ou funções de coordenação acadêmica (Resolução nº 34/2007).

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Não há ocorrência de servidores terceirizados em cargos do plano de cargos do órgão.

Fonte: SERHU

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Nos últimos anos, as vacâncias de cargos efetivos do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal ocorreram, principalmente, em virtude de aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável. Em 2014, essas duas formas de vacância corresponderam a 96,20% dos desligamentos de servidores de cargos efetivos, conforme se observa no quadro abaixo:

TABELA XLIV - QUADRO A.7.1.5.1 – VACÂNCIAS 2010-2014

ANO	Aposentadoria		Posse em outro cargo		Outras	
	Quantidade	% sobre total de vacâncias	Quantidade	% sobre total de vacâncias	Quantidade	% sobre total de vacâncias
2010	28	75,68	4	10,81	5	13,51
2011	37	66,07	9	16,07	10	17,86
2012	72	79,12	15	16,48	4	4,40
2013	51	57,95	29	32,95	8	9,10
2014	54	68,35	22	27,85	3	3,80

Fonte: Sistema SRH – TRT12

Em relação às aposentadorias, destaca-se que o aumento observado nos últimos anos sofre influência da data de criação do tribunal, que foi instalado em 11 de dezembro de 1981. A partir do final de 2011, um grande número de servidores que ingressaram nos primeiros anos de funcionamento deste Egrégio passaram a satisfazer as condições para requerer a aposentadoria.

No que se refere às vacâncias decorrentes de posse em outro cargo e pedidos de exoneração, este Tribunal disponibiliza junto ao requerimento de vacância um formulário de desligamento no qual consulta o servidor sobre as causas que motivaram o seu pedido. Por se tratar de um documento de preenchimento facultativo, a quantidade de respostas é insuficiente para apontar as suas principais causas.

No entanto, observa-se que inúmeros candidatos nomeados nos últimos concursos são oriundos de outros estados. Em entrevistas realizadas no Programa de Integração de Novos Servidores, realizado na data da posse, constata-se que grande parte desses servidores prestam concursos simultaneamente para diversos órgãos em estados diferentes e encontram-se aprovados em mais de um certame. Dessa forma, ocupam o cargo neste Regional apenas com o objetivo de aguardar a próxima nomeação para um órgão mais próximo de seu estado de origem ou nele localizado.

Outrossim, a referida entrevista aponta que esses mesmos servidores tomam posse neste Tribunal apenas com o objetivo de requerer de imediato a remoção por permuta com servidores de outros Tribunais Regionais do Trabalho, sem interesse de permanecer no órgão para o qual prestaram concurso público originalmente.

A remoção por permuta entre tribunais encontra-se regulamentada pela Resolução CSJT nº 110/2012 e foi instituída pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 20/2007. A rotatividade causada pelas remoções por permuta entre tribunais tem sido amenizada pelas regras internas deste Tribunal que restringem essa forma de remoção aos servidores que possuem dois anos de efetivo exercício.

Fonte: SERHU

TEMA: PRIORIZAÇÃO DE LOTAÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO

Conforme relatado anteriormente, a fim de minimizar o descompasso entre o crescimento do volume processual e a insuficiente criação de cargos para o Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, foi elaborado um índice objetivo, denominado Índice de Segurança Técnica - IST, capaz de auxiliar na priorização de lotação das Varas do Trabalho, levando em consideração a carga de trabalho a que a Vara está submetida, quer pelo volume processual ordinário, quer pelo volume excedente de cartas precatórias e pelo absenteísmo.

O referido índice permite que sejam observadas quais as Unidades que já estão no máximo de sua capacidade e aquelas que ficarão nesta situação com eventuais vacâncias de servidores, sendo possível analisar mais claramente as Unidades com necessidade de atendimento imediato e de reposição, quando necessário.

Segue abaixo a fórmula do IST:

$$IST = TReal / 1 - IAbs \quad \text{onde,}$$

- TReal= Carga de Trabalho Real da Unidade em relação ao esperado (variáveis: média de cartas precatórias e processos recebidos pela Unidade nos últimos 03 anos; número mínimo e máximo de servidores para a faixa processual definida no quadro de lotação-padrão; número de servidores lotados na Unidade); e

- IAbs= Índice de Absenteísmo (variáveis: Licenças para Tratamento de Saúde; Licenças para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família da Unidade; e número de servidores lotados na Unidade).

Sempre que o Índice de Segurança Técnica for superior a 1 significa que a Unidade encontra-se com uma carga de trabalho superior à sua capacidade, necessitando atenção da Administração do Tribunal.

TEMA: DESEMPENHO FUNCIONAL

No Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região a Avaliação de Desempenho funcional é aplicada aos servidores para efeito de:

- aquisição de estabilidade;
- progressão ou promoção funcional.

O TRT de Santa Catarina, em 31-12-2014, contava com 1574 servidores ativos em seu quadro de pessoal. Dentre esses servidores, 615 estão em processo de avaliação funcional, representando um percentual de 39,07% do total de servidores ativos.

As observações e sugestões expostas pelo avaliador no Plano de Ação (um dos instrumentos de avaliação utilizados pelo TRT da 12ª Região) são encaminhadas ao respectivo setor competente para análise e providências cabíveis. No entanto, cabe registrar que é muito pequeno o número de planos de ação preenchidos pelo avaliador com observações ou sugestões.

Apresentamos a seguir, de forma sintética, uma análise quantitativa dos processos de avaliação de desempenho realizados neste Tribunal retratados em 31-12-2014.

TABELA XLV - SERVIDORES EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO TRT DA 12ª REGIÃO

Quantidade de servidores em processo de avaliação	615 servidores	39,07% do total de 1574 servidores
Quantidade de servidores em processo de avaliação para efeito de aquisição de estabilidade	296 servidores	166 servidores na classe A padrão 1 93 servidores na classe A padrão 2 37 servidores na classe A padrão 3
Quantidade de servidores em processo de avaliação para efeito de progressão/promoção na carreira	319 servidores	28 servidores na classe A padrão 4 31 servidores na classe A padrão 5 17 servidores na classe B padrão 6 19 servidores na classe B padrão 7 29 servidores na classe B padrão 8 79 servidores na classe B padrão 9 78 servidores na classe B padrão 10 4 servidores na classe C padrão 11 34 servidores na classe C padrão 12

Em 2014, o índice de aprovação nas avaliações de desempenho foi de 100% e apenas um servidor deixou de ser promovido por insuficiência de horas de cursos de aperfeiçoamento necessárias à promoção funcional.

TEMA: ROTATIVIDADE (TURNOVER)

Em 31-12-2013 o TRT da 12ª Região tinha em seu quadro 1491 servidores integrantes do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal.

Em 2013, ocorreu a saída de 84 servidores, sendo 51 por aposentadoria e 33 em virtude de exoneração, posse em outro cargo público e falecimento. No mesmo ano, ingressaram 109 servidores.

Já no ano de 2014, saíram 79 servidores, sendo 54 por aposentadoria e 25 em virtude de exoneração, posse em outro cargo público, demissão e falecimento. No mesmo ano ingressaram 162 servidores; no entanto, para o cálculo do *turnover*, foram consideradas 135 admissões, pois 27 ingressos referem-se ao primeiro provimento de cargos criados em 2014.

Utilizando-se a fórmula clássica de cálculo do *turnover*, ou seja, $(N^{\circ} \text{ de Saídas} + N^{\circ} \text{ de Admissões}) / 2 / N^{\circ} \text{ de Servidores ativos no ano anterior} * 100$, teremos um índice de 7,18%.

TEMA: DISCIPLINA

TABELA XLVI – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

EVENTOS EM 2014 REFERENTES A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES (SINDICÂNCIA OU PROCESSO DISCIPLINAR)	QUANTIDADE	RELAÇÃO EVENTOS / CARGOS EFETIVOS
Comunicações de supostas irregularidades	8	8/1574= 0,005%
Sindicâncias	8	8/1574= 0,005%
Processos disciplinares	0	0
Pena: Advertência	2	2/1574= 0,001%
Pena: Suspensão	0	0
Pena: Demissão	0	0
Arquivamento	3	3/1574= 0,002%
Pendentes	3	3/1574= 0,002%

TEMA: ABSENTEÍSMO

O índice de absenteísmo no Tribunal foi obtido utilizando-se a seguinte fórmula:
Total de dias úteis perdidos / (Total de dias úteis * Número de Servidores) *100
O índice de absenteísmo verificado em 2014 corresponde a 3,76%.

TEMA: ACIDENTES DE TRABALHO

Oito servidores sofreram acidentes de trabalho em 2014, totalizando 439 dias de afastamento. Dentre eles 5 foram identificados como acidentes típicos e 3 como doença do trabalho.

TEMA: DOENÇAS OCUPACIONAIS

Em 2014 houve o registro de três casos de doença ocupacional (doença osteomuscular relacionada ao trabalho – DORT).

TEMA: EDUCAÇÃO CONTINUADA

Percentual de Servidores Treinados

Esse indicador de desempenho resulta da divisão entre o número de pessoas treinadas, que considera a quantidade de servidores que participaram de pelo menos um evento durante o ano pelo número de servidores ativos em exercício no TRT12, indicando o percentual de funcionários treinados em relação ao total.

TABELA XLVII – % SERVIDORES TREINADOS 2014

Nº SERVIDORES TREINADOS 2014 =	1308	82%
Nº SERVIDORES	1595	

Custo de Treinamento por Hora

Esse indicador é obtido dividindo-se o total de despesas com capacitação pelo total de horas de treinamento ministradas no ano de 2014. O resultado indica o quanto foi gasto por cada hora de treinamento, sendo considerados todos os eventos (internos e externos).

TABELA XLVIII – CUSTO DE TREINAMENTO POR HORA

TOTAL DE DESPESAS COM TREINAMENTO =	R\$ 443.810,71	R\$ 127,28
TOTAL DE HORAS DE TREINAMENTO	3486,9	

Investimento em Capacitação por Participante

Esse indicador é fruto do cálculo do investimento feito em treinamento dividido pelo número de vagas ocupadas nos eventos ocorridos em 2014. Foram considerados aqui tanto os eventos internos quanto os externos.

TABELA XLIX – INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO POR PARTICIPANTE

TOTAL DE DESPESAS COM TREINAMENTO =	R\$ 443.810,71	R\$ 80,26
Nº VAGAS OCUPADAS	5529	

Total de horas de capacitação por servidor

Para se obter esse indicador, divide-se o número total de horas de cursos de capacitação (valor global das horas-aula por curso, associada a cada participante individualmente) pelo número total de servidores ativos.

TABELA L – Nº TOTAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO/Nº TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS

$\text{NTHC/NTS} = 38.362,8/1595 = 24,05$

Fonte: SERHU

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

TABELA LI - QUADRO A.7.2.1- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante															
Nome: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região															
UG/Gestão: 080013/00001							CNPJ: 02.482.005/0001-23								
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	Nível de Escolaridade não disponível	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2010	L	O	PRE 14251/2010	00.482.840/0001-38	23/03/11	22/02/15	-	-	-	-	-	-	P	19	19
2010	L	O	PR 4240/2010	02.531.343/0001-08	26/05/10	25/05/15	-	-	-	-	-	-	P	14	14
2010	L	O	PR 1498/2010	78.533.312/0001-58	23/03/10	09/01/15	-	-	-	-	-	-	P	68	68
2012	L	O	PRE 6736/2012	02.531.343/0001-08	27/08/12	26/08/15	-	-	-	-	-	-	P	9	9
2013	L	O	PRE 2058/2013	02.531.343/0001-08	06/06/13	05/06/15	-	-	-	-	-	-	P	17	17
2010	V	O	PR 1309/2010	87.134.086/0002-04	31/03/10	30/03/15	-	-	-	-	-	-	P	4	4
2011	V	O	PRE 1013/2011	10.364.152/0001-27	25/05/11	24/05/15	-	-	-	-	-	-	P	4	4
2013	V	O	PRE 11504/2013	87.134.086/0002-04	17/01/14	16/01/16	-	-	-	-	-	-	P	2	2
2013	V	O	PRE 4351/2013	83.930.214/0001-94	01/07/13	30/06/15	-	-	-	-	-	-	P	2	2
2013	V	O	PRE 8661/2013	82.949.652/0001-31	22/10/13	21/10/15	-	-	-	-	-	-	P	16	16

Obs.: Nível de Escolaridade não disponível

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SOF/SELAD

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

TABELA LII - QUADRO A.7.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante															
Nome: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região															
UG/Gestão: 080013/00001										CNPJ: 02.482.005/0001-23					
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	Nível de Escolaridade não disponível	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2009	I	O	PR 1565/2010	38.519.484/0001-52	14/12/09	13/12/14	-	-	-	-	-	-	E	1	1
2009	I	O	PR 53/2009	38.519.484/0001-52	18/08/09	17/08/14	-	-	-	-	-	-	E	1	1
2010	LA	O	PR 1498/2010	78.533.312/0001-58	23/03/10	09/01/15	-	-	-	-	-	-	P	1	1
2010	GL	O	PR 4778/2010	03.740.767/0001-45	15/06/10	14/06/15	-	-	-	-	-	-	P	3	3
2010	C	O	PR 1498/2010	78.533.312/0001-58	23/03/10	09/01/15	-	-	-	-	-	-	P	13	13
2011	D	O	PRE 3073/2011	79.283.065/0001-41	25/07/11	24/07/12	-	-	-	-	-	-	P	12	12
2012	R	O	PR 6736/2012	02.531.343/0001-08	27/08/12	26/08/15	-	-	-	-	-	-	P	2	2
2012	C	O	PR 6736/2012	02.531.343/0001-08	27/08/12	26/08/15	-	-	-	-	-	-	P	1	1
2013	GL	O	PRE 5430/2013	10.652.114/0001-70	01/08/13	31/07/15	-	-	-	-	-	-	P	27	27
2012	I	O	PRE 2726/2012	05.085.461/0001-28	01/10/12	19/09/15	-	-	-	-	-	-	P	11	11
2013	ASB	O	PRE 13344/2013	00.482.840/0001-38	21/03/14	20/03/15	-	-	-	-	-	-	P	2	2

Obs.: Nível de Escolaridade não disponível

LEGENDA Área: (C) Copeiragem; (GL) Ginastica Laboral; (I) Informática; (LA) Lavador de Automóvel; (D) Digitalizadores; (R) Recepcionista; (ASB) Auxiliar em Saúde Bucal

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SOF/SELAD

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Como atividade de rotina, a área responsável pela conferência do cumprimento das obrigações trabalhistas das empresas contratadas para a prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância, executa, a cada faturamento, a respectiva conferência e exigências contratuais acerca da comprovação da contratada do recolhimento das verbas trabalhistas e comprovação de pagamento dos respectivos salários dos terceirizados. Dessa forma, quando da falta de pagamento ou não comprovação, os valores faturados são retidos como medida acautelatória o que tem dado respaldo financeiro às reclamações trabalhistas.

7.2.4 Contratação de Estagiários

TABELA LIII - QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	122	135	157	152	R\$ 1.154.514,06
1.1 Área Fim	119	130	152	146	
1.2 Área Meio	3	5	5	6	
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	122	135	157	152	R\$ 1.154.514,06

Análise Crítica

O processo seletivo é baseado na análise do desempenho acadêmico (índice de mérito acadêmico), dentre os interessados de cada instituição de ensino, em caráter classificatório. É realizada a seleção sempre que houver necessidade de preenchimento ou abertura de vaga, podendo acontecer em qualquer época do ano, bem como poderá ser interrompido a critério da administração.

A seleção é realizada de forma imparcial, feita por meio de sorteio público das instituições de ensino conveniadas, agrupadas de acordo com os cursos oferecidos e área geográfica abrangida, alternando-se sucessivamente sua posição de acordo com o preenchimento das vagas.

Como resultados, observamos que o programa de estágio proporciona aos estagiários uma complementação de ensino e aprendizagem e experiência prática mediante participação efetiva nos serviços, constituindo instrumento de integração, em termos de treinamento, de aperfeiçoamento técnico-cultural e de relacionamento humano.

Dentre os instrumentos de avaliação o Tribunal possui as seguintes formas: a avaliação semestral e a avaliação final de estágio, sendo realizadas pelo supervisor e pelo estagiário. Destacamos que, no ano de 2014, a grande maioria dos estudantes avaliou positivamente seu estágio, informando que o programa contribuiu de forma significativa para ampliar seus conhecimentos e evoluindo no âmbito profissional e pessoal. A maioria dos supervisores também opinou no mesmo sentido, informando que os estagiários sob sua supervisão atenderam plenamente às expectativas na sua atuação nas atividades que lhe foram designadas.

No ano de 2014, passaram pelo programa de estágio 214 estudantes nas dependências do TRT da 12ª Região, sendo que 122 renovaram seus contratos ou foram selecionados, 25 concluíram o estágio e outros 67 cancelaram seus estágios.

Fonte: SERHU

OBS: Foram considerados no item Despesa no Exercício os gastos referentes à bolsa de estágio e auxílio-transporte

7.3 Medidas Adotadas para Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Elencadas abaixo as providências adotadas objetivando o cumprimento da Decisão Normativa TCU nº 139/2014, que prevê a prestação de esclarecimentos relacionados ao tema, de acordo com o item 7.3 da Parte A – Conteúdo Gerais.

Foi formalizado o PROAD 12.382/2013 para tratar do cumprimento das determinações expedidas pelo c. TCU, constante do Acórdão nº 2859/2013 – Plenário, itens 9.2.1 e 9.2.2, e às solicitações formuladas pelo CNJ, por meio dos Ofícios-Circulares nº 579/SG – SCI/2013 e nº 264/SG – SCI/2014.

Os documentos mencionados nos itens abaixo estão juntados no PROAD 12.382/2013.

a) Medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011:

a.1) formação de grupo de trabalho para elaborar o levantamento solicitado pelo TCU;

a.2) levantamento dos contratos firmados por este TRT 12 e apontamento de eventuais valores a serem ressarcidos pelas empresas à União em decorrência da aplicação da Lei n. 12.546/2011, bem como das orientações elaboradas pelo CNJ e encaminhadas por meio do Ofício-Circular n. 264/SG-SCI/2014;

a.3) expedição de ofícios direcionados às empresas de TI e TIC comunicando-as da revisão determinada e dos possíveis valores a serem ressarcidos, sendo encaminhada a competente GRU para recolhimento das quantias apuradas, se de acordo com a revisão.

b) obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012:

b.1) das empresas oficiadas, apenas 04 (quatro) efetuaram o recolhimento da GRU que foi encaminhada com o Ofício que as comunicou da revisão, totalizando R\$ 4.256,54 (Anexo II). As demais, conforme detalhado no Anexo III, apresentaram razões de contrariedade à revisão dos contratos e aos valores a serem ressarcidos. As impugnações estavam pendentes de apreciação pela administração até o encerramento do exercício.

c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a eventual economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato (anexo III).

Resta ser realizada a revisão dos contratos cujos objetos compreendem Obras e Construção Civil a fim de serem apurados os eventuais valores a serem ressarcidos ou repactuados, em conformidade ao determinado pelo TCU e CNJ.

Fonte: SECAD

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

R: Lei nº 1.081/1950, Lei nº 9.327/1996, Resolução CNJ 83/2009, RESOLUÇÃO CSJT Nº 68, DE 21 DE JUNHO DE 2010, RESOLUÇÃO CSJT Nº 79, DE 7 DE JUNHO DE 2011, PORTARIA PRESI 398/2014 TRT12.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

R: Transporte de pessoas e materiais entre as Unidades Judiciárias, atendendo a demanda de serviços. Transporte de Autoridades em serviço e em atividades de eventos institucionais.

a) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

TABELA LIV - ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS DO TRT12

PLACA	MARCA	ANO FAB/ MODELO	Cor	Passa geiro	Combustível	Descrição	Res. 83/09 CNJ Art. 2º, I, II, III
LYE 4381	FURGLASS	1997/1997	BRANCA	*	-	Trailer Eldorado 360 Ar Cond.	III
MBD9871	CHEVROLET	2006/2007	BRANCA	5	DIESEL	GM S10 Colina D 2.8	II
MGH 2231	CHEVROLET	2007/2007	PRETA	5	GASOL/ALC	Vectra Sedan Elite	II
OKH 8498	CHEVROLET	2014/2015	BRANCA	7	GASOL/ALC	SPIN LTZ 1.8 8V	II
OKH 8468	CHEVROLET	2014/2015	BRANCA	7	GASOL/ALC	SPIN LTZ 1.8 8V	II
OKH 8588	CHEVROLET	2014/2015	BRANCA	7	GASOL/ALC	SPIN LTZ 1.8 8V	II
OKH 8538	CHEVROLET	2014/2015	BRANCA	7	GASOL/ALC	SPIN LTZ 1.8 8V	II
MLI 2149	MERCEDES BENZ	2014/2014	PRATA	10	DIESEL	415 CDI SPRINTERM	II
OKG 9246	RENAULT	2014/2015	PRETA	5	GASOL/ALC	Duster	II
MDF 6566	MERCEDES BENZ	2005/2005	PRATA	10	DIESEL	Sprinter 313 CDI	II
MED 3268	MERCEDES BENZ	2005/2006	BRANCA	2	DIESEL	Sprinter 413 CDI - CAMINHÃO	III
MEX 1941	MERCEDES BENZ	2005/2006	PRATA	10	DIESEL	Sprinter 313 CDI	II
MFN 9511	FIAT	2006/2006	BRANCA	5	GASOL/ÁLC	Pálio Weekend HLX Flex Power	II
MFN 9551	FIAT	2006/2006	BRANCA	5	GASOL/ÁLC	Pálio Weekend HLX Flex Power	II
MFN 9581	FIAT	2006/2006	BRANCA	5	GASOL/ÁLC	Pálio Weekend HLX Flex Power	II
MFN 9601	FIAT	2006/2006	BRANCA	5	GASOL/ÁLC	Pálio Weekend HLX Flex Power	II

MHK 2730	FIAT	2005/2006	BRANCA	5	GASOLINA	Doblô ELX	II
MHK 2820	FIAT	2005/2006	BRANCA	5	GASOLINA	Doblô ELX	II
MIF 5652	MERCEDES BENZ	2010/2011	BRANCA	2	DIESEL	Sprinter Furgão 313 CDI	III
MKC3915	FORD FUSION	2012/2012	PRETA	5	GASOLINA	Ford Fusion 173 CV	I
MLA 9525	FIAT	2013/2014	BRANCA	5	GASOL/ÁLC	Pálio WK TREKK 1.6	II

Fonte: SECAD/SERGE

- Com a totalização por grupo:

Classificação I - Veículos de Representação.....(1 unidade)

Classificação II – Veículos de Transporte Institucional... (17 unidades)

Classificação III – Veículos de Serviços.....(3 unidades)

Com a totalização geral de 21 unidades

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

R: A média anual para os Veículos de Representação – Classificação I é de 15.743 Km, de Transporte Institucional – Classificação II, de 181.173 Km e de Serviços – Classificação III, de 14.590 Km.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

R: A média de idade para os Veículos de Representação – Classificação I é de 2 anos, de Transporte Institucional – Classificação II, de 4 anos e 5 meses e de Serviços – Classificação III, de 10 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

R: Os gastos com combustíveis e lubrificantes foi de R\$ 57.998,78 com oficina/revisões periódicas, de R\$ 25.959,25 e de seguro total, de R\$ 7.673,00.

g) Plano de substituição da frota;

R: Existe um plano de substituição da frota, iniciando pela substituição dos automóveis mais antigos e que não atendam a legislação atual de segurança, e do caminhão, por não ser viável a manutenção, conforme placas MFN 9511, MFN 9551, MFN 9581, MFN 9601, MHK 2730, MHK 2820 e MED 3268 dos veículos já listados na tabela acima.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

R: A escolha pela aquisição é em razão da vulnerabilidade da segurança no transporte de Desembargadores e Juízes, bem como no transporte de processos judiciais.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

R: É utilizado um programa (software), no qual são armazenadas as ocorrências relacionadas ao uso de veículos, como: o controle das saídas de maneira racional, o controle de média de quilômetros rodados por litro e controle de manutenções preventivas periódicas.

Frota de Veículos Automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros.

Não há veículos locados de terceiros em uso neste Tribunal.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

TABELA LV – QUADRO A.8.2.1- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	SANTA CATARINA	31	30
	Araranguá	1	0
	Blumenau	1	1
	Caçador	1	1
	Chapecó	1	1
	Concórdia	1	1
	Criciúma	1	1
	Curitibanos	1	1
	Florianópolis	5	5
	Fraiburgo	1	1
	Imbituba	1	1
	Indaial	1	1
	Itajaí	2	2
	Jaraguá do Sul	1	1
	Joinville	1	1
	Lages	1	1
	Mafra	1	1
	Navegantes	1	1
	Rio do Sul	2	2
	São Bento do Sul	2	2
	São José	1	1
	São Miguel do Oeste	1	1
	Tubarão	1	1
Videira	1	1	
Xanxerê	1	1	
		31	30
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	31	30

Fonte: Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município do SPIUnet e Dados SECAD/SEROM

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

TABELA LVI - QUADRO A.8.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	LOCAL	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
080013/00001	8027.00056.500-3	Araranguá	13	8	95.778,96	03/12/2014	95.778,96	0,00	6.354,46
080013/00001	8047.00022.500-2	Blumenau(Av.Beira Rio)	11	6	201.432,08	13/08/2014	2.163.000,00	14.420,00	16.433,38
080013/00001	8057.00014.500-6	Caçador	13	4	30.273,85	11/07/2013	218.693,58	0,00	4.699,85
080013/00001	8081.00046.500-3	Chapecó	13	8	3.005.000,00	24/07/2012	3.005.000,00	0,00	31.646,89
080013/00001	8083.00020.500-8	Concórdia	13	3	530.000,00	09/10/2006	530.000,00	0,00	13.579,33
080013/00001	8089.00018.500-6	Criciúma	13	4	3.016.324,64	04/11/2004	3.016.324,64	740.181,29	39.250,67
080013/00001	8093.00016.500-3	Curitibanos	13	2	30.000,00	17/06/2013	404.442,70	0,00	2.337,87
080013/00001	8105.00250.500-3	Florianópolis (Luiz Sanches B. da Trindade)	13	6	74.000,04	21/06/2013	3.466.624,66	0,00	74.364,72
080013/00001	8105.00239.500-3	Florianópolis (Esteves Júnior, 395)	13	4	808.026,46	21/06/2013	8.333.303,22	0,00	153.160,86
080013/00001	8105.00253.500-0	Florianópolis (Esteves Júnior, 377)	13	4	145.000.000,00*	14/06/2013	2.704.996,23	0,00	57.054,50
080013/00001	8105.00445.500-3	Florianópolis (Almirante Lamego)	13	3	16.040.000,00	17/10/2010	16.040.000,00	0,00	93.990,14
080013/00001	8105.00544.500-1	Florianópolis (Santos Saraiva)	13	7	4.031.444,29	30/03/2013	4.031.444,29	0,00	56.195,91
080013/00001	8107.00005.500-7	Fraiburgo	11	4	792.888,65	27/06/2013	792.888,65	0,00	16.550,41
080013/00001	8143.00020.500-5	Imbituba	13	5	253.478,69	30/03/2013	253.478,69	39.995,51	10.042,91
080013/00001	8147.00005.500-6	Indaial	23	3	876.197,15	05/07/2011	876.197,15	0,00	1.543,02
080013/00001	8161.00088.500-4	Itajaí	12	4	258.320,07	09/07/2013	949.723,97	0,00	1.543,02

080013/00001	8175.00012.500-0	Jaraguá do Sul	13	8	500.000,00	18/11/2009	500.000,00	0,00	5.102,65
080013/00001	8179.00057.500-8	Joinville	13	3	140.576,70	24/06/2013	4.014.189,97	0,00	3.503,89
080013/00001	8183.00030.500-9	Lages	12	4	269.545,18	27/06/2013	537.829,58	203.867,05	28.558,36
080013/00001	8199.00032.500-6	Mafra	13	4	140.000,00	30/06/2010	140.000,00	309.500,15	10.796,96
170173//0001**	8221.00017.500-4	Navegantes	12	8	550.000,00	17/10/2013	550.000,00	0,00	7.332,74
080013/00001	8291.00029.500-0	Rio do Sul	13	8	375.000,00	24/07/2014	477.118,90	0,00	5.102,65
080013/0001	8311.00008.500-4	São Bento do Sul	13	3	669.157,05	13/06/2013	669.157,05	0,00	1.533,54
080013/00001	8327.00058.500-3	São José	13	8	3.512.860,00	31/01/2014	229.363,15	0,00	9.711,79
080013/00001	8339.00012.500-6	SãoMiguelD'Oeste	13	6	21.330,86	26/06/2013	24.035,54	385.507,24	5.941,95
080013/00001	8367.00024.500-7	Tubarão	13	5	121.259,14	27/09/2013	270.365,51	0,00	14.226,78
080013/00001	8379.00008.500-3	Videira	13	4	175.000,00	17/06/2013	355.254,98	0,00	5.751,78
080013/00001	8383.00010.500-2	Xanxerê	13	6	123.369,99	13/06/2013	496.556,35	0,00	8.289,45
	Total							1.693.471,24	461.030,02

Fonte: Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município do SPIUnet e Dados SECAD/SEROM

***Valor calculado na moeda da época da aquisição.**

****Código UG/Gestão (170173/00001) é o que consta no sistema SPIUnet referente ao RIP 8221.00017.500-4. Já possui Termo de Entrega do imóvel, porém ainda não foi atualizado o RIP para constar na UG deste Tribunal.**

Observações:

- 1) Os **Valores Históricos** da presente Relação Detalhada, relativos aos RIPs cadastrados antes do exercício de 2013, tiveram como base os dados apresentados na Relação Detalhada de Imóveis informada em Janeiro/2013.
- 2) O **Valor Histórico e Reavaliado** do RIP 8027.00056.500-3 (Araranguá) é o Valor do RIP de Utilização 8027.00087.500-2, uma vez que só parte do imóvel é destinado para construção da nova Vara de Araranguá, conforme Termo de Entrega da referida fração do imóvel entre a União e este Tribunal, datado de 04/12/2014;
- 3) Os **Valores Reavaliados** dos RIPs, destacados a seguir, foram atualizados de acordo com os Valores Venais (terreno e benfeitoria) constante em avaliação feita por Oficial de Justiça Avaliador: 8047.00022.500-2 (Blumenau);
- 4) Os **Valores Reavaliados** dos RIPs, destacados a seguir, foram atualizados de acordo com os Valores Venais (terreno e benfeitoria) informados pelas respectivas Prefeituras Municipais: 8057.00014.500-6 (Caçador); 8093.00016.500-3 (Curitibanos); 8105.00253.500-0 (Florianópolis- R. Esteves Júnior, 87); 8161.00088.500-4 (Itajaí); 8179.00057.500-8 (Joinville); 8183.00030.500-9 (Lages); 8339.00012.500-6 (São Miguel D'Oeste); 8367.00024.500-7 (Tubarão); 8379.00008.500-3 (Videira); 8383.00010.500-2 (Xanxerê).
- 5) Os **Valores Reavaliados** dos RIPs, destacados a seguir, equivalem-se aos Valores Históricos informados, por não haver novas informações: 8081.00046.500-3 (Chapecó); 8105.00445.500-3 (Florianópolis- R. Almirante Lamego); 8175.00012.500-0 (Jaraguá do Sul).
- 6) Os **Valores Reavaliados** dos RIPs, apontados a seguir, equivalem-se aos Valores Históricos informados. Manteve-se esses valores, uma vez que, em consulta às respectivas Prefeituras Municipais, obteve-se novos valores venais dos imóveis, que foram inferiores aos já constantes nos registro do sistema SPIUnet: 8083.00020.500-8 (Concórdia); 8089.00018.500-6 (Criciúma); 8147.00005.500-6 (Indaial); 8199.00032.500-6 (Mafra).
- 7) O **Valor Reavaliado** do RIP 8291.00029.500-0 (Rio do Sul) foi atualizado pela SPU utilizando-se o índice IPCA-E, conforme instrui o item 2.3 do Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP, de 06/06/2012, protocolado sob nº 04905.002903/2012-34.
- 8) Os Valores Reavaliados dos RIPs, apontados a seguir, têm como base os Valores Venais (terreno e benfeitoria) que foram atualizados conforme cálculos proporcionais referenciados em Consulta à respectiva Prefeitura Municipal, em relação ao imóvel sito à Rua Esteves Júnior, nº 377, centro, Florianópolis: 8105.00250.500-3 (Florianópolis- R. Luiz Sanches B. da Trindade); 8105.00239.500-3 (Florianópolis- R. Esteves Júnior, 395).
- 9) Os **Valores Reavaliados** dos RIPs, destacados a seguir, equivalem aos Valores Histórico informados, por se tratar de imóvel cadastrado a partir de 2013: 8105.00544.500-1 (Florianópolis- R. Santos Saraiva); 8311.00008.500-4 (São Bento do Sul); 8221.00017.500-4 (Navegantes).
- 10) Os **Valores Reavaliados** dos RIPs, informados a seguir, embora sejam imóvel cadastrados a partir de 2013, equivalem-se aos Valores Históricos. Manteve-se esses valores, uma vez que, em consulta às respectivas Prefeituras Municipais, obteve-se novos valores venais dos imóveis, que foram inferiores aos já constantes nos registro do sistema SPIUnet: 8107.00005.500-7 (Fraiburgo); 8143.00020.500-5 (Imbituba).
- 11) O **Valor Reavaliado** do RIP 8327.00058.500-3 (São José) é o Valor Venal informado pela respectiva Prefeitura Municipal em 2014, constante no RIP de Utilização 8327.00071.500-4, uma vez que só parte do imóvel é destinado para construção do novo Fórum Trabalhista de São José, conforme Termo de Ajuste de Conduta nº 368/2007 do Ministério Público da União e Termo de Entrega da referida fração do imóvel entre a União e este Tribunal, datado de 02/06/2010.

8.2.2.1 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

O Quadro A.8.2.2.2 a seguir visa à caracterização da cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União que esteja na responsabilidade da UJ. Deve ser elaborado um quadro para cada espaço cedido.

Se houver UJ agregada ao relatório de gestão, os espaços cedidos localizados em imóveis de responsabilidade UJ agregada devem ser tratados no relatório da UJ agregada.

TABELA LVII - QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8179.00057.500-8
	Endereço	Rua do Príncipe, nº 31 – Centro – Joinville/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 10/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	27,85 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8161.00088.500-4
	Endereço	Rua José Siqueira, nº 126 – Lote nº 08 da Quadra 01 – Ressacada – Itajaí/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 10/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	38 m ²

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8047.00022.500-2
	Endereço	Av. Presidente Castelo Branco, nº 1185 – Centro – Blumenau/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 10/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	12,61 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8133.00030.500-9
	Endereço	Rua James Robertos Ames, nº 184 – Centro – Lages/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 10/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	25,45 m2

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00239.500-3
	Endereço	Rua Esteves Júnior, nº 395 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 10/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	76 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8089.00018.500-6
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, nº 361 – Centro – Criciúma/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 10/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	29,30 m ²

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00445.500-3
	Endereço	Rua Almirante Lamego, nº 1.389 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB e auto-atendimento.
	Prazo da Cessão	Até 10/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	80,12 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8183.00030.5000-9
	Endereço	Rua James Robertos Ames, nº 184 – Centro - Lages/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	25,45 m2

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8367.00024.500-7
	Endereço	Rua Expedicionário José Pedro Coelho, nº 1025 – Humaitã - Tubarão/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	7 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8161.00088.500-4
	Endereço	Rua José Siqueira, nº 126 – Ressacada – Itajaí/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	23,10 m2

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8179.00057.500-8
	Endereço	Rua do Príncipe, nº 31 – Centro – Joinville/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB e instalação de caixas eletrônicos
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	24,23 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8047.00022.500-2
	Endereço	Av. Presidente Castelo Branco, nº 1185 – Centro – Blumenau/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	3 m2

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00239.500-3
	Endereço	Rua Esteves Júnior, nº 395 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	49,50 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00445.500-3
	Endereço	Rua Almirante Lamego, nº 1.389 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB e auto-atendimento
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	97,64 m2

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8089.00018.500-6
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, nº 361 – Centro – Criciúma/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB e auto-atendimento
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	21,12 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8089.00018.500-6
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, nº 361 – Centro – Criciúma/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um Posto de Atendimento Bancário – PAB e auto-atendimento
	Prazo da Cessão	Até 17/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	21,12 m2

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área (estipulado por meio das faturas de água e energia elétrica juntamente com os valores de taxa de limpeza e coleta de lixo, vigilância armada e eletrônica, manutenção de plataformas e elevadores).

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8047.00022.500-2
	Endereço	Av. Presidente Castelo Branco, nº 1185 – Centro – Blumenau/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	19,70 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8083.00020.500-8
	Endereço	Rua Guilherme Helmuth Arendt, nº 228 – Centro – Concórdia/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	16,96 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8089.00018.500-6
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, nº 361 – Centro – Criciúma/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	20,44 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8093.00016.500-3
	Endereço	Rua Altino Gonçalves de Farias, nº 1600 – São Francisco – Curitiba/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	16,40 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8107.00005.500-7
	Endereço	Avenida Caçador, de Farias, s/nº – São José – Fraiburgo/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	18,59 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8143.00020.500-5
	Endereço	Rua Ayrton Senna, nº 717 – Centro – Imbituba/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	14 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8147.00005.500-6
	Endereço	Rua Vereador Alvin Rauh Júnior, nº 145 – Nações – Indaial/SC
Identificação do	CNPJ	82.519.190/0001-12

Cessionário	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	18,62 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8161.00088.500-4
	Endereço	Rua José Siqueira, nº 126 – Lote nº 08 da Quadra 01 – Ressacada – Itajaí/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	18,68 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8179.00057.500-8
	Endereço	Rua do Príncipe, nº 31 – Centro – Joinville/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.

	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	37,74 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8133.00030.500-9
	Endereço	Rua James Robertos Ames, nº 184 – Centro – Lages/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	17,75m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8199.00032.500-6
	Endereço	Rua Vereador Antonio Narloch, nº 110 – Centro – Mafra/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	29,46m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00239.500-3
	Endereço	Rua Esteves Júnior, nº 395 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	40,60 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8311.00008.500-4
	Endereço	Avenida São Bento, nº 55 – Colonial – São Bento do Sul/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	20,52 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8339.00012.500-6
	Endereço	Rua 21 de abril, nº 1830 – Centro – São Miguel D'Oeste/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	11,30 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8367.00024.500-7
	Endereço	Rua Expedicionário José Pedro Coelho, nº 1025 – Humaitã - Tubarão/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	12,20 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8379.000008.500-3
	Endereço	Rua Antonio Pinto, nº 144 – Centro - Videira/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina

	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	17,60 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8383.00010.500-2
	Endereço	Rua Maranhão, nº 241 – Centro - Xanxerê/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	17,60 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00445.500-3
	Endereço	Rua Almirante Lamego, nº 1.389 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.519.190/0001-12
	Nome ou Razão Social	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade imprescindível à Administração da Justiça
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma sala da OAB.
	Prazo da Cessão	Até 1º/07/2017

	Caracterização do espaço cedido	52,88 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00239.500-3
	Endereço	Rua Esteves Júnior, nº 395 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	37.079.720/0001-02
	Nome ou Razão Social	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho Ltda. - SICOOB Credijustra
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação Direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e funcionamento de um terminal de auto-atendimento – ATM.
	Prazo da Cessão	Até 08/09/2015.
	Caracterização do espaço cedido	2 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00239.500-3
	Endereço	Rua Esteves Júnior, nº 395 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.539.645/0001-10
	Nome ou Razão Social	Jerson Adriano Wagner ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviços de lanchonete e cafeteria
	Prazo da Cessão	Até 08/01/2017.
	Caracterização do espaço cedido	43,48 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Recolhimento, via GRU cód. 28804-7, do valor firmado em contrato pela ocupação do espaço.

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	PT – 02.122.0571.4256.0042.0001 (PTRES – 075089), ND – 3390.36.15 UG: 080013/00001
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Alocados no Programa Orçamentário Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, PTRES 075089, fonte 150, e foram utilizados para o pagamento parcial da locação do imóvel onde se encontra instalado o Serviço de Assistência Médica. Notas de Empenho: 2014NE000133 – R\$ 60.000,00; 2014NE001050 – R\$ 27.137,03 (anulação).
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área útil ocupada, referentes ao consumo de energia elétrica, água e esgoto.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105.00445.500-3
	Endereço	Rua Almirante Lamego, nº 1.389 – Centro – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.949.655/0001-12
	Nome ou Razão Social	E-Alimentar Restaurante Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares
	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviços de lanchonete e cafeteria
	Prazo da Cessão	Até 15/11/2014.
	Caracterização do espaço cedido	67,63 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Recolhimento, via GRU cód. 28804-7, do valor firmado em contrato pela ocupação do espaço.
Caracterização da Cessão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	PT – 02.122.0571.4256.0042.0001 (PTRES – 075089), ND – 3390.36.15 UG: 080013/00001
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Alocados no Programa Orçamentário Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, PTRES 075089, fonte 150, e foram utilizados para o pagamento parcial da locação do imóvel onde se encontra instalado o Serviço de Assistência Médica. Notas de Empenho: 2014NE000133 – R\$ 60.000,00; 2014NE001050 – R\$ 27.137,03 (anulação).
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor proporcional mensal das despesas incidentes na área útil ocupada, referentes ao consumo de energia elétrica, água e esgoto.

Fonte: SECAD

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não aplicável a este Tribunal.

8.2.4. Análise Crítica

Os imóveis localizados em Itajaí, São Bento do Sul e em Rio do Sul possuem 2 (dois) terrenos limítrofes em cada uma dessas localidades, que estão em processo de unificação das matrículas, dessa forma informou-se no Quadro 8.2.1 que em cada uma das respectivas localidades há 2 (dois) lotes. No entanto, no Quadro A.8.2.2.1, foi apresentado um único RIP para cada uma dessas cidades, considerando que os lotes estão sendo tratados em conjunto no sistema SPIUnet.

Os registros contábeis dos imóveis estão o mais próximo possível dentro dos valores venais de mercado. Em “observações” do Quadro A.8.2.2.1, estão descritas as situações que demonstram de como foram procedidas as reavaliações de cada imóvel.

Além das situações acima descritas, nos últimos anos foram regularizados os demais imóveis cedidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que se encontravam com pendências perante os órgãos públicos. A partir de então, as novas sedes judiciárias que vêm sendo edificadas já seguem naturalmente o processo de regularização, a partir do “habite-se” da obra, tendo-se completo controle e gestão do patrimônio existente no âmbito da UJ. Todas as situações de regularizações são encaminhadas à SPU.

Fonte: SECAD

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro A.8.3 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2014 e 2013, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

TABELA LVIII - QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	SANTA CATARIANA	17	17
	Araranguá	1	1
	Balneário Camboriú	1	1
	Blumenau	1	1
	Brusque	1	1
	Canoinhas	1	1
	Chapecó	1	1
	Florianópolis	4	4
	Jaraguá do Sul	1	1
	Joaçaba	1	1
	Navegantes	1	1
	Palhoça	1	1
	São José	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Timbó	1	1
Subtotal Brasil		17	17

EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		17	17

Fonte: SECAD

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

9.1.a) Sistemas computacionais utilizados

Sistemas Finalísticos

- a) Processo Judiciário Eletrônico (PJe) – Sistema único na Justiça para execução e gestão dos processos judiciais. Em expansão para atender todas as unidades em 2015.
- b) SAP1 – Sistema legado de acompanhamento eletrônico de processos judiciais impressos (físicos) de primeiro grau, que ficará obsoleto em 2016.
- c) SAP2 – Sistema obsoleto de acompanhamento eletrônico de processos judiciais impressos (físicos) de segundo grau,
- d) Provi – Sistema obsoleto de execução de processos judiciais de primeiro grau.
- e) Peticionamento Eletrônico (STDI) – Sistema legado que recebe as petições para o SAP1. Ficarà obsoleto e deverá ser desativado em 2016.
- f) Consulta Processos web – Telas web de consulta de processos do SAP1 e SAP2.
- g) DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – Serviço disponibilizado no CSJT para as publicações de todos os órgãos da justiça do Trabalho.
- h) DOE – Diário Oficial Eletrônico do TRT12. Em processo de avaliação de se continuará disponível como meio de alimentação do DEJT ou será descontinuado.

Apoio a finalísticos

- a) Plugin Pje – ferramenta auxiliar ao PJe para gestão de atividades processuais (controles de prazos, distribuição de tarefas, etc) das secretarias de varas e gabinetes de desembargadores.
- b) Jurisprudência – Serviço de consulta a Jurisprudência
- c) Sentenças -consulta web as sentenças (1º Grau) para processos do SAP1 e PROVI
- d) e-revista - Análise de admissibilidade de recursos de revista –
- e) e-remessa – envio de processos para o TST
- f) e-Gestão – aplicação de Estatística do trabalho judiciário
- g) Correição Virtual – sistema de inteligência ao negócio que fornece relatórios estatísticos para suporte às correições
- h) Certidão Online
- i) Consultar Certidões de Crédito
- j) Honorários Periciais – Controle de serviços prestados e pagamentos realizados a Peritos
- k) Calendário – Calendário oficial do Tribunal disponível no Portal do Tribunal
- l) CDM2G – Sistema de apoio à Central de Mandados
- m) Produtividade - consolida os dados de produtividade das varas do trabalho para envio ao CNJ

Sistemas Estratégicos/Críticos

- a) “SIAD – Sistema Integrado de Apoio a Decisão” – aplicação de BI que calcula Indicadores de Gestão para a Administração
- b) SRH – Sistema de Recursos Humanos
- c) Folha de Pagamento
- d) PROAD – Sistema de execução dos processos administrativos
- e) RITM – Sistema de controle das solicitações encaminhadas a SEINFO (Secretaria de Informática). Será substituído com a implantação do Assyst.
- f) AARHDiárias – Sistema de autoatendimento para gerenciamento de despesas associadas com viagens de funcionários (diárias, passagens,...)
- g) AARHFreq – Sistema de controle da frequência dos servidores.
- h) AAFiscon – Sistema de fiscalização de contratos
- i) SAF – Sistema de Assentamentos Funcionais (arquivamento de todos os documentos relativos à vida funcional de magistrados e servidores).

Demais Sistemas de Apoio

- a) Ouvidoria – página web para recebimento de comunicações endereçadas à Ouvidoria do Tribunal
- b) AARHFérias – auto atendimento de férias para servidores
- c) AARHFREQ - auto atendimento de frequência de servidores
- d) AARHLS - auto atendimento de licenças de saúde
- e) AARHCONSULTAS – consulta às informações funcionais de magistrados e servidores
- f) AARHSEFIN RH=> Folha) – aplicação para transferência das informações de férias para a folha de pagamento
- g) Consultas web folha de pagamento
- h) Declarações Assinadas – aplicação web para entrega de declarações específicas de servidores e magistrados
- i) CitSaúde – sistema contratado para atendimento e gestão da área da saúde de magistrados e servidores
- j) Biblioteca – sistema contratado para controle da Biblioteca do Tribunal
- k) SUP (Obsoleto) Substituído pelo PROAD

Serviços web de comunicação e colaboração

- a) Gmail
- b) Google Agenda
- c) Google Docs

9.2.b) Necessidade de desenvolvimento de novos sistemas

Durante 2014 foram iniciados ou continuados os projetos para fornecer os serviços abaixo, com as suas justificativas:

- DEJT - Pesquisa Personalizada para advogados e escritórios - Necessidade de oferecer aos advogados um serviço personalizado para pesquisa de publicações
- DEJT - Caderno Administrativo - Necessidade de publicação de tabelas, atos, portarias de cunho administrativo em caderno separado do caderno judiciário. (obs.: Projeto concluído em 02-13 e entrada em produção 01-14)
- SCMP (Material permanente e Almoxarifado) - Sistema utilizado até então para controle de material e patrimônio não atendia necessidades da instituição. Contrato com empresa que forneceu o sistema foi interrompido.
- AAFM (autoatendimento de férias de magistrados de primeiro grau) - Controlar de forma automatizada marcação, aprovação, suspensão e interrupção de férias de juízes de 1º Grau.
- Gestão auxiliar PJe (Prazo PJE) - PJe não oferece funcionalidades para controle de prazos
- TRT-NEWS – Sistema de notícias e imagens - Necessidade de um sistema para cadastro, manutenção, agendamento e divulgação de notícias e imagens, integrado com a solução atual de portal do TRT12.
- Módulo Previdência Complementar (afetou SRH e folha de pagamento) - Mudança de legislação
- Funcionalidade de cálculo de PSSS e IR nos pagamentos de RRA (Rendimentos Recebidos Acumuladamente) - Sistema de Passivos não previa estes cálculos
- Modelagem de processos gerenciamento de serviços de TI – Necessidade de organizar processos informais
- Implantação de ferramenta de suporte ao gerenciamento de serviços de TI (assyst) – a ferramenta anterior (RITM) não atende as necessidades

9.1.c) Relação dos contratos vigentes em 2014

TABELA LIX - QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Obs.: Todos os valores demonstrados no custo (empenhados) e no desembolso (pagamentos) são relativos a 2014

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
CD 10912/14	AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COM ANTENA INTEGRADA DE 16DBI PARA APLICAÇÃO EM PTP, PONTO A PONTO E OU PTMP, PONTO A MULTI PONTO.	09/10/14	114861030001-20	ALFANET DISTRIBUIDOR A LTDA – EPP	R\$ 2.798,40	R\$ 2.798,40
CD 11061/14	AQUISIÇÃO DE MÓDULOS DE EXPANSÃO PARA A BIBLIOTECA DE FITAS ROBOTIZADA QUANTUM SCALAR I500, MODELO LTO5.	12/11/14 11/11/15	325783870001-54	UNITECH RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	R\$ 134.100,00	R\$ -
CD 11221/12	SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARES E SUPORTE DOS PRODUTOS ORACLE	09/11/12 08/11/15	594562770001-76	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA .	R\$ 177.411,08	R\$ 172.579,66
CD 12058/14	AQUISIÇÃO PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) PARA PROJEÇÃO DE IMAGENS DE COMPUTADOR	18/11/14	91595030001-89	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.825,00	R\$ 1.825,00
CD 14347/14	AQUISIÇÃO DE DUAS LICENÇAS ADOBE CREATIVE CLOUD (ADOBE CC)	10/01/15	91595030001-89	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00
CD 1635/14	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE NO-BREAKS NO PRÉDIO DA AV. RIO BRANCO	24/02/14	86365350000681	SANTA RITA - COMERCIO E INSTALACOES LTDA.	R\$ 1.685,00	R\$ 1.685,00
CD 3326/11	MANUTENÇÃO DE DOIS NOBREAKS MARCA APC.	16/06/11 14/06/15	27477020004-01	AMERICAN POWER CONVERSION BRASIL LTDA.	R\$ 37.318,98	R\$ 37.318,99
CD 3438/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	30/06/14	191082350001-20	LS7 COMERCIAL DE INFORMÁTICA EIRELI – ME	R\$ 2.342,00	R\$ 2.342,00

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
CD 3438/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	31/07/14	790534680001-02	ALESSANDRA MILANI – EPP	R\$ 8.344,00	R\$ 8.344,00
CD 3438/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	31/07/14	175551640001-88	LANCIN-L COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP	R\$ 24.788,00	R\$ 24.788,00
CD 3438/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	31/07/14	78576550001-20	NS TELEINFORMÁTICA LTDA.	R\$ 815,00	R\$ -
CD 3438/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	31/07/14	919810270001-68	BM ELETRO ELETRÔNICA LTDA.	R\$ 9.119,00	R\$ 9.119,00
CD 3438/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	31/07/14	108282860001-51	PHD COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA.	R\$ 11.800,00	R\$ 11.800,00
CD 3439/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	05/08/14	151352100001-64	TECPARTS IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PEÇAS LTDA	R\$ 10.420,00	R\$ 10.420,00
CD 3439/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	05/08/14	740119740001-07	PROVILLE INFORMATICA LTDA EPP	R\$ 13.990,00	R\$ 13.990,00
CD 3439/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	05/08/14	104591080001-09	GOINFO ALONSO INFORMATICA COMERCIO E SERVIÇO LTDA.	R\$ 5.319,99	R\$ 5.319,99

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
CD 3439/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	05/08/14	85286840001-00	MARUMBI TECNOLOGIA LTDA ME	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
CD 3439/14	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E SUPORTE AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA.	31/07/14	122863410001-54	R.M.S. COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
CD 3513/14	AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE WINDOWS SERVER 2012 OLP G PARA USO DO NÚCLEO DE SEGURANÇA	07/05/14	9159503000189	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA	R\$ 2.245,00	R\$ 2.245,00
CD 3704/14	CONserto de notebook HP, modelo ELITEBOOK 8460P DE TOMBO 76.149	29/04/14	9367612000191	LCP IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA. ME	R\$ 450,00	R\$ 450,00
CD 4019/14	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE PHOTOSHOP LIGHTROOM 5 GOV MULTIPLE PLATAFORMS PORTUGUESE PARA USO NA ASCOM	13/05/14	9159503000189	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA	R\$ 2.658,00	R\$ 2.658,00
CD 519/14	AQUISIÇÃO DE BATERIAS E FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA NOTEBOOK	05/08/14	82890970001-06	FORÇA DIGITAL COMÉRCIO DE ELETROELETRO NIOS E DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 533,00	R\$ 533,00
CD 6009/14	AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA: A) ASSINATURA DIGITAL DE CÓDIGO; B) ESTABELECIMENTO DE CONEXÃO SEGURA (SSL) COM OS SITES DISPONÍVEIS NO PORTAL TRT12	07/07/14	7305218000101	COMODO BRASIL TECNOLOGIA LTDA – ME	R\$ 7.255,00	R\$ 7.255,00
CD 6112/14	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DA CENTRAL TELEFONICA DO FORO TRABALHISTA DE FPOLIS.	23/06/14	633716000126	LABCCOM TELECOMUNIC AÇÕES LTDA	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
CD 6399/14	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO NA ÁREA DE SAÚDE	30/07/14 29/07/15	071712990001-96	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	R\$ 61.716,67	R\$ 17.616,67
CD 9460/11	CONTRATO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO COM UPGRADE DE LICENÇAS PARA EXPANSÃO DA PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO JAVA COM FRAMEWORKS JCOMPANY DA POWERLOGIC, PARA ATÉ 10 DESENVOLVEDORES	18/11/14 17/11/15	003871130001-91	POWERLOGIC CONSULTORIA E SISTEMAS S.A.	R\$ 25.513,00	R\$ 25.513,00
CD 9651/14	CONserto de 03(TRÊS) IMPRESSORAS, MARCA SAMSUNG, MODELO ML3471ND, TOMBOS 69550, 69551 E 69555.	29/09/14	9367612000191	LCP IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA. ME	R\$ 1.065,00	R\$ 1.065,00
PR 2726/12	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA	20/09/12 19/09/15	50854610001-28	DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	R\$ 426.772,18	R\$ 426.772,18
PRE 10284/13	MANUTENÇÃO DO CABEAMENTO ESTRUTURADO DA REDE DE DADOS	05/11/13 04/11/15	033145160001-07	CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS EIRELI EPP	R\$ 48.100,00	R\$ 30.280,00
PRE 10674/13	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO EM TSM - TIVOLI STORAGE MANAGER	25/11/13 24/11/14	783.093/0001-78	POWERSOLUTIONS INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 72.000,00	R\$ 71.867,00
PRE 10733/13	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA OS SISTEMAS OPERACIONAIS LINUX, WINDOWS SERVER E VMWARE	25/11/13 24/11/15	007830930001-78	POWERSOLUTIONS INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 95.520,00	R\$ 43.226,13

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
PRE 10768/14	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES DESKTOP, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DE HARDWARE, E MONITORES DE VÍDEO.	09/12/14 08/12/15	200817240001-14	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA – ME	R\$ 42.599,92	R\$ -
PRE 10768/14	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES DESKTOP, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DE HARDWARE, E MONITORES DE VÍDEO.	09/12/14 08/12/15	46027890001-01	DATEN TECNOLOGIA LTDA	R\$ 99.000,00	R\$ -
PRE 11109/14	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE, EQUIPAMENTOS CONCENTRADORES DE REDE E SOLUÇÃO DE REDE SEM FIO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS ATIVOS E EXPANSÃO DA REDE DE DADOS E TELECOMUNICAÇÕES DO TRT/SC.	15/01/15 14/01/16	048929910001-15	TELTEC SOLUTIONS LTDA	R\$ 593.190,75	R\$ -
PRE 11209/13	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA SOFTWARES SAP BUSINESS OBJECTS	04/12/13 23/01/16	052760490001-95	FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 24.331,40	R\$ 20.721,40
PRE 11278/13	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM BUSINESS INTELIGENCE E NA PLATAFORMA SAP BUSINESS OBJECTS	03/12/13 02/06/15	078110500001-06	GROWXI GESTÃO DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA LTDA-ME	R\$ 150.077,00	R\$ 33.813,64
PRE 11954/12	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE BANCO DE DADOS ORACLE.	26/02/14 25/02/15	816278380005-35	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA.	R\$ 226.475,10	R\$ 226.475,10
PRE 1469/14	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS TIPO STORAGE.	28/04/14 27/08/15	11812420002-72	COMPWIRE INFORMÁTICA S/A.	R\$ 272.000,00	R\$ 256.000,00
PRE 3149/13	SERVIÇO DE ACESSO CORPORATIVO À INTERNET	21/06/13 20/06/15	335304860001-29	EMBRATEL S/A	R\$ 118.578,10	R\$ 118.576,78

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
PRE 4341/11	CONTRATO DE SUPORTE ESPECIALIZADO E MONITORAMENTO PARA O BANCO DE DADOS ORACLE	18/07/11 17/07/15	005654470001-08	QUICK SOFT SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA.	R\$ 154.909,10	R\$ 154.909,10
PRE 4919/13	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA E GESTÃO DE FROTAS	05/07/13 04/07/15	806800930001-81	SENIOR SISTEMAS S/A	R\$ 34.200,00	R\$ -
PRE 6725/12	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS UTILIZANDO LINK DE FIBRA ÓPTICA	29/08/12 28/08/15	77836090001-23	WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNIC AÇÕES LTDA.	R\$ 85.736,91	R\$ 77.053,10
PRE 6944/13	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TI, COM EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE MANUTEN. E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS DO TRT DA 12 DESENVOLVIDOS NA PLATAFORMA DEVELOPER FORMS E REPORTS 6I E 10G DA ORACLE E LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO PL/SQL, UTILIZANDO A MÉTRICA DE PONTOS POR FUNÇÃO (PF) PARA DIMENSIONAMENTO DAS DEMANDAS	12/09/13 11/09/15	50854610001-28	DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	R\$ 189.000,00	R\$ 158.159,39
PRE 7364/13	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DO TIPO MENTORING EM TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO JAVA	12/09/13 11/09/14	385194840001-52	PD CASE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 100.000,00	R\$ 52.105,31
PRE 7871/13	SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO EM BANCO DE DADOS POSTGRESQL	27/11/13 26/04/15	800439040001-33	TLD TELEDATA TECNOLOGIA EM CONECTIVIDAD E LTDA..	R\$ 105.000,00	R\$ 87.220,48
PRE 8956/13	SERVIÇO DE ACESSO MÓVEL À INTERNET	24/10/14 23/10/15	404325440001-47	CLARO S/A	R\$ 127.418,50	R\$ 122.837,51

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
PRE-6135/12	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA A SALA-COFRE	01/09/14 31/08/15	432094360001-06	ACECO TI LTDA.	R\$ 206.244,33	R\$ 201.941,76
RP 11238/14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SUBSISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DIGITAL DO TIPO STORAGE COM PROTOCOLO REDUNDANT ARRAY OF INDEPENDENT DRIVES (RAID), POR MEIO DE PARTICIPAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2013 DO TRT DA 3ª REGIÃO, COM VIGÊNCIA ATÉ 10-02-2015.	13/11/14 12/11/15	415875020001-48	LANLINK INFORMÁTICA LTDA. "Verba do TRT12"	R\$ 374.340,00	R\$ -
RP 11238/14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SUBSISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DIGITAL DO TIPO STORAGE COM PROTOCOLO REDUNDANT ARRAY OF INDEPENDENT DRIVES (RAID), POR MEIO DE PARTICIPAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2013 DO TRT DA 3ª REGIÃO, COM VIGÊNCIA ATÉ 10-02-2015.	13/11/14 12/11/15	415875020012-09	LANLINK INFORMÁTICA LTDA. "Verba Descentralizada"	R\$ 1.076.981,58	R\$ -
RP 11393/14	FORNECIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DAS LICENÇAS EXISTENTES DO SOFTWARE DE BACKUP IBM TIVOLI STORAGE MANAGER	26/11/14 25/11/14	816278380001-01	AÇÃO INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 68.302,50	R\$ 68.302,50

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
RP 11867/14	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE HARDWARE ESPECIALIZADO, TIPO APPLIANCE, EM CLUSTER, PARA CONTROLE, MONITORAMENTO E FILTRAGEM DE CONTEÚDO NO USO DA INTERNET PARA UTILIZAÇÃO CORPORATIVA	09/12/14 08/12/15	024820050001-23	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. EPP	R\$ 176.761,80	R\$ -
RP 13721/14	SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO E APRIMORAMENTO DE ESCRITÓRIO DE GESTÃO DE PROJETOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – EGP-TIC	11/12/14 10/12/15	106821870001-04	INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA. EPP	R\$ 41.260,00	R\$ -
RP 13759/14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS PARA SISTEMA DE VIRTUALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TIC DO TIPO VMWARE COM AQUISIÇÃO DE TREINAMENTOS E CONSULTORIA, POR MEIO DE PARTICIPAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2013 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, COM VIGÊNCIA ATÉ 26-12-2014.	15/12/14 14/12/15	5.333.907/0001-96	IT ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	R\$ 176.364,65	R\$ -
RP 14256/12	SERVIÇOS DE ACESSO A SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM	16/01/13 15/07/15	528452030001-82	SPREAD TELEINFORMÁTICA LTDA.	R\$ 580.332,11	R\$ 572.100,11
RP 6819/14	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GERENCIAMENTO DE TI	12/09/14 11/09/15	041982540001-17	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.	R\$ 539.431,95	R\$ -

Nº de contratos	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			CNPJ	Denominação		
RP 6898/14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PORTÁTEIS NOTEBOOKS POR MEIO DE PARTICIPAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2013 DO TST.	30/07/14 29/07/15	36197670001-91	TORINO INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 518.050,00	R\$ 518.050,00
RP 7094/14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO E MODELAGEM DE PROCESSOS DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO POR MEIO DE PARTICIPAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2012 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO.	09/07/14 08/07/15	026416630001-10	FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 278.666,00	R\$ 109.087,57

Fonte: SEINFO

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

TABELA LX – QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
<p>Foram realizadas várias ações envolvendo a Gestão Ambiental, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renovação da contratação de coleta de resíduos químicos, tóxicos e perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias de celulares, cartuchos não recicláveis de máquinas fotocopadoras e impressoras, estopas com graxa, medicamentos vencidos, fitas VHS e restos de produtos químicos); • Renovação da contratação de serviço de coleta e tratamento dos resíduos hospitalares do SASER, com exigência de Licença Ambiental de Operação emitida pela FATMA; • Doação de papel para reciclagem de processos findos e da área administrativa; • Organizada a realização da palestra “Resíduos Sólidos: Saúde e Meio-Ambiente”, juntamente com a apresentação do esquete teatral “Dona Tainha e o Vento Sul”, ministrada gratuitamente pela Sra. Glória Clarice Martins, Gerente da Divisão de Conscientização Ambiental da COMCAP. • Participação no controle da Meta 2 JT/SC 2013 - Critérios de Sustentabilidade; • Participação do Coordenador da CPGAmbiental, Danilo Augusto Saldanha Caiaffo, no Grupo de Trabalho que elaborou proposta de resolução conjunta em que o CSJT e o TST instituíram a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental (Ato conjunto TST.CSJT .GP nº 24/14, divulgado no DEJT de 18/11/2014). 			

Fonte: SERHU/SECAD

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

As determinações/recomendações efetuadas pelo TCU foram levadas a efeito pela administração. Entretanto, em alguns casos, a efetividade dos atos administrativos praticados encontra-se pendente, por versarem sobre situações em que os interessados agiram judicialmente ou interuseram recursos administrativos para reverter as determinações/deliberações.

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

TABELA LXI - QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.980/2013-0	542/2014-2ªCâmara	9.2	DE	Ofício nº 1249/2014-TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação					
Acórdão nº 542/2014: 9.2. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria do Sr. Orides de Souza Filho, com a consequente negativa de registro e determinar que o órgão de origem emita novo ato de alteração de aposentadoria do servidor Orides de Souza Filho escoimado da irregularidade apontada nos autos, conforme previsto no artigo 262, §2º do Regimento Interno do TCU. (proporcionalizar o valor do Adicional de Qualificação nos proventos de aposentadorias proporcionais, incluído nos proventos, na concessão inicial, de forma integral).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU					--
Síntese da Providência Adotada					
Formalizados os PROADs nº 1945/2014 e 3037/2014 para cumprimento da decisão. Cientificado o interessado do acórdão em epígrafe. Em virtude da decisão exarada no ato específico, a Assessoria de Controle Interno sugeriu por meio do PROAD nº 2005/2014, que: 1 – em futuras concessões, nas hipóteses de concessão de aposentadorias com tempo de contribuição proporcional, a parcela do Adicional de Qualificação seja também proporcionalizada; 2 – fossem revistos os valores referentes ao Adicional de Qualificação de servidores cujas aposentadorias tenham ocorrido por tempo de serviço/contribuição proporcional, bem como de pensões delas derivadas, com efeitos financeiros a contar de 26.02.2014, data do recebimento do Ofício acima referido. Revisados os proventos de aposentadoria dos seguintes servidores: Aldo Brandalise (Proad 2841/2014), Alexandre Duarte Cardoso (Proad 2859/2014), Alziro Lazaro de Souza (Proad 2883/2014), Diane Milani Kornely (Proad 2816/2014), Luiz Apolinário Custódio (Proad 2822/2014), Marcio Luis Gomes Keunecke (Proad 3036/2014), Maura Terezinha Andreani Petters (Proad 3038/2014), Ricardo José da Rosa (Proad 3348/2014), Sieglinde Dieling (Proad 2968/2014), Vera Lúcia da Cunha Brito (Proad 3347/2014).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Determinação atendida no prazo fixado. Encaminhado formulário de concessão pelo sistema Sisac. Aguarda julgamento do ato de revisão de aposentadoria de Orides de Souza Filho pelo TCU.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a destacar.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	004.231/2007-3	--	--	--	Ofícios nºs 1455/2014-TCU/SEFIP e 6834/2014-TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação					
Solicita o encaminhamento à SEFIP, no prazo de 15 dias a contar de 17.03.2014, da cópia dos contracheques atuais dos beneficiários Carolina Gommersbach, Lucas Albert Gommersbach e Monique Gommersbach, cuja instituidora de pensão é Lia de Marchi Gommersbach.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Síntese da Providência Adotada					
Formalizado expediente Proad nº 2626/2014, procedendo-se ao levantamento requisitado, com remessa ao TCU na data de 24.03.2014, conforme Ofício ACI nº 05/2014. Procedimento encerrado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Determinação atendida no prazo. Acórdão TCU 1709/2014-Plenário, considera legal, para fins de registro, os atos de pensão civil dos interessados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	006.872/2014-0	7499/2013-2ª Câmara 363/2014-2ª Câmara 818/2014-2ª Câmara	9.4.1 9.4.1 9.4	--	Ofícios nºs 2397/2014-TCU/SEFIP, 10271/2014-TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação					
Solicita a disponibilização, no prazo de 30 dias a contar de 10.04.2014, das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas do TRT da 12ª Região/SC. Menciona-se ainda que restou consignado nos Acórdãos citados que a periodicidade de encaminhamento de informações será semestral, tendo como meses de referência setembro e maio. Tais remessas serão precedidas de ofícios solicitando as referidas informações. Por meio do Ofício 10271/2014-TCU/SEFIP, foram solicitadas as informações cadastrais e respectivas fichas financeiras correspondentes ao mês de setembro de 2014, no prazo de 30 dias a contar de 01.10.2014.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Cadastramento e Registro de Pessoal - SECAR e Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal - SEPPP					--

Síntese da Providência Adotada
Para atendimento ao Ofício 2397/2014-TCU/SEFIP, foi formalizado expediente Proad nº 3680/2014, procedendo-se ao levantamento requisitado (fichas financeiras de março/2014), com remessa ao TCU na data de 05.05.2014, conforme Ofício ASCRI nº 07/2014. Para atendimento ao Ofício 10271/2014-TCU/SEFIP, foi formalizado expediente Proad nº 10661/2014, procedendo-se ao levantamento requisitado (fichas financeiras de setembro/2014), com remessa ao TCU na data de 29.10.2014, conforme Ofício ASCRI nº 19/2014.
Síntese dos Resultados Obtidos
Determinação atendida no prazo. Aguarda eventual determinação do TCU.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	011.706/2014-7	--	--	--	Ofício nº 3931/2014-TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação					
Solicitada a disponibilização, no prazo de 15 dias a contar de 21.05.2014, de informações cadastrais e financeiras de todas as pensionistas na situação de filha maior solteira, com fundamento na Lei nº 3.373/1958, tendo como mês de referência abril de 2014.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Setor de Cadastramento e Registro de Pessoal - SECAR e Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal – SEPPP					--
Síntese da Providência Adotada					
Formalizado expediente Proad nº 5086/2014, procedendo-se ao levantamento requisitado, com remessa ao TCU na data de 23.05.2014, conforme Ofício ASCRI nº 08/2014. Esclarecido que não há beneficiária de pensão na situação de filha maior solteira, com fundamento na Lei nº 3.373/1958.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Determinação atendida no prazo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	008.288/2014-4	2143/2014-2ª Câmara	1.6.1 e 1.6.2	DE	Ofício nº 4972/2014-TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação					
Acórdão nº 2143/2014: “1.6.1. determinar ao órgão de pessoal da unidade jurisdicionada que cadastre no sistema Sisac, no prazo de 60 (sessenta dias), novos atos de admissão relativos aos servidores acima nominados, corrigindo as falhas ora identificadas, ou detalhando a situação concreta no campo “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”;					

1.6.2. orientar ao órgão de pessoal da unidade jurisdicionada no sentido de que o encaminhamento de atos de admissão ou concessão contendo omissões e inconsistências injustificadas, pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei 8443, de 1992".
 Servidoras Juliana Miguel Ferrari e Sabrina Gonzaga: não cumprimento do prazo entre a data da nomeação e a da posse (art. 13, §1º, da Lei 8.112/90).

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU, Serviço de Cadastramento e Registro de Pessoal – SECAR e Serviço de Legislação e Aferição de Tempo de serviço – SELAT	--
Síntese da Providência Adotada	
Formalizado expediente Proad nº 5845/2014, procedendo-se ao reenvio de formulário de admissão, com os devidos esclarecimentos de que os prazos foram cumpridos, por terem encerrado em dias não-úteis, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente. Remessa ao TCU na data de 04.07.2014, conforme Ofício ASCRI nº 09/2014.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Determinação atendida no prazo. Aguarda julgamento dos atos de admissão pelo TCU.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a destacar.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	008.945/2014-4	--	--	--	Ofício nº 7451/2014-TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação					
Solicita o encaminhamento à SEFIP, relativo aos interessados Osvaldo José Correa e Pedro José de Carvalho, da seguinte documentação: a) cópia do Mapa de Apuração do Tempo de Serviço, juntando, quando for o caso, as cópias das certidões dos tempos averbados, incluindo os tempos insalubres com as respectivas justificativas, bem como discriminando os períodos insalubres laborados. Caso exista averbação de tempo insalubre decorrente de mandado de injunção, enviar a cópia da respectiva decisão, além da comprovação de que o interessado é, de fato, beneficiário do referido mandado. b) Enviar documentos (laudo pericial e outros) que comprovem o exercício de atividades laborais em condições insalubres, conforme acórdão nº 911/2014-TCU Plenário.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Legislação e Aferição de Tempo de serviço – SELAT					--
Síntese da Providência Adotada					
Formalizado expediente Proad nº 8899/2014, procedendo-se à juntada dos documentos solicitados, com remessa ao TCU na data de 29.08.2014, conforme Ofício ASCRI nº 13/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Determinação atendida no prazo. Aguarda julgamento pelo TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	--

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	025.670/2013-1	5811/2014-2ª Câmara	9.2 a 9.4.2	DE	Ofício nº 13019/2014-TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação					
9.2 considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão das beneficiárias Liane Mastalir Moreira, Marília Sironi e Martina Moreira Ferreira, tendo como instituidor Gildo Ferreira;					
9.3. aplicar a Súmula TCU 106, em relação às importâncias recebidas de boa-fé pelos beneficiários;					
9.4 determinar Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:					
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos impugnados, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.4.2. dê ciência às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Legislação e Aferição de Tempo de serviço – SELAT					--
Síntese da Providência Adotada					
Formalizado expediente Proad nº 13157/2014. Publicado Ato Presi nº 470/2014, concedendo pensão com fundamento no art. 40, § 7º, inc. I, e 8º, da CF, com a redação dada pela EC nº41/2003, e art. 2º, inc. I, e 15 da Lei nº 10.887/2007. O cadastramento do ato de pensão no Sisac será efetuado no prazo da IN-TCU nº 55/2007. Pelo Ofício ASCRI 21/2014, as medidas adotadas foram comunicadas ao TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Determinação atendida no prazo fixado no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a destacar.					

Fonte: ASCRI

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

TABELA LXII - QUADRO A.11.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	032.654/2008-0	059/2011-Pleno	9.5.1. e 9.5.2.	DE	Of-Circ. CNJ nº 110/2011/SG-SCI
Descrição da Deliberação					
Determinação do CNJ para a Assessoria de Controle Interno verificar:					
1 - a incidência da contribuição previdenciária sobre o adicional por tempo de serviço e sobre a gratificação natalina, a partir da edição da Lei nº 9.783/1999;					
2 - a efetivação de desconto de imposto de renda sobre verbas salariais pagas em atraso, em especial quanto à conversão da remuneração em URV e do recálculo do teto remuneratório dos servidores do Poder Judiciário no período de 1º.01.1998 a 1º.06.2002.					

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Setor de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP	--
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
<p>Formado o expediente PROAD 3541/2011. As áreas responsáveis prestaram as informações pertinentes e a ASCRI efetuou diligências, em folha de pagamento, para a verificação da correção da aplicação da legislação pertinente.</p> <p>Pelo Parecer da Assessoria de Controle Interno é concluído que o TRT da 12ª Região observa as determinações do TCU. Entretanto, quanto ao item “1”, não houve a incidência da contribuição previdenciária sobre aquelas verbas no período de maio/1999 a junho/2004, por força de liminar concedida no MS TRT-SC nº 3.917/1999, posteriormente cassada. Determinada a devolução dos valores, o SINTRAJUSC propôs a Ação Ordinária 2008.72.00.013492-7, perante a 3ª Vara Federal de Florianópolis, julgada parcialmente procedente “para reconhecer ilegal o desconto não precedido de processo administrativo”.</p> <p>Feita comunicação ao CNJ, dos resultados apurados, pelo Ofício nº ACI 05/2011.</p> <p>Houve prolação de acórdão na Apelação Cível nº 0013492-63.2008.404.7200, junto ao TRF da 4ª Região, confirmando a sentença de primeiro grau.</p> <p>Feita comunicação pela Procuradoria da Fazenda Nacional, pelos Proads 5084/2014, 6140/2014 e 9835/2014, após o trânsito em julgado da ação referida, foi determinado pelo Desembargador do Trabalho-Presidente (Proad 6140/2014):</p> <p>“1) A atualização dos cálculos dos valores devidos pelos servidores a título de contribuições previdenciárias do período de 1999 a junho de 2004;</p> <p>2) A disponibilização, aos servidores, de planilha individualizada dos valores devidos, de informação sobre os parâmetros utilizados para cálculos, bem como cópia da presente decisão, esclarecendo que possuem o prazo de 30 dias para: (a) pagar, (b) solicitar o parcelamento na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/1990 ou (c) impugnar os cálculos;</p> <p>3) Não havendo manifestação no prazo de 30 dias, proceda-se ao desconto em folha de pagamento, observando o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990 e seus parágrafos.”</p> <p>A partir da folha de pagamento de novembro de 2014 foram iniciados os descontos. Alguns servidores opuseram recurso administrativo ou intentaram novas ações junto à Justiça Federal, com pedido de antecipação de tutela para não efetivação do desconto previdenciário.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a destacar.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	013.503/2004-0	2580/2006-2ªCam. 3081/2007-2ªCam. 3519/2007-2ªCam. 1957/2014-2ªCam.	Relacionados abaixo	DE	Ofícios Sefip nºs. 3079/2006, 4315/2007, 4317/2007, 4751/2007, 1151/2008 e 4107/2014
Descrição da Deliberação					
<p>Acórdão nº 2580/2006-2:</p> <p>9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria aos servidores Lívia Burlani e Luiz Cecconi e recusar o registro dos atos de nºs 2-078720-0-04-1998-000013-0 e 2-078720-0-04-1998-000001-6;</p> <p>9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que adote medidas para:</p> <p>9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;</p> <p>9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais de nºs 2-</p>					

078720-0-04-1998-000013-0 e 2-078720-0-04-1998-000001-6, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados da irregularidade verificada, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;

9.4.3. dar ciência aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.4.4. oriente os interessados nos atos considerados ilegais sobre a possibilidade de retornarem à atividade para completar o tempo de serviço necessário para aposentadoria, de requererem a aposentadoria proporcional, ou, ainda, de comprovarem o recolhimento, perante o INSS, das contribuições relativas ao tempo de serviço prestado na condição de trabalhador rural; (Nova redação dada pelo AC-3081-39/07-2, que deu provimento parcial ao Pedido de Reexame do Acórdão nº 2580/2006-2).

Pelo Acórdão nº 359/2007-2 foram rejeitados os embargos de declaração ao Pedido de Reexame apresentados por Livia Burlani.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP	--

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Cientificados os interessados dos acórdãos relacionados em epígrafe.

Livia Burlani obteve a procedência do mérito na Ação Ordinária nº 2007.71.00.003922-5/RS (2ª Vara Federal Tributária de Porto Alegre), fazendo o recolhimento, de forma indenizada, das contribuições previdenciárias relativas ao tempo de atividade rural. A comprovação dos recolhimentos foi noticiada ao TCU através do Ofício ACI nº 17/2008. Por decisão monocrática, transitada em julgado em 08.06.2011, o STJ, no Agravo de Instrumento nº 1.389.532-R, negou provimento ao pedido do INSS. Medidas tomadas no Proc. TRT PA-MAD 75/1997, SAD nº 11-1660/1997).

Em relação a Luiz Cecconi foi expedido ato tornando sem efeito o ato inicial de aposentadoria e revertendo o interessado à atividade (PROC. TRT PA-MAD 31/1997 – SAD nº 01-6246/1997). Ante a interposição de Pedido de Reexame junto ao TCU foi dado efeito suspensivo aos itens 9.2 e 9.4.2 do Acórdão nº 2580/2006-2. Propôs Ação Ordinária nº 2006.72.00.013025-1/SC (1ª Vara Federal de Florianópolis), sendo deferida a “antecipação de tutela” e julgado “procedente o pedido para assegurar o direito do autor à manutenção da aposentadoria”, pela aplicação do “transcurso do prazo decadencial de 5 anos. Lei 9.784/99”. Decisão de 1º grau mantida pelo TRF da 4ª Região na Apelação Cível nº 2006.72.00.013025-1/SC.

TRT cumpre decisão do TRF da 4ª Região que restabelece a aposentadoria inicial do interessado.

Aguarda julgamento, pelo STJ, do Recurso Especial nº 1083632/SC. Pelo Acórdão 1957/2014 (Proad 5322/2014), é dada determinação à SEFIP, exclusivamente, para acompanhar o recurso citado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	--

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	001.997/2007-0	2355/2008-2ªCam. 1056/2009-2ªCam. 5150/2014-2ªCam.	Relacionados abaixo	DE	Ofícios TCU/Sefip nº 2064/2008, Controle nº 9500-TCU/Sefip, Ofício 164/2009-TCU-SERUR e Ofício 10508/2014-TCU-SEFIP

Descrição da Deliberação

Acórdão 2355/2008-2:

“9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria de Ana Maria Alvise Braz, Claudete Cardoso, Grace Maria

Rossi Keunecke, Mávia de Aquino Santos, e recusar o registro dos atos de fls. 2/7 e 15/34;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote medidas para:

9.4.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas cujos atos foram considerados ilegais, alertando-as que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.4.2. fazer cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;

9.4.3. obter o ressarcimento, a contar de setembro de 2001, com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.112/1990, das quantias indevidamente pagas às servidoras Ana Maria Alvisse Braz e Grace Maria Rossi Keunecke, referentes à parcela "função cheia", obtida liminarmente por decisão judicial posteriormente desconstituída, caso ainda não tenha adotado essa medida;

9.4.4. orientar as servidoras Ana Maria Alvisse Braz e Mávia de Aquino Santos no sentido de que poderão, após sanadas as demais irregularidades, optar entre:

9.4.4.1. retornarem imediatamente à atividade, para completar o tempo necessário para aposentadoria com proventos integrais, segundo as regras vigentes;

9.4.4.2. recolherem as contribuições previdenciárias em momento posterior à prestação da atividade rural, de forma indenizada, para fins de contagem recíproca desse tempo para a concessão de aposentadoria estatutária na forma que lhe foi concedida;

ou 9.4.4.3. serem aposentadas com proventos proporcionais concedidos nos percentuais de 75% (Ana Maria Alvisse Braz) e 70% (Mávia de Aquino Santos).

9.6. orientar o órgão de origem no sentido de que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno, os atos considerados ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos, livres das irregularidades indicadas nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, *caput*, também do RITCU;”

Pelo Ofício nº 164/2009-TCU-SERUR, é informado pelo TCU que os Pedidos de Reexame interpostos pelas interessadas tiveram efeito suspensivo “em relação aos subitens 9.2, 9.4.2. e 9.4.3. da decisão recorrida”.

Acórdão 5150/2014-2:

“9.1. conhecer dos pedidos de reexame de Ana Maria Alvisse Braz, Claudete Cardoso e Mávia de Aquino Santos e negar-lhes provimento;

9.2. conhecer do pedido de reexame de Grace Maria Rossi Keunecke, dar-lhe provimento parcial, considerar legal seu ato de aposentadoria e ordenar o respectivo registro;”

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP	--

Justificativa para o seu não Cumprimento:

As interessadas foram cientificadas do inteiro teor do acórdão 5150/2014.

Determinada pela Presidência, em face do Acórdão 5150/2014, a exclusão da parcela “opção” das servidoras Ana Maria Alvisse Braz, Mávia de Aquino Santos e Claudete Cardoso, bem como levantamento de valores para reposição a contar da ciência do Ac. 2355/2008-TCU-2ª Câmara. Determinado o levantamento e devolução por Grace Maria Rossi Keunecke e Ana Maria Alvisse Braz da parcela “função cheia”, referente ao período de setembro/2001 a setembro/2003. As providências adotadas foram comunicadas ao TCU por meio do Ofício ASCRI 17/2014 e os formulários Sisac serão encaminhados no prazo da IN nº 55/2007.

1 - Ana Maria Alvisse Braz: interpôs embargos de declaração ao Acórdão nº 2355/2008-2, que foram rejeitados, conforme Acórdão nº 1056/2009-2. Emitido novo ato de aposentadoria, com proventos proporcionais a 75%, seguindo orientação contida no item 9.4.4.3. do Acórdão nº 2355/2008-2. O novo ato de aposentadoria e a devolução dos valores referentes à função cheia ficaram suspensos em razão de Pedido de Reexame protocolado pela interessada junto ao TCU, que foi conhecido e teve negado seu provimento no Acórdão 5150/2014.

Pelo Proad 10839/2014 foi expedido o Ato Presi 435/2014, concedendo aposentadoria na forma determinada pelo TCU, e determinada a devolução dos valores referentes à função cheia, que tramita no expediente 13087/2014. A servidora protocolou requerimento em 11.12.2014, pendente de análise pela administração, a fim de obter o reconhecimento das contribuições previdenciárias relativas ao período de trabalho rural e a consequente manutenção de sua aposentadoria com proventos integrais.

Destaca-se que a servidora ingressou com ação judicial 5034891-53.2014.404.7200 na 3ª Vara Federal de Florianópolis/SC para recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao período de trabalho rural, sem obter êxito na antecipação de tutela.

2 - Claudete Cardoso: retificado o ato inicial de aposentadoria, com a exclusão dos proventos da parcela referente à opção de 70% da FC-04. Concedido efeito suspensivo em razão da interposição de Pedido de Reexame, que foi conhecido e teve negado seu provimento no Acórdão 5150/2014. A servidora averbou nova certidão de tempo de contribuição, emitida pelo INSS, por força do reconhecimento judicial através do Mandado de Segurança nº 98.00.07698-0. Ante as novas averbações foi deferido o pedido de revisão de proventos, fazendo jus à aposentadoria com proventos integrais. Emitido novo ato e cadastrado no Sisac sob o número de controle 20787200-04-2009-000027-6.

A servidora Claudete interpôs Embargo de Declaração ao Ac. 5150/2014, conforme Proad 11438/2014, estando pendente de julgamento pela Corte de Contas, mantendo-se desta forma o pagamento da parcela referente à opção de 70% da FC-04 e suspensa a devolução nos termos do item 9.4.1. do Acórdão 2355/2008-2 dos valores recebidos a este título.

3 - Grace Maria Rossi Keunecke: Expedido novo ato retificando a concessão inicial e alterando a percepção da opção de 70% do cargo em comissão CJ-03 para CJ-02, de acordo com o que dispõe o item 9.3.1. do Acórdão nº 2076/2005-PL. Interposto Pedido de Reexame e concedido efeito suspensivo, mantendo-se o pagamento de 70% do cargo em comissão CJ-03. Recurso provido pelo TCU, Acórdão 5150/2014, reconhecendo o direito à opção do cargo comissionado nos termos do item 9.3.1. do Acórdão 2076/2005. Pendente o ajuste em relação à mudança da opção de 70% do cargo em comissão CJ-03 para CJ-02 bem como o cálculo dos valores a devolver, nos termos do item 9.4.1. do Acórdão 2355/2008-2.

A devolução dos valores percebidos a título de função cheia tramita pelo expediente SUP nº 22.347/2008 e Proad 13101/2014.

4 - Mávia de Aquino Santos: Emitido novo ato de aposentadoria, com proventos proporcionais a 70%, seguindo orientação contida no item 9.4.4.3. do Acórdão nº 2355/2008-2. Interpôs embargos de declaração ao Acórdão nº 2355/2008-2, orientando o TCU, no item 9.2. do Acórdão nº 1056/2009-2, sobre a possibilidade de a interessada vir a se aposentar com proventos integrais, caso venha a ser confirmado, por meio de junta médica oficial, que foi acometida de doença especificada em lei. O novo ato de aposentadoria foi suspenso em razão de Pedido de Reexame protocolado pela interessada junto ao TCU, que foi conhecido e teve negado seu provimento no Acórdão 5150/2014.

Pelo Proad 13094/2014 foi expedido o Ato Presi 436/2014, concedendo aposentadoria na forma determinada pelo TCU. A servidora requereu a revisão dos proventos de aposentadoria pela aplicação do art. 190 da Lei nº 8.112/1990, ainda pendente de decisão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	016.264/2006-9	514/2007-Plenário 1258/2007-Plenário	9.1.2.	DE	--
Descrição da Deliberação					
Rever, de ofício, o Acórdão nº 514/2007-TCU-Plenário, conferindo ao subitem 9.1.2 a seguinte redação: "9.1.2. as concessões de quintos a servidores que exerceram cargo em comissão ou função de confiança sem vínculo efetivo com a Administração Pública e que ingressaram em cargo efetivo no serviço público federal a partir de 25/11/1995 são ilegais, devendo ser anulados os atos correspondentes;"					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Recebido, em 16.08.2007, Ofício CIRC.SECON Nº 3/2007 (Secretaria de Controle da Justiça do Trabalho), para cumprimento dos Acórdãos do TCU nºs. 514/2007-P e 1258/2007-P. Expediente interno SUP nº 19.938/2007.

Determinada pela Administração a revisão das incorporações e apostilamentos de servidores que se enquadravam na hipótese versada no Acórdão: 1- João Carlos Godoy Ilha; 2- Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi; 3- Nei Luiz Gonzaga Filho; e 4- Silvana Schaarschmidt Carioni. Foram expedidos os atos de adequação à determinação.

Todos os servidores ajuizaram ações ordinárias junto à Justiça Federal de Santa Catarina, estando os respectivos processos nas seguintes situações:

- 1- João Carlos Godoy Ilha, ação ordinária 2008.72.00.014899-9/SC (2ª Vara Federal de Florianópolis), com procedência do pedido em 1ª instância, sendo interposta apelação pela União em 04.12.2009. Pendente de decisão definitiva.
- 2- As decisões referentes a Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi, ação ordinária 2007.72.00.013495-9/SC (4ª Vara Federal de Florianópolis), Nei Luiz Gonzaga Filho, ação ordinária 2007.72.00.015217-2/SC (2ª Vara Federal de Florianópolis) e Silvana Schaarschmidt Carioni, ação ordinária 2008.72.00.002958-5/SC (1ª Vara Federal de Florianópolis), favoreceram os interessados, que mantiveram os quintos percebidos, e transitaram em julgado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Fonte: ASCRI

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

As informações são pertinentes às recomendações/determinações emanadas da Secretaria de Controle Interno – SCI, do Conselho Nacional de Justiça, da Coordenadoria de Controle e Auditoria – CCAUD, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como da Unidade de Controle Interno do TRT da 12ª Região. Via de regra, são atendidas pela administração, que determina a adoção de providências cabíveis para eventuais correções, cuja efetividade, em algumas situações, principalmente as relacionadas a recursos humanos, passam a depender de recursos administrativos ou ações judiciais propostas pelos interessados.

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

TABELA LXIII - QUADRO A.11.2.1- RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Requisição de Documentos e Informações (RDI) nº 22/2014	--	Of. Circular CSJT.SG.CCAUD nº 30/2014
Descrição da Recomendação			
Encaminha "Formulário de encaminhamento de informações e documentos" para fins de avaliação do Projeto de Construção do Fórum Trabalhista de Chapecó, conforme Resolução CSJT nº 70/2010, art. 9º. Requisição recebida em 08.04.2014, com prazo de cumprimento até 13.06.2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Secretaria Administrativa – SECAD, Serviço de Obras e Manutenção - SEROM e Núcleo de Projetos e Obras – NPO	--
Síntese da Providência Adotada	
<p>Formalizado o PROAD nº 3588/2014, sendo solicitado o preenchimento do formulário à SECAD e ao NPO. Os projetos, memoriais e orçamentos relativos ao Fórum Trabalhista de Chapecó seriam finalizados pela empresa contratada no final de julho. Questionada, a CCAUD informou quais documentos devem ser encaminhados nessa situação.</p> <p>Preenchido o Formulário, com remessa à CCAUD/CSJT na data de 26.05.2014.</p> <p>Concluídos os projetos, memoriais e orçamentos contratados, foi preenchido formulário completo e remetido na data de 03.09.2014.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>Por meio do Ofício CSJT.SG.CCAUD nº 84/2014, o CSJT informa que a Coordenadoria de Controle e Auditoria (CCAUD/CSJT) emitiu parecer técnico favorável acerca do projeto de construção do Fórum Trabalhista de Chapecó e que sua apreciação transcorrerá por meio do processo CSJT-A-20607-24.2014.5.90.0000.</p> <p>No referido Ofício, o CSJT recomendou que o início da execução da obra estivesse condicionado à aprovação dos projetos pela Prefeitura e pelo Corpo de Bombeiros, além da expedição de Alvará de Construção pela Prefeitura, bem como à publicação no portal eletrônico das informações e documentos relevantes elencados pela área técnica. Respondidas as recomendações, conforme Ofício DIGER/PRESI nº 361/2014.</p> <p>Processo licitatório realizado por Concorrência Pública CP 9013/2014, sagrando-se vencedora a empresa Engedix Soluções de Engenharia Ltda.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a destacar.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Requisição de Documentos e Informações (RDI) nº 35/2014	--	Despacho Presidente Proc. Adm. nº 501.250/2013-0
Descrição da Recomendação			
<p>Auditoria sistêmica na Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau, conforme Plano Anual de Auditoria do CSJT (Ato CSJT nº 103/2014, alterado pelo Ato CSJT nº 229/2014), que solicita o levantamento de magistrados que fazem jus ao ressarcimento de valores contribuídos ao Montepio Civil da União.</p> <p>Requisição recebida em 05.05.2014, com prazo de cumprimento até 09.05.2014, prorrogada até 13.05.2014 por meio da RDI nº 36/2014.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal – SEPPP e Assessoria de Controle Interno - ASCRI			--
Síntese da Providência Adotada			
Formalizado o Proad nº 4499/2014, procedendo-se ao levantamento requisitado, com remessa à CCAUD/CSJT na data de 08.05.2014, conforme Ofício DIGER nº 99/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Realizado o levantamento, foi verificado que não há magistrados neste Tribunal que fazem jus ao ressarcimento de valores contribuídos ao Montepio Civil da União. Atendimento realizado no prazo fixado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Requisição de Documentos e Informações (RDI) nº 84/2014	--	Of. Circular CSJT.SG.CCAUD nº 62/2014
Descrição da Recomendação			
Ação Coordenada de Auditoria, conforme Plano Anual de Auditoria do CSJT (Ato CSJT nº 103/2014, alterado pelo Ato CSJT nº 229/2014), que solicita informações concernentes a pagamentos de auxílio moradia a magistrados nos últimos cinco anos. Requisição recebida em 07.08.2014, com prazo de cumprimento até 13.08.2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Controle Interno – ASCRI, Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal – SEPPP			--
Síntese da Providência Adotada			
Formalizado o Proad nº 8399/2014, procedendo-se às informações requisitadas, com remessa à CCAUD/CSJT na data de 13.08.2014 por meio de e-mail do SEPPP à CCAUD/CSJT.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aguarda resultado de auditoria da CCAUD/CSJT.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Requisição de Documentos e Informações (RDI) nº 90/2014 e 117/2014	--	Of. Circular CSJT.SG.CCAUD nº 78/2014
Descrição da Recomendação			
Auditoria sistêmica na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, conforme Plano Anual de Auditoria do CSJT (Ato CSJT nº 103/2014, alterado pelo Ato CSJT nº 229/2014), que requer o encaminhamento de informações relativas à conversão em pecúnia de períodos de férias não usufruídos a magistrados. Requisição recebida em 29.09.2014, com prazo de cumprimento até 10.10.2014.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência do TRT, Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Assessoria de Controle Interno – ASCRI			--
Síntese da Providência Adotada			
Formalizado o Proad nº 10423/2014, procedendo-se ao levantamento requisitado, com remessa à CCAUD/CSJT na data de 10.10.2014, conforme Ofício ASCRI nº 15/2014. Solicitação de informações complementares, conforme RDI nº 117/2014 recebida em 03.12.2014, com prazo de cumprimento até 08.12.2014. Resposta remetida em 04.12.2014, conforme Ofício DIGER nº 364/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Até o fechamento do exercício não houve retorno da CCAUD/CSJT.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Folha de pagamento. PROAD nº 12581/2013	A.1 a A.3 e B.1	PROAD nº 12581/2013, encaminhado em 25.11.2013
Descrição da Recomendação			
<p>A.1.a - Recomendada a apresentação, pelo servidor Luiz Bernardo Ramos Litzinger, de <i>cópia do contrato celebrado com a operadora de plano de saúde ou com a administradora do convênio, ou declaração por ela emitida</i> para concessão do auxílio-saúde, conforme estabelece o art. 5º, II da Portaria 339/2011. (Proad nº 4062/2013);</p> <p>A.1.b - Recomendado que, para o registro de acumulação de férias, seja observado o que dispõe o § 1º do art. 15 da Portaria PRESI nº 374/2011, no sentido de que deve haver expressa atestação do superior hierárquico da necessidade de acumulação por imperiosa necessidade de serviço. (Proad nº 12898/2012);</p> <p>A.2. - Recomendada a apresentação, pela servidora Pâmela Marinelli de Souza e Silva Silveira, <i>cópia do contrato celebrado com a operadora de plano de saúde ou com a administradora do convênio, ou declaração por ela emitida</i> para concessão do auxílio-saúde, conforme estabelece o art. 5º, II da Portaria 339/2011. (Proad nº 4776/2013);</p> <p>A.3 - Recomendado que seja procedida a revisão das verbas rescisórias, no Proad nº 13.149 /2012, da ex-servidora Rose Emily Pippus Rosso, em razão da incorreção no desconto de falta injustificada;</p> <p>B.2 – Sugerido o encaminhamento à área competente para manifestar-se sobre o valor pago a título de ajuda de custo ao magistrado Roberto Masami Nakajo, no valor de subsídio de Juiz Titular de Vara do Trabalho, uma vez que o despacho da Presidência foi no sentido de “o valor da ajuda de custo é calculado conforme a remuneração na origem...” e “... tendo como base o mês de outubro de 2011...”, devendo corresponder ao de Juiz Substituto.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Cadastramento e Registro de Pessoal - SECAR e Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal – SEPPP			--
Síntese da Providência Adotada			
Expediente encaminhado aos respectivos setores para esclarecimentos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>A.1.a e A.2 – Por meio da Informação SECAR/SEGESB nº 779/2013, o SECAR considerou que o documento apresentado pelos servidores, comprovante de pagamento, é hábil para a concessão do benefício, pois contém os dados exigidos no parágrafo único do art. 5º da Portaria nº 339/2011, e atende o que dispõe o inc. III do art. 3º da mesma Portaria. Reconhece a área que, de fato, tais documentos não foram exigidos dos servidores, conforme consta do terceiro parágrafo da mencionada Informação. Contudo, o entendimento da Assessoria de Controle Interno (ASCRI) é de que a aceitação de outro documento que não o exigido na Portaria, torna inócua o comando regulamentar interno. Por isso, a ASCRI pronunciou-se no sentido de que se faz necessária a apresentação do documento específico exigido na Portaria. Houve determinação da Direção-Geral da Secretaria para que a área observe a observação da ASCRI.</p> <p>A.1.b – O SECAR argumentou que a simples concordância do superior hierárquico no adiamento das férias, induz a reconhecer, implicitamente, a imperiosa necessidade de serviço. Acrescenta que mesmo procedimento é adotado quando da anotação de férias por meio do sistema de autoatendimento, uma vez que o sistema emite mensagem ao superior do servidor. A ASCRI entende que a argumentação expedida ratifica a necessidade de que haja expressa manifestação do superior hierárquico. Houve determinação da Direção-Geral da Secretaria para que a área observe a observação da ASCRI.</p> <p>A.3 – No Proad nº 13149/2012, verificou-se que a ex-servidora efetuou a devolução do valor de R\$872,97.</p> <p>B.1 – No Proad nº 269/2014 e no sistema de folha de pagamento, verificou-se que o magistrado efetuou, em parcela única, a devolução do valor de R\$2.291,18.</p> <p>Procedimento de auditoria encerrado.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a registrar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Abono permanência. PROAD nº 12986/2013	3.1 e 3.2	PROAD nº 12986/2013, remetido em 02.12.2013
Descrição da Recomendação			
Relatório de Auditoria de dezembro/2013. 3.1 – Recomendada a juntada ao expediente PROAD nº 9331/2013 das certidões de tempo de contribuição/serviço relativas aos períodos trabalhados pela servidora no Serviço Federal de Processamento de Dados (23.02.81 a 25.05.81) e na Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (25.06.81 a 30.09.87), tendo em vista ser documento essencial à instrução de concessão do pedido de abono permanência. 3.2 – Recomendada, no PROAD 5309/2013, a revisão da averbação de tempo de contribuição de servidora, referente aos períodos reconhecidos de 24.0.83 a 07.02.84 e de 08.02.94 a 16.12.93, em razão do exercício de advocacia, por ter sido comprovado apenas com certidão emitida pela OAB/SC, sem ter sido apresentada certidão de tempo de contribuição emitida pelo INSS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Legislação e Aferição de Tempo de serviço – SELAT			--
Síntese da Providência Adotada			
Determinado o encaminhamento do Relatório de Auditoria ao SELAT para manifestação sobre as recomendações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
3.1 – Juntada dos documentos solicitados no Proad nº 9331/2013. 3.2 – No Proad nº 5309/2013 foi determinada a desaverbação do tempo de serviço/contribuição relativo ao exercício da advocacia, com base unicamente na certidão emitida pela OAB/SC, sem recolhimento das contribuições previdenciárias, resultando no indeferimento do pedido de abono permanência, por não ter a servidora requerente implementado as condições para a sua concessão. Procedimento de auditoria encerrado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a registrar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Aquisições por compra direta. PROAD nº 12979/2013	4.1 e 4.2	PROAD nº 12979/2013, remetido em 02.12.2013
Descrição da Recomendação			
Relatório de Auditoria de dezembro/2013. 4.1 e 4.2 - Recomendada a atualização das informações nos PROADs nºs 10647/2013 e 10747/2013, tendo em vista que a entrega dos objetos adquiridos expirou, respectivamente, em 18.10.2013 e 15.10.2013, e até a data de 02.12.2013 não houve foi juntada qualquer informação ou comprovação da realização dos serviços contratados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Documentação, Divulgação e Jurisprudência - SEDJUR e Assessoria de Comunicação Social – ASCOM			--

Síntese da Providência Adotada
Encaminhado o Relatório de Auditoria para os respectivos setores para manifestação.
Síntese dos Resultados Obtidos
Prestada informação pela Diretora do SEDJUR, e pelo Assessor da ASCOM. Efetuada a entrega de uma fototela, com a respectiva liquidação e pagamento (Proad nº 10647/2013, doc. 17). Quanto à segunda fototela, não entregue, considerando as manifestações e justificativas constantes do Proad nº 10647 (doc. 13), e, o cancelamento da correspondente nota de empenho, mesmo Proad, doc. 15, reputa-se sanada a inconsistência inicialmente apontada, uma vez que a extrapolação do prazo de entrega foi devidamente justificada. Procedimento de auditoria encerrado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nada a registrar.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Folha de pagamento. PROAD nº 3870/2014	A.1 e A.2	PROAD nº 3870/2014 encaminhado em 22.04.2014
Descrição da Recomendação			
Verificadas as seguintes inconsistências: A.1 – Ausência de comprovação de participação em programa anual de reciclagem (§ 3º, art. 17, Lei nº 11.416/2006), para percepção da GAS, nos assentamentos funcionais de servidor investido no cargo de Técnico Judiciário, Especialidade Segurança, removido em 19.04.2010, por permuta, para o TRT da 4ª Região. A.2 – Ausência de documentação capaz de comprovar que servidora beneficiária de auxílio-saúde custeia os encargos mensais de plano de saúde em que figura como dependente de seu cônjuge (inc. IV do art. 2º da Portaria PRESI nº 339/2011).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Cadastramento e Registro de Pessoal – SECAR			--
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhado o Relatório de Auditoria para a área competente, que prestou os esclarecimentos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A.1 – Foi solicitada manifestação do TRT da 4ª Região acerca da participação do servidor no curso de reciclagem, ficando sobrestada a situação do servidor. A resposta do TRT da 4ª Região foi juntada ao PROAD 163/2014 (doc. 23), com a informação de que o servidor foi aprovado no Programa de Reciclagem Anual para Atividade Segurança-2013, realizado naquele Órgão. A.2 – Pela Informação SECAR/SEGESB nº 276/2014, aquele Serviço narra que os comprovantes juntados pela servidora nos PROADs nºs 13886/2012 e 11673/2013, comprovam a condição de usuária de plano de saúde privado, dela e de seus dependentes, porém, não comprovam a condição de ser a responsável pelo custeio das mensalidades. Esclarece que por ocasião da inscrição no programa a servidora comprovou este fato. Acrescenta que, instada a se manifestar, a servidora apresentou as declarações de Imposto de Renda dos anos-calendário 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, delas constando que seu cônjuge e seus filhos são seus dependentes para efeito de imposto de renda, e que ela é responsável pelo custeio mensal do plano de saúde em que o seu cônjuge é titular. Serão incluídas ações de monitoramento por parte da ASCRI, para o exercício de 2015, dos dois pontos relacionados no Relatório de Auditoria. Procedimento de auditoria encerrado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Adicional de insalubridade e periculosidade. PROAD nº 6649/2014	3.1 a 3.3	PROAD nº 6649/2014 encaminhado em 30.06.2014
Descrição da Recomendação			
<p>3.1 – a determinação constante do art. 4º da Portaria Presi nº 518/02 não vem sendo satisfatoriamente cumprida no que se refere ao prazo fixado para envio anual pelos superiores hierárquicos à Secretaria de Recursos Humanos da relação de servidores que percebem o adicional, bem como da manutenção das condições que deram causa a concessão.</p> <p>3.2 – Com base na ON nº 6/2013, arts. 9 e 11, sugeriu-se o envio do Relatório de Auditoria ao Serviço de lotação da servidora ocupante do cargo de Analista judiciário, Especialidade Assistente Social, para que fornecessem dados quantitativos de tempo de exposição, conforme o escalonamento previsto nos incisos I a III do art. 9º da ON nº 6/2013, de modo a embasar legalmente o enquadramento utilizado.</p> <p>3.3 – Considerando que os servidores Dolores Cunha de Amorim Santos, Gilcione Amaral Madruga, Suzana Schambeck Bianchini, Everton Aimi e Charles Joaquim Pauli são detentores de função de chefia, foi sugerido o envio do relatório às áreas pertinentes para que informassem se a exposição dos servidores se dá na forma estabelecida no inc. IV do art. 11 da mesma ON, de modo a caracterizar adequadamente a concessão.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU, Serviço de Assistência ao Servidor – SASER, Serviço de Obras e Manutenção – SEROM			--
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhado o Relatório de Auditoria para as áreas competentes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>3.1- A SERHU informou que, de acordo com o art. 4º da Portaria PRESI 518/02, compete ao superior hierárquico do servidor que percebe o adicional de insalubridade ou periculosidade o encaminhamento, àquela Secretaria, anualmente no mês de janeiro, de informações acerca da manutenção das condições que deram causa à concessão. Apesar disso, todos os anos, a SERHU procura alertar os superiores hierárquicos sobre sua obrigação. Contudo, reconhece que de fato, nem sempre consegue fazê-lo anteriormente ao prazo estipulado, e que está sendo estudada a implantação de novo mecanismo de controle que facilite o cumprimento do prazo fixado de forma satisfatória.</p> <p>3.2 – Realizada revisão dos laudos periciais, concluiu-se pela inexistência de insalubridade nas atividades desenvolvidas pelos exercentes do cargo de Analista Judiciário, Especialidade Assistente Social, conforme Proad 9670/2014. No Proad 9934/2014, foram revisados os laudos periciais relacionados aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Especialidade Odontólogo.</p> <p>3.3 - SASER informou que, apesar dos citados servidores exercerem estas funções, ou seja, atividades de comando e de cunho burocrático, eles continuam prestando atendimentos e realizando atividades de forma concomitante às tarefas relacionadas à coordenação da área, estando suas agendas disponíveis em mais de 50% dos horários. SEROM informou que o servidor Charles Joaquim Pauli atua direta e frequentemente em subestações de energia.</p> <p>Procedimento de auditoria encerrado.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	--
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Abono Permanência. PROAD nº 6773/2014	3.1 a 3.4	PROAD nº 6773/2014 encaminhado em 02.07.2014
Descrição da Recomendação			
<p>3.1 - Ausência de deferimento formal para concessão do benefício nos Proad nº 1581, 1631, 1644 e 1650, todos de 2014.</p> <p>3.2 - Cadastro no Sistema de Recursos Humanos - SRH/SELAT, com referência ao número de Proad equivocado, constou Proad nº 47/2014, quando deveria ser Proad nº 1581/2014.</p> <p>3.3 - Pagamento da proporcionalidade no mês de concessão do benefício calculado incorretamente.</p> <p>3.4 - Deficiência no arquivamento de documentos no Sistema de Assentamento Funcional – SAF, referente aos Proad nº 373/2014 e 1650/2014.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Legislação de Pessoal e Aferição de Tempo de Serviço – SELAT e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal – SEPPP			--
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhado o Relatório de Auditoria para as áreas competentes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>3.1 - Realizada a formalização de despacho de concessão do abono de permanência nos processos mencionados.</p> <p>3.2 - Consultado o sistema SRH/SELAT, foi aferida a regularização da divergência apontada.</p> <p>3.3 - O subitem 3.3 foi preventivamente solucionado, antes da elaboração final do Relatório.</p> <p>3.4 - Juntada ao Sistema SAF a totalidade da documentação pertinente às concessões do benefício processadas por meio dos Proad nº 373/2014 e 1650/2014.</p> <p>Procedimento de auditoria encerrado.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Auditoria em dispensa de licitação por valor (art. 24, I e II)	3.1 e 3.2	PROAD nº 6946/2014 encaminhado em 07.07.2014
Descrição da Recomendação			
<p>3.1 – Eventual risco de fracionamento de despesa, visto que a contratação de serviços de filmagem e edição de vídeo totalizaram R\$7.440,00 e há programação de atividades idênticas que ensejem a realização de despesas com o mesmo objeto.</p> <p>3.2 – De análise do Proad nº 5127/2014, foi observado que o vencimento da obrigação expirou em 16.06.2014. Contudo, até 07.07.2014, não havia nos autos qualquer comprovação da realização dos serviços ou informação relativa à tomada de providências para que o objeto fosse efetivamente entregue.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Licitações e Compras – SELCO e Escola Judicial			--
Síntese da Providência Adotada			

Encaminhado o Relatório de Auditoria para as áreas competentes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
3.1 – A Escola Judicial providenciou processo licitatório para a contratação de serviços de filmagem e edição de vídeo para os próximos eventos programados para 2014.			
3.2 – A Escola Judicial incluiu justificativa no expediente próprio de que o bem foi efetivamente entregue em 03.07.2014.			
Procedimento de auditoria encerrado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Averbação de Tempo de Contribuição. PROAD nº 7029/2014	3.1 e 3.2	PROAD nº 7029/2014, encaminhado em 09.07.2014
Descrição da Recomendação			
3.1 – Averbação de certidão emitida pelo Instituto de Previdência de Itajaí para aproveitamento em órgão diverso deste Tribunal.			
3.2 - Tempo de contribuição certificado pelo RGPS e RPPS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Legislação de Pessoal e Aferição de Tempo de Serviço – SELAT			--
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhado o Relatório de Auditoria para que o SELAT preste esclarecimentos			
Síntese dos Resultados Obtidos			
3.1 – O SELAT esclareceu que, por constar “para aproveitamento no INSS”, foi solicitado à servidora providenciasse nova certidão. A servidora então apresentou nova certidão, agora expedida pelo INSS, onde consta aquele período referente à Prefeitura de Itajaí, sanando a irregularidade.			
3.2 – O SELAT, com base em diligência efetuada ao Instituto de Previdência de Itajaí, informou que o INSS tem fornecido aos servidores da Prefeitura de Itajaí a certidão de tempo de contribuição relativa ao regime próprio, pois as informações constam também cadastradas no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS.			
Procedimento de auditoria encerrado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Folha de pagamento. PROAD nº 10739/2014	A.1	PROAD nº 10739/2014 encaminhado em 03.10.2014
Descrição da Recomendação			

Na folha de pagamento normal do mês de agosto de 2013 o servidor Antônio Domingos de Souza percebeu a rubrica 2490, relativo à adicional noturno decorrente de serviços prestados em horário noturno durante o mês de junho de 2013. Por meio do Proad nº 5659/2013, o Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal deste Tribunal relatou a ocorrência de uma inversão de valores pagos entre o servidor em epígrafe e o servidor Georges Demétrio Daura Serratine, que também prestou serviço nas mesmas condições e no mesmo mês, tendo sido efetuado o ajuste na folha de pagamento normal do mês de setembro de 2013. Ao realizar a compensação de valores entre ambos, o mencionado Serviço incorreu em erro material, pois desconsiderou na apuração dos valores envolvidos a existência de uma distinção do valor da hora base para cálculo do adicional noturno devido a cada servidor, ocasionando dessa forma a realização de um ajuste incorreto de valores.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal – SEPPP	--

Síntese da Providência Adotada

Encaminhado o Relatório de Auditoria para que o SEPPP preste esclarecimentos.

Síntese dos Resultados Obtidos

Formalizado expediente Proad 11652/2014 para realizar a reposição ao erário do valor de R\$86,77. Desconto realizado na folha de dezembro de 2014 do servidor Antônio Domingos de Souza.

O pagamento ao servidor Georges Demétrio Daura Serratine ocorrerá por meio de reconhecimento de dívida, a ser pago na forma da Resolução CSJT nº 137/2014, e está sendo monitorado pela Assessoria de Controle Interno.

Procedimento de auditoria encerrado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	--

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Aquisições por inexigibilidade PROAD nº 11908/2014	3.1 e 3.2	PROAD nº 11908/2014, encaminhado em 31.10.2014

Descrição da Recomendação

3.1 Proad 3326/2011

3.1.1 A empresa APC foi contratada em 2011 para prestar serviços de manutenção de nobreak, modelo Symmetra, por meio de inexigibilidade de licitação. Identificado Proad 9506/2013, em que este Tribunal realizou pregão eletrônico para contratar serviço similar, modelo SUVT, sendo que este modelo também estava abrangido pela Certidão de Exclusividade apresentada pela APC. No processo de pregão, sagrou-se vencedora empresa diversa daquela que detém a exclusividade. Em 2014, o contrato realizado por inexigibilidade de licitação (Proad 3326/2011) teve sua vigência prorrogada. Nos autos, consta solicitação de orçamento da SEINFO às empresas ACECO TI e VIGA, antes da assinatura do Primeiro Termo Aditivo.

3.1.2 Foi realizada substituição de CNPJ entre filiais sem a formalização e análise por parte da Administração.

3.2 Proad 113/2011

3.2.1 De análise do referido expediente, foi apontada a ausência de alguns documentos: 1º Termo aditivo assinado e respectiva comprovação de publicação, Nota de empenho relativa ao exercício de 2013, faturas do período compreendido entre março de 2012 e agosto de 2014, à exceção de meses relacionados no Relatório de Auditoria.

3.2.2 Embora o contrato tenha sido realizado com a matriz e o empenho de 2011 e 2014 constem com o CNPJ da matriz, o empenho de 2012 e diversas liquidações foram realizadas com o CNPJ da filial.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Informática – SEINFO, Secretaria Administrativa – SECAD	--
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhado o Relatório de Auditoria para que as áreas competentes	
Síntese dos Resultados Obtidos	
As áreas responderam os questionamentos e resolveram as pendências relacionadas. Considerando os esclarecimentos prestados, foram reputadas sanadas as inconsistências inicialmente apontadas. Recomendado, para o item 3.1.1, que na hipótese de apresentação de certidão de exclusividade por parte de empresa, quando houver indícios de que outras empresas possam prestar o mesmo serviço, deve ser analisada a real ocorrência de inviabilidade de competição indicada no art. 25 da Lei 8.666/93. Recomendado também que, nas prorrogações de contratos decorrentes de processos de inexigibilidade de licitação, deve ser analisada a eventual manutenção da condição de inviabilidade de competição. Para o item 3.2.1, recomendou-se atenção para a regular instrução dos processos, o que foi realizado. Procedimento de auditoria encerrado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a destacar.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Contratos de locação de imóvel PROAD nº 12123/2014	3.1 e 3.2	PROAD nº 12123/2014, encaminhado em 10.11.2014
Descrição da Recomendação			
3.1.1 O pagamento da locação dos meses de janeiro a maio de 2014 ocorreu antes da apresentação dos recibos. Contudo, o contrato de locação estabelece que o pagamento do aluguel seja efetuado até o 10º dia útil após a apresentação do respectivo recibo de locação (Proad 227/2010 - Fórum Trabalhista de Jaraguá do Sul), 3.1.2 Em relação ao exercício de 2014, não há o atesto por parte do fiscal do contrato nas despesas condominiais. 3.2.1 Não foi anexada ao expediente cópia da escritura pública averbada no registro de imóveis (Proad 7554/2012 - Vara do Trabalho da Palhoça). 3.2.2 Não consta no expediente informação acerca do encaminhamento de ofício à Secretaria do Patrimônio da União consultando sobre a disponibilidade de imóvel da União que atenda às necessidades deste Regional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			--
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhado o Relatório de Auditoria para as áreas competentes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
3.1.1 – Há decisão de administrações anteriores de “que a própria liquidação e ordem bancária contemplam a quitação ao locador, sendo dispensável a emissão do recibo”. Entretanto, os contratos de locação atuais continuaram apresentando cláusulas exigindo a apresentação prévia do recibo. Logo, para adequação entre os procedimentos estabelecidos nos contratos de locação e aqueles efetivamente executados, a Direção Geral determinou alteração contratual. Ponto de auditoria a ser monitorado em auditorias futuras. 3.1.2 - A diretora substituta do Serviço de Orçamento e Finanças (SOF) informou que considera o certificado de locação emitido pelo fiscal do contrato no Sistema AA-Fiscon tanto para a locação quanto para as taxas condominiais. Indica que, doravante, este procedimento será demonstrado nos expedientes. 3.2.1 e 3.2.2 - A Direção Geral determinou que os processos de locação de imóveis futuros sejam instruídos com a juntada e análise de escritura pública atualizada e averbada no registro de imóveis, bem como prévia consulta à			

Secretaria do Patrimônio da União. Procedimento de auditoria encerrado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Auditoria em aquisições por Pregão PROAD nº 14219/2014	3.1	PROAD nº 14219/2014, encaminhado em 03.12.2014
Descrição da Recomendação			
Em que pese o interessado no Pregão 7730/2014 ter utilizado expressões como “pedido de esclarecimento” e “formular esclarecimentos”, observa-se que sua manifestação teve como objetivo impugnar o item 9.1.9 do edital. No caso concreto, foi encaminhada a manifestação do SEROM ao interessado, sem qualquer decisão por parte do pregoeiro.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Licitações e Compras – SELCO			--
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhado o Relatório de Auditoria para a área competente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A interpretação do SELCO foi de que se tratava de um pedido de esclarecimento. Ante a manifestação da área e a constatação de que não houve prejuízo ao certame, recomendou-se que privilegie o conteúdo das solicitações, utilizando-o como critério para classificá-las. Procedimento de auditoria encerrado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Folha de pagamento. Expediente SUP nº 7548/2009	A.2.	SUP nº 7548/2009, encaminhado em 07.04.2009
Descrição da Recomendação			
Devolução de valores pelo servidor André Zampieri Alves, designado para responder por função comissionada FC-01 no período de 03.11.2005 a 12.12.2005. Percebeu valores, sem haver portaria de designação no período 13.12.2005 a agosto/2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção Geral e Secretaria de Recursos Humanos			--
Síntese da Providência Adotada			

Formalizado o expediente SUP nº 16.691/2009, com determinação de devolução dos valores, na forma do § 1º do art. 46 da Lei nº 8.112/1990. Cientificado em 31.08.2009, do montante a devolver, o interessado apresentou defesa administrativa, sendo mantida a decisão de devolução, chegando a serem descontados valores nos meses de abril a junho/2010.

O interessado ingressou com a Ação Ordinária nº 5001408-71.2010.404.7200, que tramita na 2ª Vara Federal de Florianópolis. No Agravo de Instrumento nº 0010457-93.2010.404.0000 (TRF 4ª Região) obteve a antecipação de tutela determinando a suspensão dos descontos. Na decisão de 1º grau, quanto ao mérito, a ação foi julgada improcedente. O TRF da 4ª Região deu provimento à Apelação nº 5001408-71.2010.404.7200, proposta pelo servidor, ocorrendo o trânsito em julgado 29.07.2014

Síntese dos Resultados Obtidos

Procedimento de auditoria encerrado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Fonte: ASCRI

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

TABELA LXIV - QUADRO A.11.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão CNJ 0201047-40.2009.2.00.0000, que aprovou o Parecer 02/2013 SCI/Presi/CNJ	Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ	Despacho de intimação – Acompanhamento do cumprimento de decisão
Descrição da Recomendação			
Com a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça do Parecer 02/2013 SCI/Presi/CNJ, na 181ª Sessão Ordinária, no processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão CNJ 0201047-40.2009.2.00.0000, impuseram-se várias demandas em relação à organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno dos Tribunais. Dentre as demandas citadas, registram-se algumas:			
I.a, I.b, II.a. Cotejar competências e atribuições do instrumento que regulamenta a unidade de controle interno e comparar com a Constituição Federal e as constantes do parecer, e propor à presidência nova proposta de regulamento caso detecte a necessidade de correção.			
I.c. Divulgar do PALP e PAA na internet até o 10º dia útil de dezembro de cada ano.			
I.d. Incluir no PAA de 2014 a 2017 pelo menos duas das áreas elencadas no Parecer.			
I.e. e VIII.a. Solicitar levantamento de servidores com formação multidisciplinar para atuar temporariamente em exames de auditoria, sendo necessária formação nas técnicas da Res. 171. A área de gestão de pessoas efetue o levantamento.			
I.f. Encaminhar Plano de Capacitação para a totalidade dos servidores lotados na unidade.			
I.g. Elaborar planejamento e cronograma para migrar responsabilidade da definição e gerenciamento de risco para a Administração do TRT.			
I.h. Incluir no PAA a partir de 2015 avaliação de pelo menos uma área vinculada a sistemas de controles internos administrativos.			
I.i. Submeter à PRESI processo de trabalho definido e documentado para realização de auditorias.			
I.j. Regularizar: 1) processo de trabalho de acompanhamento de recomendação ou determinação; 2) ações de monitoramento das providências adotadas pela unidade auditada; 3) a utilização da técnica de controle de inspeção administrativa; 4) a utilização da técnica de controle de fiscalização na forma de vigilância.			
I.k. Regularizar processos de trabalho que evidenciem: a comunicação prévia ao auditado antes do início das atividades, o encaminhamento dos achados para manifestação do auditado antes do relatório final, o acompanhamento da implementação da recomendação ou determinação, e a aproximação do OCI com as áreas.			
II.b. Regularizar os procedimentos a serem observados pela ASCRI no encaminhamento dos achados ou do			

relatório final de auditoria para ciência das atividades exercidas.
 II.c. Alterar os fluxos dos processos de trabalho para que a ASCRI: 1) atue com técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização; 2) se abstenha de exercer atividades próprias e típicas de gestão.
 II.d. Incluir na estrutura do OCI área formalmente instituída para acompanhamento e harmonização da interpretação da legislação e atos normativos.
 II.e. Divulgar de forma ampla a função e foco da atuação da ASCRI.
 V.a. Realizar estudos e apresentar os respectivos resultados à aprovação do Plenário do tribunal para que a estrutura da ASCRI atenda o determinado no Parecer.
 VIII.b e VIII.c. Promover estudo para viabilizar inclusão no próximo concurso de cargos para lotação exclusiva no OCI, de áreas especializadas, bem como avaliar causa da alta rotatividade de servidores lotados na ASCRI.
 IX. Identificar e suprir necessidades de TI da ASCRI.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Presidência do TRT, Assessoria de Controle Interno – ASCRI, Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAN, Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, Secretaria de Recursos Humanos – SERHU, Secretaria de Informática – SEINFO	--

Justificativa para o seu não Cumprimento

O parecer foi juntado ao Proad 2612/2013 e as demandas foram formalizadas e tratadas nos expedientes Proad 874/14, 757/14, 12333/13, 436/14, 719/14, 807/14, 1686/14, 2976/14, 3779/14, 4146/14, 4962/14, já concluídos, e no expediente Proad 3208/14, ainda em tramitação.

Atendidos: I.a., I.b., II.a., I.c., I.d., I.f., I.h., I.i., I.j., I.k., II.b., II.c., II.d., II.e., IX.

Não aplicáveis: I.g. – A definição e o gerenciamento de risco não eram executados pela ASCRI; VIII.c. – não há alta rotatividade de servidores lotados na ASCRI.

Itens não atendidos: I.e. e VIII.a. – Entendeu-se como não sendo possível no momento a atuação temporária na ASCRI de servidores com formação multidisciplinar, comunicando-se ao CNJ e CSJT por meio dos Ofícios PRESI/DIGER 100/2014 e 101/2014, respectivamente.

Em tramitação: V.a. – A análise sobre a alteração de estrutura para a Assessoria de Controle Interno está sendo processada no expediente Proad 3208/14; VIII.b. – Entendeu-se como não sendo possível no momento a inclusão no próximo concurso de cargos para lotação exclusiva no OCI, comunicando-se ao CNJ e CSJT por meio dos Ofícios PRESI/DIGER 100/2014 e 101/2014, respectivamente. A proposta de criação de cargos efetivos para este Tribunal, tratada no Proad 13471/2014 e encaminhada ao CSJT pelo Ofício SEGEP nº 1535, considera a necessidade de cargos para a ASCRI.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	--

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Processo CSJT-A-9241-56.2012.5.90.0000	Acórdão	Ofício CSJT.SG.CPROC nº 72/2014

Descrição da Recomendação

1.1 Regularizar a quantidade de cargos efetivos e de cargos em comissão e funções comissionadas, para cumprimento integral do disposto no art. 2º da Resolução 63/2010.

3.1 Desconstituir a aplicação de decadência no Acórdão do Pleno do TRT12, nos autos do processo RA 00650-2009-000-12-00-6, que trata do pagamento indevido de GAJ e de Vantagem Pessoal Individual a servidores aposentados, antigos ocupantes de Cargo Isolado de Provimento Efetivo (PJ), e a beneficiários de pensão civil instituída por ex-ocupantes de tais cargos. Suprimir a parcela alusiva à GAJ dos proventos percebidos pelos beneficiários acima qualificados. Adotar providências para o ressarcimento ao erário dos valores indevidamente percebidos pelos referidos servidores deste a edição da Lei nº 11.416/2006, observada a prescrição quinquenal prevista no Decreto nº 20.910/32.

3.2.1 Com relação às cessões de espaço físico à OAB, fixar os valores devidos a título de ressarcimento das despesas decorrentes do funcionamento do cessionário, utilizando-se critérios objetivos de mensuração, assim como recolher os valores provenientes dos ressarcimentos à conta única do Tesouro.

3.2.2 Com relação às cessões de espaço físico a instituições bancárias oficiais: conferir caráter oneroso e precário; fixar o valor cobrado a título de onerosidade da cessão com base no mercado imobiliário e no potencial econômico da exploração da atividade; estabelecer a participação proporcional do cessionário no rateio das despesas com manutenção, conservação, fornecimento de água e energia elétrica, vigilância e taxas ou quotas condominiais; recolher as receitas e os ressarcimentos à conta única do Tesouro; e, finalmente, com relação às áreas cedidas em comodato pelos bancos: se o comodato originar-se de locação realizada pelo banco com a finalidade de repassar o imóvel para a utilização do TRT, deve o TRT assumir a condição de locatário; se os imóveis cedidos em comodato ao Tribunal são de propriedade dos bancos, deve-se registrar nos termos de cessão de uso e no contrato de administração de depósitos judiciais a outorga mútua de imóveis próprios do TRT e do banco.

3.2.3 Com relação à concessão de uso de área para exploração de serviços de lanchonete: proceder a avaliação da área a ser cedida de forma criteriosa, observando a Resolução 87/2011, assim como abster-se de fixar valor máximo a ser pago pela contratada. Determinada ainda realização de pesquisa prévia de preços visando à definição precisa dos valores máximos dos preços dos produtos a serem ofertados pela contratada.

3.3 Nas contratações de empresas para prestação de serviços de forma continuada: fazer constar dos editais e contratos referentes a futuras licitações que, dos valores mensais pagos, serão glosadas e depositadas em conta corrente vinculada as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e promover a alteração dos contratos em vigor, a fim de implementar o que foi supracitado.

3.4 Encaminhar ao TCU, para conhecimento, cópia do acórdão acompanhado do respectivo relatório de auditoria.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU, Serviço de Promoção e Acesso – SEPAC, Serviço de Preparo e Pagamento de Pessoal - SEPPP, Secretaria Administrativa – SECAD	--

Justificativa para o seu não Cumprimento

Formalizado o expediente Proad nº 5664/2012. Encaminhado Ofício SEGEP nº 609/2014 ao CSJT informando que foram adotadas as providências necessárias para o cumprimento integral das determinações constantes do Acórdão.

Dado conhecimento ao TCU, conforme Ofício nº 85/2014/PRESI/DIGER, em atenção à recomendação 3.4. Recebido Ofício 729/2014-TCU/SECEX-SC em 18.11.2014, solicitando o encaminhamento de informações e documentos relacionados ao cumprimento das recomendações do acórdão em epígrafe, com prazo de atendimento de 15 dias. Formalizado o expediente Proad nº 13489/2014, procedendo-se ao levantamento requisitado, com remessa ao TCU na data de 27.11.2014, conforme Ofício 351/2014/PRESI/DIGER e detalhado abaixo.

1.1 A Resolução nº 118, aprovada em 21 de novembro de 2012, alterou o limite de cargos e funções comissionadas nos TRTs que deve corresponder a no máximo de 70% do quantitativo de cargos efetivos do órgão. Na data de 02.05.2014, este Regional atingiu o percentual de 68,52% e, a partir de 02.06.2014 o índice de 67,24%, o que representa cumprimento integral do disposto no art. 2º da Resolução 63/2010.

Respondida diligência do TCU de que em 26.11.2014 o percentual foi de 67,24%, o que representa manutenção do cumprimento legal.

3.1 Foi realizada a adequação do pagamento do servidor inativo Álvaro Brandão e da pensionista Marly Moreira Nobre a partir da folha de pagamento de junho/2014, com o processamento dos valores percebidos indevidamente nos expedientes Proad nº 9220/2014 e 9205/2014, respectivamente. A pensionista Marly Moreira Nobre foi beneficiada por decisão liminar no processo 5013429-16.2014.404.7208, que determinou o restabelecimento do pagamento das parcelas inicialmente suprimidas. O pagamento da pensionista Brigitte Elling Weihermann foi retificado a contar de julho/2009 e a devolução dos pagamentos foi processada por meio do SUP 5923/2009.

3.2.1 O termo aditivo ao termo de cessão teve sua formalização obstada por liminar concedida pelo CNJ em favor da OAB, que culminou na edição, pelo CSJT, da Resolução nº 135/2014, que alterou o §2º do art. 10 da Resolução CSJT nº 87/2011.

3.2.2 Com relação à definição do caráter oneroso e precário, bem como do estabelecimento do valor cobrado a título de onerosidade, a SECAD justificou que as disponibilizações de espaço físico constituem cessão onerosa, já que como contrapartida pela cessão de 547,57m², o Tribunal recebe 5.417,77m². Considera que a cobrança em pecúnia desse espaço contraria o entendimento firmado pelo TCU e poderá redundar na prática de ato antieconômico. Quanto à participação proporcional no rateio das despesas, ela está prevista nos termos de cessão de uso. Considerando que a apuração individualizada mensal representaria custo desproporcional, a SECAD decidiu pelo estabelecimento, nos contratos, de valor fixo correspondente à média das despesas, sujeito a revisões anuais. Por fim, a SECAD informou que as áreas disponibilizadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica são propriedades destes. O contrato de administração de depósitos celebrado com o Banco do Brasil já contempla obrigação da instituição bancária em manter a cessão dos espaços ao Tribunal. A fim de inserir idêntica exigência no contrato com a Caixa, foi realizado termo aditivo (Proad 3997/2013).

3.2.3 A SECAD esclareceu que a mais recente cessão de espaço físico para exploração de serviços de lanchonete e cafeteria foi precedida de pesquisa de mercado para avaliação do valor mínimo a ser cobrado como retribuição pelo uso da área, bem como o edital não estipulou valor máximo a ser pago como retribuição. Além disso, a instauração do processo licitatório foi precedida de pesquisa junto a empresas do ramo para definição dos valores máximos dos produtos comercializados.

3.3 Justifica a SECAD que dos 7 (sete) contratos de serviços com cessão de mão-de-obra, apenas 2 (dois) serão prorrogados em 2015, de modo que os demais serão licitados e contemplarão a previsão de retenção dos encargos trabalhistas. Já para os dois contratos que serão prorrogados, será realizada alteração contratual para prever a glosa dos valores pertinentes aos referidos encargos.

Pendente de resposta pelo CSJT e pelo TCU dos procedimentos realizados por este Regional para atendimento às determinações.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Folha de pagamento. PROAD nº 6884/2011	1 a 7	PROAD nº 6884/2011, encaminhado em 02.08.2011
Descrição da Recomendação			
<p>Relatório de auditoria tendo como objeto verificar a regularidade dos apostilamentos de incorporação de quintos, pelo exercício de cargo/função comissionada, decorrentes da aplicação do art. 3º da Medida Provisória nº 2225-45/2001, que viabilizou a concessão da vantagem prevista no art. 62 da Lei nº 8.112/1990, até a data de 04.09.2001, resultando na constatação de incorporações consideradas indevidas em relação a 5 (cinco) servidores, tendo 3 situações sido resolvidas no exercício de 2011 e as situações abaixo discriminadas solucionadas no exercício de 2012:</p> <p>1 – Carlos Roberto Köhler: incorporação indevida ocorrida em 11.06.99, uma vez que na contagem de tempo para sua incorporação foi considerado o desempenho da função comissionada de Auxiliar Especializado (FC03), instituída pelo Ato 365, de 27/04/98, fundamentado na Resolução Administrativa nº 26/98, que foi tornada sem efeito pelo Ato SERHU nº 219, de 10.04.2000, que torna sem efeito especificamente em relação ao servidor a designação decorrente da RA citada;</p> <p>2 – Dario Tavares Bina: a atualização da primeira parcela de quintos a contar de 02.01.1999, pelo exercício da função comissionada de Executante de Mandados (FC05), é indevida, por não haver ocorrido exercício de tempo de desempenho suficiente da mencionada função que possibilitasse amparar a respectiva atualização.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência do TRT, Direção Geral e Secretaria de Recursos Humanos			--
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O Serviço de Legislação de Pessoal e Aferição de Tempo de Serviço – SELAT, informa que as constatações realizadas pela ASCRI estão corretas, sendo criados os expedientes administrativos PROAD n.ºs. 7151/11, 7152/11, 7160/11, 7163/11, 7168/11, 7169/11 e 7177/11, nos quais foram tornados sem efeito os apostilamentos das incorporações relacionadas como indevidas pela ASCRI, bem como feito o reconhecimento de quintos nos casos em que foram considerados devidos.</p> <p>Interpostos os Recursos Administrativos n.ºs. 1090/2011, 1128/2011 e 1167/2011, respectivamente, pelas servidoras Heloisa Helena Henemann, Silvia Mayumi Kimura de Carvalho e Lauren Regina Gavioli. O Tribunal Pleno do TRT determinou a retificação dos atos de incorporação, dispensando as servidoras da devolução de valores, por aplicação da Súmula nº 249 do TCU.</p> <p>O servidor Dario Tavares Bina (PROAD nº 7169/2011), após ter indeferido seu pedido de não devolução de valores, requereu o parcelamento da devolução na forma do § 1º do art. 46 da Lei nº 8.112/1990. A devolução de valores</p>			

ocorreu a partir da folha de pagamento de setembro/2012, findando em janeiro/2013. O servidor interpôs a Ação Ordinária nº 5016925-48.2012.404.7200, que tramita na 3ª Vara Federal de Florianópolis, obtendo decisão judicial de mérito, em primeiro grau, que julgou procedente seu pedido, em 30.09.2013. Na data de 23.10.2013 a União apresentou Apelação. Pendente de decisão definitiva.

O servidor Carlos Roberto Köhler, no PROAD nº 7151/2011, solicitou a não devolução dos valores. Pela Presidência, em 17.12.2012, foi indeferido o pedido e determinada a devolução de valores, com aplicação do § 1º do art. 46 da Lei nº 8.112/1990. Realizado o registro na folha de pagamento em 20.12.2012 para a devolução de valores, efetivando os descontos nos meses de janeiro e fevereiro/2013. O servidor interpôs a Ação Ordinária nº 5001760-21.2013.404.7201/SC, que tramita na 2ª Vara Federal de Joinville, obtendo a antecipação da tutela, gerando a suspensão determinada pela administração dos descontos a contar de março/2013. Na data de 09.10.2013, foi proferida decisão judicial, com resolução de mérito, em primeiro grau, julgando procedente o pedido. Na data de 22.10.2013, a União apresentou Apelação/Reexame Necessário nº 5001760-21.2013.404.7201, com acórdão prolatado em 30.10.2014, confirmando a sentença de primeiro grau. Pendente de decisão de embargos de declaração.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de auditoria sobre os passivos denominados PAE, ATS, URV e VPNI. Acórdão TCU nº 117/2013 – Plenário. Adoção de providências.	--	Of. Circular CSJT.SG.CCAUD nº 1/2013
Descrição da Recomendação			
<p>Ação de auditoria deflagrada pelo CSJT em função de inspeção realizada naquele Conselho pelo TCU em decorrência do Acórdão nº 117/2013. Determinação inicial por meio do Of. Circular CSJT.SG.CCAUD nº 1/2013 para suspensão de pagamentos relacionados aos passivos auditados bem como para efetuar recálculo com base nos critérios e índices encaminhados por meio das Solicitações de Auditoria (SA) nº 5/2013 e 6/2013. Posteriormente foram solicitadas novas adequações ou informações por meio das SAs 13/2013, 39/2013, 85/2013, 91/2013, 106/2013, 115/2013, 123/2013, 140/2013, 157/2013, 221/2013, 236/2013, 244/2013, Ofícios Circulares CSJT.SG.CFIN nº 3/2013 e 4/2013, CSJT.SG.CCAUD nº 81/2013, bem como adequações decorrentes do Acórdão TCU nº 2306/2013. As alterações indicadas dizem respeito a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diferença da Parcela Autônoma de Equivalência decorrente do auxílio-moradia para magistrados: aplicação de escalonamento de 10% entre os cargos (desembargador, juiz titular e juiz substituto), no lugar dos 5% aplicados originalmente pelo TRT12; abatimento dos cálculos do valor pago em julho de 2008 a título de abono permanência quando da quitação de parcela do passivo; limitação temporal do reflexo da URV sobre a diferença da PAE até janeiro de 1995 e não até dezembro de 1997 como dispunha decisão do CSJT (Processo CSJT-PP 742-83.2012.5.90.0000), com determinação para devolução dos valores recebidos a maior a este título por meio de abatimento no novo cálculo, posteriormente suspensa por meio de Medida Cautelar em Mandado de Segurança 32.538 do STF; aplicação de tabela de índices de correção monetária e juros encaminhada pelo CSJT; 2. Adicional por Tempo de Serviço entre jan-05 a mai-06 para magistrados: cálculo do passivo de acordo com o cargo ocupado pelo magistrado mês a mês no período de apuração e aplicação do índice de ATS válido em 31-12-2004 sobre a tabela remuneratória aplicável a dezembro de 2004, considerando-se eventual promoção funcional; proibição de concessão de anuênios ou quinquênios no período do passivo; limitação do percentual de ATS a 35%; aplicação de tabela de índices de correção monetária e juros encaminhada pelo CSJT; 3. Unidade Real de Valor (URV) para servidores: novo levantamento com inclusão de valores referentes a principal e correção monetária, considerados anteriormente como quitados pelo TRT12, além dos juros; neste novo recálculo aplicar apenas correção monetária sobre as parcelas de juros não pagas quando das quitatórias parciais de principal e correção monetária; aplicação de tabela de índices de correção monetária e juros encaminhada pelo CSJT; instauração de procedimento para apurar eventual pagamento em duplicidade (via judicial e administrativa), com consulta junto à Advocacia Geral da União e Justiça Federal; 4. Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) decorrente da aplicação da MP 2.225-45/2001 para servidores: exclusão da base de cálculo deste passivo das parcelas de quintos com data de incorporação anterior à data da medida provisória (08/04/1998); 			

Além das medidas indicadas anteriormente, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho determinou ainda a abertura de processo administrativo para devolução dos valores eventualmente recebidos a maior pelos magistrados e servidores. Pendente de julgamento de recurso interposto, pela UJ, ao Acórdão TCU nº 2306/2013-Plenário.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU	--
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Formalizados os expedientes PROAD nº 1.358/2013 e 10.240/2013, nos quais tramitaram o atendimento a esta e às demais Solicitações de Auditoria encaminhadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Elaborados os recálculos indicados pelo CSJT e encaminhados os dados àquele Conselho. Foram encaminhados ofícios à AGU e aos Tribunais Regionais Federais para identificar eventual duplicidade de pagamento. O TRT12 interpôs recurso contra o Acórdão nº 2306/2013-Plenário, ainda não julgado pelo TCU, e que ensejou determinação no âmbito deste órgão para sustar as determinações de devolução de valores por parte de magistrados e servidores até o julgamento do recurso por aquela Corte de Contas. Os valores dos passivos, recalculados e avaliados pelo CSJT, estão sendo pagos aos beneficiários com créditos apurados, com liberação de orçamento por parte daquele Conselho, tendo sido pagos até o momento apenas os passivos relativo à diferença da PAE decorrente do auxílio-moradia e o Adicional por Tempo de Serviço aos magistrados. O passivo relativo à URV aguarda o julgamento do recurso por parte do TCU e o relativo à VPNI aguarda liberação orçamentária pelo CSJT.</p> <p>Atendidas as determinações encaminhadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.</p> <p>Monitoramento para aguardar decisão do TCU sobre os recursos interpostos contra o Acórdão 2306/2013-Plenário.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a destacar.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Auditoria em aquisições por Pregão PROAD nº 8555/2014	3.1 a 3.4	PROAD nº 8555/2014, encaminhado em 13.08.2014
Descrição da Recomendação			
<p>3.1 - Após avaliação dos processos de aquisição na modalidade de licitação pregão foram destacados alguns pontos específicos quanto à realização de pesquisa de mercado:</p> <p>3.1.1 - Em quatro dos cinco processos auditados, observou-se, para formação da estimativa de preços, a utilização de valores de produtos diversos daqueles a serem licitados;</p> <p>3.1.2 - Apontada a necessidade de padronização da metodologia para fins de obtenção do valor estimado, em relação à fórmula utilizada para o cálculo da média e dos critérios para identificação de valores inexequíveis ou notadamente acima do valor de mercado;</p> <p>3.1.3 - Apontada a necessidade de que as situações excepcionais ocorridas no curso da pesquisa de mercado sejam devidamente justificadas e instrumentalizadas no expediente;</p> <p>3.2 – No Proad 202/2014:</p> <p>3.2.1 - foi observado que o valor adjudicado foi superior ao estimado. Em que pese os esclarecimentos prestados pela área, não foi juntada nova pesquisa de mercado demonstrando que o preço adjudicado estava de acordo com os valores de mercado, uma vez que os orçamentos originalmente apresentados tiveram valores substancialmente inferiores aos dos produtos adquiridos;</p> <p>3.2.2 - a licitante vencedora do item 5 do procedimento licitatório encaminhou a este Regional manual relativo ao produto por ela adjudicado, que consta especificada a gramatura do papel de 28 (g/m²), em desacordo com a especificação constante no edital, que exige gramatura mínima de 29 (g/m²);</p> <p>3.2.3 - As empresas classificadas em 2º e 3º lugar solicitaram a desconsideração das suas propostas dentro do prazo de validade (60 dias) sem, contudo, restar comprovado fato superveniente aceito pelo pregoeiro;</p> <p>3.2.4 – Verificou-se a aplicação de critérios não uniformes quanto à aplicação de multa por ocasião de atraso na entrega de produtos.</p> <p>3.3 – No Proad 1242/2014:</p> <p>3.3.1 - foi efetuado registro de preços em lotes pelo menor preço unitário. Contudo, tendo em vista o caráter excepcional dado pelo TCU à adjudicação por lotes em registro de preços, há a necessidade de apresentação de</p>			

<p>justificativas robustas nos expedientes, que possam comprovar a vantagem inequívoca de sua aplicação; 3.3.2 – quatro dos cinco itens do lote 1 foram registrados com valores 9% a 115% superiores aos estimados; 3.3.3 – utilização da ata de registro de preços para aquisição de itens com valores superiores aos de mercado; 3.3.4 – não constam no expediente, até 05.08.14, informações que justifiquem o atraso ou o descumprimento da obrigação de entrega dos bens que tinham por prazo 12.06.14.</p> <p>3.4 – Nos expedientes de registro de preços analisados, os produtos apresentavam quantidade máxima com variações de 8 a 20 vezes a mais que o quantitativo mínimo, fato que não possibilita ao interessado diminuir as incertezas do negócio, a fim de possibilitar a elaboração de proposta mais vantajosa à administração.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção Geral, Secretaria Administrativa – SECAD, Serviço de Material e Patrimônio – SEMAP, Serviço de Licitações e Compras – SELCO			--
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em virtude de o relatório de auditoria conter apontamentos, recomendações e procedimentos complexos e também por envolver diversos setores administrativos, o processo não foi concluído até o final do exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a destacar.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Abono permanência. PROAD nº 13269/2014	3.1 e 3.2	PROAD nº 13269/2014, remetido em 13.11.2014
Descrição da Recomendação			
3.1 - Concessão de abono de permanência ao magistrado Roberto Luiz Guglielmetto considerando a averbação de tempo de estágio e de advocacia sem a correspondente comprovação do recolhimento previdenciário. Acórdãos do TCU (p. ex. 2066/2014 e 2088/2013, ambos do Plenário) demonstram o entendimento daquele órgão da necessidade de comprovação de recolhimento previdenciário.			
3.2 – Sugere-se que os registros de greve no Sistema de Recursos Humanos sejam revisados, a fim de representar a real situação funcional dos servidores.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Cadastramento e Registro de Pessoal – SECAR e Serviço de Legislação e Aferição de Tempo de serviço – SELAT			--
Justificativa para o seu não Cumprimento			
3.1 – Pendente de decisão pela administração até a data de 20.12.2014, em razão do recesso forense.			
3.2 – O SECAR solicitou à Secretaria de Informática a alteração da greve dos dias 26 e 27.04.1995 para greve abonada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve tempo hábil para cumprimento em razão do recesso forense (20.12.2014)			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região			--
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

7	Folha de pagamento. PROAD nº 15052/2014	3.1 e 3.2	PROAD nº 15052/2014, remetido em 30.12.2014
Descrição da Recomendação			
A.1 - Apontada a percepção cumulativa de proventos de Juiz Classista, por João Norberto Coelho Neto, e de aposentadoria por idade pelo Regime Geral de Previdência Social, em desacordo com o art. 9º da Lei nº 6.903/1981 e Acórdão 268/2004-TCU-Plenário; A.2 – Pagamento de diárias, nos dias 13 a 15 de agosto/2014, a magistrada em férias no período de 21.07 a 19.08.2018.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência do TRT da 12ª Região, Direção Geral da Secretaria – DIGER e Serviço de Legislação e Aferição de Tempo de serviço – SELAT			--
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Encaminhamento ao SELAT para manifestação, em relação ao item A.1. Envio ao GAPRE e à Desembargadora Maria de Lourdes Leiria para manifestação quanto ao item A.2. Pendente de decisão pela administração em razão do recesso forense, tendo em vista que o expediente foi encaminhado em 30.12.2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve tempo hábil para cumprimento em razão do recesso forense (20.12.2014)			

Fonte: ASCRI

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

TABELA LXV - QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	8	6	130
	Entregaram a DBR	8	6	130
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	464	491	0
	Entregaram a DBR	464	491	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SRH

OBS: TODOS OS MAGISTRADOS E SERVIDORES ASSINARAM A AUTORIZAÇÃO DE ACESSO ÀS DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA.

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Solicita-se das autoridades e servidores, quando da posse neste Tribunal, a autorização para acesso às declarações de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física ou a apresentação de Declaração de Bens e Rendas.

Considerando que todas as autoridades e servidores deste Tribunal fizeram a opção por autorizar o acesso às declarações de ajuste anual do Imposto de Renda, esse procedimento é repetido quando a autoridade passa a exercer novo cargo ou quando o servidor entra em exercício em cargo de confiança ou função de confiança, conforme dispõe o art. 3º da Instrução Normativa nº 67, de 6-7-2011, do Tribunal de Constância da União.

Fonte: SERHU

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

TABELA LXVI - QUADRO A.11.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
02	02							

* Especificar razões

Fonte: SECAD

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

TABELA LXVII - QUADRO A.11.5 –DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, Luiz Fernando Ribeiro, CPF nº 416.524.369-87, Diretor do Serviço de Licitações e Compras, exercido no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Florianópolis, 02 de fevereiro de 2015.</p> <p>Luiz Fernando Ribeiro 416.524.369-87 Diretor do Serviço de Licitações e Compras Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região</p>

Fonte: SELCO/SECAD

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

1) No cálculo da depreciação, foi utilizado o método das quotas constantes, e seguindo as orientações contidas na macro função 02.03.30.2010 – Manual SIAFI. Durante o exercício de 2014, foram realizados os lançamentos de depreciação nos bens móveis, com exceção do mês de dezembro/2014.

2) Os ajustes de exercícios anteriores, relacionados ao patrimônio, deverão ser regularizados e registrados no exercício de 2015.

3) A metodologia adotada para avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido não foi aplicada devido a não realização de ajustes de exercícios anteriores.

Fonte: SECAD

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Informo as orientações disponibilizadas pelo CSJT para subsidiar o Relatório de Gestão 2014.

“A sistemática de apuração de custos na Justiça do Trabalho (JT) ainda está em fase de desenvolvimento e implantação. O processo está sendo coordenado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), sediado em Brasília – DF, em cujo Planejamento Estratégico foi incluída uma Iniciativa Estratégica denominada “Desenvolver /Implantar Sistema de Contabilidade de Custos da JT”. Essa iniciativa tem um cronograma que prevê a implantação do Sistema de Custos em toda a JT até o exercício de 2020, de forma escalonada conforme cronograma anexo.”

Foi elaborado um Grupo de trabalho - GT -Custos para desenvolver e implantar o Sistema de Custos da JT. O projeto piloto começou a ser implantado no segundo semestre de 2014 e está na fase de homologação.

A previsão pelo cronograma para a nossa UG – 080013, de implantação do sistema será no exercício de 2016.

Fonte: SECAD

12.3 Conformidade Contábil

No exercício de 2014, foram registradas restrições que representaram situações no momento do fechamento do mês, sendo solucionadas a posterior.

Informo as restrições e seu título, para conhecimento.

Restrição	Título
-----------	--------

302	Falta e/ou atraso de remessa RMA
-----	----------------------------------

674 Saldos Alongados/Ind. Ctas transitórias Pass. Circulante

676 Saldo Invertido – Passivo Circulante

302 A restrição está relacionada ao saldo de almoxarifado e lançamentos de depreciação e evolução que devido a problemas no sistema utilizado pelo Setor, impossibilitou a geração de relatórios . Problemas solucionados dentro do exercício.

674 As restrições relacionadas aos saldos alongados ocorreram devido a valores com vencimento posterior ao fechamento do mês, como ISS a recolher ou GPS a recolher.

676 A restrição está relacionada a cancelamento de ordem bancária não solucionada dentro do mês, tendo sido regularizado no mês seguinte.

Fonte: Setor de Contabilidade

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.2 Declaração com Ressalva

TABELA LXVIII - QUADRO A.12.4.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO			080013
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Depreciação registrada no exercício de 2014 com valores em duplicidade ou incorretos devido a alteração do sistema utilizado pelo Setor Competente. b) Valores dos bens imóveis em utilização pelo TRT 12ª Região registrados no SPIUNET sem a devida atualização em razão de benfeitorias . Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Florianópolis	Data	06/02/2015
Contador Responsável	LILIANE LEITE DESTRI	CRC nº	1SC016890

Fonte: SECAD

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica aos Órgãos do Judiciário.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica aos Órgãos do Judiciário.

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Não aplicável a este Tribunal.

12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Não aplicável a este Tribunal.

12.8 Relatório de Auditoria Independente

Não aplicável a este Tribunal.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Para gerir toda a estrutura da 12ª Região da Justiça do Trabalho, além das ações já apresentadas no decorrer deste Relatório, foram realizadas diversas outras ações que serão destacadas, de forma sucinta, a seguir.

- **OUVIDORIA**

- Com o apoio dos Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência a Ouvidoria elaborou e iniciou a execução de um projeto com as seguintes finalidades:
 - Renovar a imagem da Ouvidoria do Tribunal, propiciando maior aproximação com a sociedade e a ampliação dos canais de acesso do Cidadão, bem como implantar melhorias nos processos de trabalho e registros estatísticos, no intuito de aperfeiçoar e consolidar o exercício de seu papel como ferramenta de gestão e instrumento de participação democrática.
 - Estudar a adequação da Ouvidoria do TRT 12 à Resolução n. 103/2010 do CNJ e às atuais diretrizes do TST e do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho – COLEOUV, bem como avaliar a necessidade e conveniência de sua reestruturação administrativa, considerada a realidade de nosso Regional.

- **COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

- Clipagem - 12ª Hora, noticiário eletrônico elaborado diariamente com as principais notícias veiculadas pela imprensa e pelos principais portais de notícias - públicos e privados -, incluindo uma criteriosa seleção de notícias jurídicas, estaduais, nacionais e internacionais. Enviado por e-mail para todos os servidores, magistrados do Regional catarinense, todos os tribunais regionais do trabalho e todos os tribunais superiores, advogados trabalhistas, faculdades de Direito e pessoas físicas solicitantes. Em 2014, foram produzidos 240 clippings.
- Veiculação do programa de entrevistas Justiça do Trabalho na TV, (JT na TV), um programa de entrevistas, veiculado semanalmente. Gravado em estúdio próprio, pauta assuntos relacionados ao Judiciário, às questões trabalhistas, à cidadania e às próprias ciências jurídicas e sociais. Com duração aproximada de 30 minutos, é transmitido, nacionalmente, pela TV Justiça, e em rede estadual por 12 emissoras. A produção anual fica em torno de 52 programas. Com 39 exibições semanais, o JT na TV é veiculado, em média, 2 mil vezes por ano. Além das apresentações televisivas, as entrevistas estão disponíveis no **YouTube**, no canal da Justiça do Trabalho catarinense. Até 2014, entre as mais acessadas estão as entrevistas “Poder e Competência”, com Mário Sérgio Cortella, “Constitucionalismo Além Fronteiras”, com Marcelo Neves e “Inteligência Emocional”, com Flávio Gikovate.
- Produção do documentário “Não é brincado”, objetivando reforçar o combate ao trabalho infantil, amplamente enfrentado por ações da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, a partir de iniciativa dos gestores regionais do programa de Combate ao Trabalho Infantil, Desembargadora Maria de Lourdes Leiria e do juiz do trabalho Ricardo Koch Nunes.
- O Boletim *In Vigilando* é um veículo de comunicação interna do Tribunal. Enviado todas as sextas-feiras para o **e-mail** corporativo, traz uma síntese dos principais fatos ocorridos durante a semana no âmbito da Justiça do Trabalho da 12ª Região, além de notícias externas consideradas de interesse de servidores e magistrados. Assuntos informais também são de interesse como despedidas de servidores que se aposentaram, confraternizações entre colegas, atividades

esportivas de juizes e servidores, dentre outros. Durante o ano de 2014, foram publicadas 50 edições do informativo, cada uma com média de quatorze matérias, totalizando 700 notícias veiculadas.

- As matérias sobre decisões judiciais têm como fonte principal a análise dos boletins de jurisprudência encaminhados pelo Serviço de Documentação, Divulgação e Jurisprudência (Sedjur). Magistrados também sugerem temas mais relevantes. Em 2014, até o final de novembro, foram produzidas 154 notícias, que foram publicadas no *site* e nas redes sociais do TRT-SC e encaminhadas para a imprensa e *sites* jurídicos, que, em geral, repercutem as matérias. É atribuição da ASCOM a produção de todas as matérias jornalísticas publicadas no *site* do TRT – *internet* e *intranet*. Essas atividades envolvem o processo de pesquisa, reportagem, redação e revisão de textos jornalísticos.
- Publicação do mural eletrônico, uma ferramenta de comunicação que começou a ser utilizada no final de 2012. Foram implantados, inicialmente, seis monitores estrategicamente distribuídos, que permitem uma comunicação diferenciada com o público que está aguardando a chegada ou utilizando os elevadores. O público-alvo compõe-se de usuários externos e internos. O perfil das informações publicadas no mural é variado: jurisprudência, matérias de interesse administrativo, capacitação, decisões judiciais, notícias estaduais e orientações aos advogados, além do conteúdo de editorias oferecidas pela empresa contratada. A partir de agosto de 2014, o serviço foi desativado na sede da Esteves Júnior, por ter surgido a proposta de realizá-lo no prédio que abriga os gabinetes dos desembargadores e os órgãos julgadores. Em novembro, foi celebrado contrato com empresa do ramo para disponibilização do serviço que está em vias de instalação.
- Com o advento das redes sociais, o TRT-SC buscou estruturar-se para orientar suas publicações nessas plataformas, considerando três bases: *Twitter*, *Facebook* e *YouTube*. Em 2014, no *YouTube*, foram postados 64 vídeos, 587.728 visualizações. No que se refere à conta no *Twitter*, constata-se que desde sua criação, em agosto de 2009, foram lançados 2.184 *tweets*, acompanhados por 8.532 seguidores. O *Facebook* contabilizou em torno de 3.881 curtidas.
- Cobertura fotográfica dos eventos realizados no TRT como posses, inaugurações, cursos, palestras, entre outros; Tratamento das fotos (brilho, contraste, cor, nitidez e tamanho), adequando-as para utilização no *In Vigilando* (matérias e *slideshows*), *site*, DVDs e *frames* do JT na TV; criação de DVDs das posses e eventos para os interessados; organização do acervo fotográfico da ASCOM; envio dos DVDs para as Tvs parceiras. Por conta da iminente implantação da Assessoria de Comunicação Social em novo local, bem como do novo estúdio de áudio e vídeo, com obras em andamento, fez-se necessária a aquisição de equipamentos para otimização do fluxo de trabalho nas ilhas de edição e padronização na sala *master* do novo estúdio. O projeto corresponde à continuidade das ações de implantação desse novo espaço multimídia, planejadas desde 2010.
- Distribuição de cartazes e *folders* para as unidades judiciárias, relativamente aos eventos nacionais e regionais como campanhas, congressos e concursos; distribuição de dvds com entrevistas para o programa Justiça do Trabalho na TV aos entrevistados; elaboração das inscrições da Ascom em congressos e cursos; acompanhamento da execução orçamentária da Ascom; elaboração de projetos básicos para aquisição de materiais e contratação de serviços; apoio nas solicitações de capacitação interna e externa; fechamento da frequência dos servidores; pedido, recebimento e devolução de materiais de consumo; auxílio na prestação de contas das solicitações de suprimento de fundos; auxílio no *teleprompt* durante as gravações do estúdio; auxílio nas formalizações de convênios.
- Elaboradas cartilhas “Gestão Documental no dia a dia” para orientar magistrados, servidores e estagiários, com as principais informações e melhores práticas nos procedimentos de Gestão Documental e disponibilizou no *link* de *Internet* Serviço de Arquivo na página do Tribunal. A cartilha também foi enviada à Corregedoria Regional do Tribunal para servir de apoio nas correições realizadas nas Unidades Judiciárias.
- Inclusão no Boletim Informativo Diário de destaques com matérias dos Tribunais e Conselhos Superiores e jurisprudências selecionadas.

- Incorporação ao acervo histórico de todos os processos judiciais da Vara do Trabalho de Brusque desde a sua instalação, totalizando 715 caixas-arquivo.
- Implantado em 13 de dezembro de 2013 a Matrícula *on-line*, através do qual qualquer usuário pode se cadastrar no sistema da Biblioteca para poder solicitar empréstimos. Até novembro de 2014, 97 usuários se cadastraram.
- Implantada no dia 20 de agosto a Biblioteca Digital do TRT da 12ª Região. Com esta moderna ferramenta magistrados e servidores podem fazer o depósito de monografias e artigos que ficam disponíveis, na íntegra, para consulta pela Internet.
- Comemorada de 20 a 24 de outubro – A Semana Nacional do Livro e da Biblioteca com a realização de uma campanha de doações de livros de literatura ao e a divulgação da Biblioteca Digital. Foram sorteados brindes (marcadores de página e canecas). Foram arrecadados 26 livros. No total, de janeiro a novembro, a campanha arrecadou 318 livros para o Projeto Livre-se.
- Foi iniciado um projeto de melhoria dos processos de gerenciamento dos serviços de TIC, que inclui o diagnóstico da situação atual, revisão e modelagem de novos processos de gestão de serviços, bem como a adoção de uma nova ferramenta de gestão destes serviços. Para isso foram realizadas duas contratações:
 - a) Consultoria especializada para Modelagem e Diagnóstico de processos de gerenciamento de serviços de TIC alinhados à biblioteca ITIL V3;
 - b) Aquisição de software para gerenciamento suporte aos processos modelados;
 Ambas contratações foram realizadas com recursos descentralizados pelo CSJT e fazem parte de uma estratégia nacional dos Tribunais Regionais do Trabalho. As ações foram iniciadas em 2014 e serão concluídas em 2015.
- Expansão do Pje: instalação, atualização e configuração de equipamentos do Foro de Brusque; apoio técnico aos treinamentos do PJe e adequação da infraestrutura de rede; instalação de nova infraestrutura de servidores para sustentação do sistema PJe-JT nas salas de julgamento.
- Atualização do parque de informática:
 - Distribuição e atualização do parque de Informática do TRT da 12ª Região com 250 microcomputadores, 130 notebooks para magistrados, 64 multifuncionais (equipamentos de imagem), 17 impressoras, 38 scanners.
 - Aquisição de 165 microcomputadores, 180 impressoras, 29 scanners.
 - Aquisição de 137 licenças de software Microsoft Office Standard 2013
 - Instalação do PJe no Foro de Brusque junto da criação da 2ª VT com a adequação da infraestrutura necessária para expansão do PJE.
 - Ampliação da cobertura da rede sem fio do TRT12
- Ampliação da capacidade de armazenamento digital para as unidades de compartilhamento de rede, para garantir a continuidade dos serviços.
- Aquisição de novos subsistemas de armazenamento de dados digitais do tipo Storage para aumentar em 70% a capacidade de acumulação de documentos digitais dos sistemas administrativos e Pje-JT, possibilitando o funcionamento do Pje-JT em 100% das unidades judiciárias de SC até 2017, mantendo a taxa de crescimento de 2014 para o banco de dados do PJe;
- Reforma da rede de dados para ajustes das lotações em 42 salas no prédio SEDE
- Instalação de cabeamento estruturado para 18 gabinetes de Desembargadores e 3 turmas especializadas de julgamento nas novas instalações do TRT12 na Av. Rio Branco; Mudança do gabinete dos desembargadores.
- Implantação de um processo de gerenciamento pró-ativo para ativos de infraestrutura de TI por meio de um Núcleo de Operação e Controle (NOC), Este projeto depende de investimentos em sistemas auxiliares de monitoramento e execução de atividades por parte da equipe de infraestrutura de forma a viabilizar o monitoramento e atuação adequada na manutenção dos ativos de infraestrutura tecnológica do ambiente computacional do TRT/SC, trará o benefício de reduzir o tempo de indisponibilidade dos sistemas de informática. No exercício de 2014 foi

criado o projeto, iniciado os estudos preliminares e iniciado o processo de contratação de painel de visualização, tipo VideoWall, para apoiar os serviços de monitoramento, no exercício de 2015 continuarão os trabalhos previstos no planejamento de 2014;

- Desenvolvimento do módulo de Pesquisa Personalizada para advogados e escritórios no sistema Nacional DEJT com a finalidade de oferecer um serviço para pesquisa de publicações
- Desenvolvimento e implantação do Caderno Administrativo do DEJT para publicação de tabelas, atos, portarias de cunho administrativo em caderno separado do caderno judiciário.
- Instalação de novo canal de comunicação de dados com protocolo SAN (Storage Area Network) entre o Datacenter principal do TRT/SC (Sala-Cofre) e Datacenter auxiliar do TRT/SC localizado no Foro Trabalhista da Capital por meio das fibras ópticas instaladas em 2013 interligando os dois prédios, a interligação foi possibilitada pela aquisição e execução de tarefas relacionadas aos equipamentos do tipo gbic, entregues em 2014, desta forma foi possível viabilizar a comunicação interoperabilidade entre os dispositivos de armazenamento de dados do tipo Storage entre os dois centro de processamento de dados digitais.
- Otimização do ambiente vCenter com ampliação da infraestrutura do TRT12
Instalação de sistema ASN, Autonomous System, com redundância total para acesso à Internet. Para continuidade dos serviços; Independência de fornecedores.
- Regulamentado o Sistema de Assentamento Funcional, por meio da PORTARIA PRESI nº 19, de 20 de janeiro de 2014. Com a implantação do novo sistema, coube ao SEDIG a responsabilidade pela migração dos assentamentos funcionais armazenados no sistema Prodimage para o SAF. Atualmente o número de pastas funcionais a serem migradas atinge o montante de 3.608. Até o momento já foram auditadas 446 pastas que geraram 94.048 ocorrências de ajustes (correções/redigitalizações). O processo é lento, pois cada pasta funcional é conferida minuciosamente e auditada para garantir a integridade e segurança de suas informações no novo sistema.
- Desenvolvimento e implantação dos módulos de gestão dos assentamentos funcionais digitais (SAF fase II) - substituição do Prodimage, revisão e auditoria de assentamentos funcionais – SAF é um Sistema de consulta aos documentos digitais das pastas funcionais de todos os servidores e magistrados ativos ou inativos do TRT/SC.
Realizado Fórum Virtual de abrangência estadual, coordenado pela Desa. Viviane Colucci, em que todos os magistrados tomaram conhecimento das atividades pedagógicas desenvolvidas nas demais Regiões.
- Foram realizadas melhorias no SFP, criando a funcionalidade de importação de dados em série através de arquivos CSV. Tal melhoria vem ao encontro da reorganização interna de atribuições dos setores e de pessoal, gerando maior confiabilidade dos dados.
- Adequação dos processos de TI às boas práticas do mercado.
- Implantação do PROAD nos regionais TRT5, 7 e 20;
- Implantação do SAF no TRT5 com treinamento de multiplicadores: usuários e implantadores;
- Adequação funcional da SEINFO com proposta de reestruturação para atender de maneira adequada as demandas.
- Recebimento de 27 novos técnicos
- Implantação da Resolução CNJ nº 182/2013
- Elaboração do primeiro PDTI do TRT da 12ª Região
- Solicitado à SEINFO (PROAD 2868/2014) o desenvolvimento de sistema de Autoatendimento para o Programa de Avaliação de Desempenho com vistas à automação de procedimentos manuais, à consistência dos dados e ao desafogamento do sistema PROAD.
- Desenvolvimento e implantação de módulo complementar ao PJe para gestão de prazos - Gestão auxiliar PJe (Prazo PJE).

- **SAÚDE**

- Foram realizados 31 exames oftalmológicos (teste de but e schirmer) com todos os magistrados durante os encontros da Magistratura, correspondendo a 32,7% dos presentes nos encontros, com o objetivo de identificar as principais queixas relacionadas a fadiga visual e desenvolver projetos específicos para reduzi-las. Foram realizados ainda 24 atendimentos a Desembargadores e Assessores de Segundo Grau.
- Como ação do projeto de Gestão de Estresse de Magistrados, foram entrevistados individualmente 17 magistrados durante o evento da Escola Judicial ocorrido em outubro, o que equivale a 14,91% do total de titulares e substitutos. Foram aplicados 40 testes de estresse, correspondentes a 27,7% dos magistrados. O objetivo do Programa é identificar agentes estressores do ambiente laboral atuando preventivamente para a redução dos níveis de estresse.
- Elaborado projeto para implantação de pausas (com estudo sobre elaboração de portaria) e de melhorias ergonômicas nas salas de audiências. Está em tramitação o Proad 12134/2014, que se encontra em fase de aprovação dos servidores indicados para composição do comitê gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores. Além disso, foi elaborado relatório do mobiliário de todas as salas de audiência do estado e foram corrigidas 03 salas onde foram constatadas inadequações ergonômicas críticas.
- Como forma de apoio aos magistrados e servidores hipertensos, diabéticos e dislipidêmicos foi contratada uma profissional nutricionista, que realizou 122 consultas e atendeu a 22 servidores. Também foram realizadas 4 reuniões de grupo presenciais com participação de 19 pacientes.
- Realizada a palestra Resíduos Sólidos, Saúde e Meio-ambiente, com o objetivo de sensibilizar e apresentar aos servidores e magistrados informações importantes sobre o descarte adequado de resíduos sólidos.
- Engajamento do Tribunal na campanha Outubro Rosa, com a iluminação do prédio sede e distribuição de folders para conscientização de magistrados e servidores da importância do diagnóstico precoce do câncer de mama.
- Foram realizados 400 atendimentos relacionados ao Programa Blitz Ergonômica, que visa a avaliar, corrigir e orientar sobre aspectos ergonômicos do posto de trabalho e sobre a postura na realização de tarefas. Destaca-se que foram visitados todos os gabinetes no novo endereço da Rio Branco, e todas as unidades com PJE, além de outros locais previstos no planejamento.
- Foram vacinados 1.129 magistrados e servidores contra o vírus da Influenza, com o objetivo de prevenir a gripe e suas complicações.
- Realizados 246 atendimentos e 997 testes de estresse, sendo obtido o seguinte resultado: 757 servidores sem risco (73%), 3 em nível de alerta (0%), 175 em nível de resistência (17%), 50 em nível de quase-exaustão (5%) e 52 em nível de exaustão (5%). Em continuidade, foram entrevistados 58,52% dos servidores identificados com estresse negativo (nível de exaustão e quase exaustão), o que equivale a 60 servidores, com o objetivo de identificar agentes estressores do ambiente laboral e atuar preventivamente para a redução dos níveis de estresse, apoiar grupos na resolução de conflitos e no apoio a liderança.
- Realizado um diagnóstico dos principais sistemas administrativos do Tribunal, em termos de acessibilidade, no período de 18 a 22 de agosto de 2014, com a participação do SASER, SEINFO e 2 servidores com deficiência visual, com o objetivo de promover política institucional de inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Realizada a palestra Nutrição e Atividade Física com o especialista em fisiologia do exercício e mestre em nutrição Brian Alves Cordeiro. A palestra foi assistida por 341 servidores, entre presenciais e a distância.
- Realizada a palestra “Deficiência Visual: limites e possibilidades”, ministrada pelo Sr. José Carlos Rodrigues, que é pedagogo e pessoa com deficiência visual.

- Realizado o curso “Atendimento a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida” via Ead, com a duração de 12 horas, com a tutoria da servidora do SASER, a Assistente Social Denise Suchara, e contou com a participação de 60 servidores.

• **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

- Criação do Conselho Pedagógico e da Regionalização da Escola Judicial, com base na Resolução ENAMAT nº 1/2008 e Recomendação ENAMAT nº 2/2009, bem como o Regulamento desta Escola Judicial do TRT da 12ª Região, foi editada a Portaria nº 6/2013 que estruturou a área geográfica de jurisdição da Justiça do Trabalho de Santa Catarina em 8 Regiões Socioeconômicas.
- Realizada a palestra “Conciliando os papéis do Cuidador”, ministrada pela palestrante Dulce Helena Penna Soares, com 84 participantes.
- Realizada a palestra “Coaching como ferramenta de negociação das diferenças no ambiente de trabalho” pela profissional Vanusa Cardoso, com 168 participantes de 77 Unidades, o que equivale a 58% do total de Unidades do TRT.
- Foi dada continuidade à capacitação de servidores na utilização da ferramenta do PJe-JT.348 servidores da área judiciária realizaram pelo menos 1 curso de PJE. O SCD ofereceu 891 vagas nos 23 cursos oferecidos (com um total de 39 turmas). Foram realizadas também 09 videoconferências, com 515 participantes no total, para atualização de versões e demais usabilidades do sistema.
- Participação ativa no projeto nacional de implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA-JT, com destaque para o módulo/projeto Protocolo, que terá como base o PROAD – Sistema de Processo Administrativo Virtual utilizado neste TRT12/SC.
- Implementado o Programa de Aproximação de Servidores da SERHU com a área Judiciária, com o intuito de ampliar o conhecimento da equipe de forma a promover maior alcance das suas ações no resultado institucional. As ações do programa consistiram em Visitas Técnicas a Varas do Trabalho (1ª São José e 2ª Florianópolis), das quais participaram 9 servidores; Participação no Programa de Visitação Pública (2 servidores); e realização do Curso de Direito Processual do Trabalho, ministrado por instrutor interno, para 17 servidores da SERHU.
- Foi oportunizado que 77,32% dos servidores do quadro do Tribunal participassem de pelo menos um evento de capacitação, não incluídos os obrigatórios em lei (dado extraído do SRH em 20/11/2014).
- Realizados os cursos obrigatórios por lei e cumpridas as determinações emanadas das Resoluções do CSJT e do CNJ, tais como: Curso de Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança e o Curso de Competências Gerenciais.
- No que tange à área judiciária foram oferecidos cursos de Noções de Cálculo (30 servidores capacitados), Liquidação de Sentença com Juriscalc (61 servidores capacitados), Sentença Liquidada com Juriscalc (42 servidores capacitados), Preparatório para Atividades de Assistente de Desembargador (25 servidores capacitados) e Prática de Sentença e Prática Processual (31 servidores capacitados).
- Realizado o Programa Continuo de Capacitação em Licitações e Contratos, dividido em 4 módulos, que ocorreram entre março e agosto. Foram oferecidos os cursos Básico de Licitação (62 servidores capacitados pela Assessoria Jurídica Ana Paula Volpato Wronski), Elaboração de Projeto Básico (70 servidores capacitados por profissional especializado), Pesquisa de Mercado (64 servidores capacitados por profissional especializado) e Gestão e Fiscalização de Contratos (73 servidores capacitados por profissional especializado).
- Realizado o Encontro de Diretores de 1ª Instância nos dias 29 e 30 de maio, no Majestic Palace Hotel, com participação de 70 Diretores de 1ª Instância. Entre as atividades desenvolvidas estavam a Oficina de Atividades conduzida por psicóloga, com levantamento de problemas e

sugestões de soluções, que gerou documento entregue à Administração durante o evento, e palestras. Além disso, o evento contou com participação de representantes de toda a Administração do Tribunal, ouvindo os levantamentos dos participantes e expondo alguns assuntos pertinentes.

- Realizado o Encontro de Diretores de 1ª Instância com PJe, no dia 15 de setembro, com carga horária de 6 horas e participação de 37 Diretores de VT e Chefes de Centrais de Atendimento que utilizam PJe. Foram abordados temas como coordenação do PJe e o papel de todos os envolvidos, comunicação como instrumento de trabalho, fluxo do processo de trabalho do suporte PJe, estabelecimento de critérios de priorização de demandas, avaliação/definição da comunicação USO, e-Gestão, Sistema Aud, atuação da Corregedoria, orientações procedimentais na tramitação dos processos, metodologia das inspeções correicionais, sistema correição virtual e geração de informação ao SASER.
- Nos dias 31 de julho e 1º de agosto foi realizado o Encontro de Oficiais de Justiça do TRT/SC, no Majestic Palace Hotel. Contou com a participação de 54 Oficiais de Justiça de todo o Estado e teve duração total de 12 horas. Participaram do evento o Dr. Alexandre Ramos, contextualizando o Judiciário no 1º Grau, a psicóloga Andréa Alvarenga, conduzindo uma oficina onde foram levantadas demandas e apontados fatores positivos, bem como realizada troca de experiência entre os participantes. Da oficina resultou um documento entregue à Administração com os pontos debatidos. Participou também o Oficial de Justiça do TRT9, Marcelo de Araújo Freitas, proferindo palestra no encerramento do Encontro com experiências e conselhos práticos a todos os presentes. Representantes da Administração do TRT/SC também estiveram presentes para ouvir os Oficiais e passar algumas informações importantes.
- Realizado o Encontro dos Multiplicadores de PJE, no dia 11 de setembro, no Auditório do Tribunal, contando com participação de 8 servidores que atuarão como Multiplicadores do PJe em suas regiões. O evento foi conduzido pela Coordenadora do Pje-JT, Silvana Schaarschmidt. Foram trabalhados temas como Aspectos Pedagógicos e Aspectos do Pje.
- Realizadas demais ações de capacitação envolvendo áreas específicas como: saúde e qualidade de vida, responsabilidade socioambiental, gestão de estresse, motivação, legislação de aposentadoria, novos servidores, visita institucional, dentre outros.
- Realizado em 24 e 25 de abril de 2014 o Módulo Presencial de Formação Continuada de abrangência regional, buscando o envolvimento dos magistrados no ambiente regional em relação ao tema Trabalho Seguro, compreendendo as particularidades locais. Para tanto, foi realizado um evento em cada uma das 8 Regiões Socioeconômicas, portanto, 8 eventos simultâneos.

• **GESTÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS**

- No primeiro semestre de 2014 foram eliminados documentos de 35.596 processos, permanecendo para consulta via Internet apenas os documentos de guarda permanente. Após a realização de um levantamento geral do número de processos arquivados e da área disponível para arquivo nas Varas do Trabalho, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos constatou que diversas Unidades Judiciárias não dispunham mais de espaço físico para o arquivamento de processos. A Presidência do Tribunal, por meio do PROAD 8340/2014 determinou a utilização dos espaços físicos disponíveis no antigo prédio administrativo para o arquivamento de processos oriundos dessas Unidades.
- Criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, por meio da Portaria PRESI nº 385, de 12 de dezembro de 2013, o Assistente-Chefe do Setor de Memória Institucional passou a integrar a composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

• **ORÇAMENTOS E FINANÇAS**

- Adoção do Sistema de Gestão Orçamentária (SIGA-SIGEO) do TRT20
- Obtenção de R\$ 4,9 milhões junto à Coordenadoria de Orçamento e Finanças (CFIN) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em Brasília, por meio do Projeto de Implantação de Varas do Trabalho, para a aquisição de imóvel que virá a abrigar o recém-instalado Fórum Trabalhista de Brusque.
- Aplicação da Resolução n.º 137/2014 do CSJT, que permite o pagamento, a qualquer tempo, de despesas de exercícios anteriores até o limite de 1% (um por cento) da folha de pagamento do Regional. Com isso, os passivos devidos a Magistrados e servidores estão sendo processados, reconhecidos pelo CSJT, e devem ser pagos observando-se o limite referido.
- Integrado ao Sistema de Folha de Pagamento o módulo do Sistema de Recursos Humanos que cadastra o regime previdenciário dos magistrados e servidores (regime próprio). Também foi integrado o módulo que cadastra o regime de previdência complementar – FUNPRESP-JUD.
- Foi elevado o valor per capita do auxílio-saúde de R\$ 240,00 para R\$ 255,00, a partir de abril. Em outubro, o valor foi novamente elevado, para R\$ 300,00, e passou para R\$ 330,00 a contar de dezembro, fatos que geraram a atualização, no Sistema de Recursos Humanos – SRH, dos valores de custeio das mensalidades dos planos de saúde de todos os usuários (2748 beneficiários).
- Realizado o pagamento de parte dos passivos devidos a título de PAE e ATS aos magistrados e pendente de pagamento a URV servidores em razão de recurso interposto pelo TRT 12ª junto ao TCU.
- Realizados cálculos e pagamentos por meio de folhas suplementares de pagamento, a partir de outubro/2014, a título de auxílio-moradia a magistrados ativos.
- Realizados cálculos e pagamentos, por meio de folhas suplementares em junho/2014, e posterior inclusão a partir do mês de julho/2014 em folha normal de pagamento, da PAE aos juízes classistas inativos e beneficiários de pensão civil.
- Realizado levantamento, a pedido do CSJT, de valores a título da PAE retroagindo a 1998 para subsidiar ação de execução.
- Realizados recálculos em razão das alterações dos valores retroativos e pagamentos condicionados à disponibilidade orçamentária, na base devida, a título de auxílio-alimentação para magistrados.
- Realizados recálculos previdenciários, abrangendo todos os servidores ativos no período de maio/1999 a junho/2004, a título de PSSS devidamente corrigidos, em atendimento ao contido no PROAD 6140/2014.
- Início do controle remuneratório do teto aos magistrados e servidores que possuem mais de um vínculo empregatício. Necessidade em curto prazo de desenvolvimento de módulo integrado entre os dados do SRH e SFP para identificação e controle.
- Estão sendo realizados recálculos administrativos em todos os pagamentos de passivos realizados a magistrados e servidores, em atendimento à determinação de incidências de juros administrativos concedidos por meio do SUP 24293/2008, respeitando a prescrição quinquenal. Os referidos cálculos estão sendo desenvolvidos observando a Resolução CSJT 137/2014.
- Realizado, por amostragem, revisão de levantamentos de tempos específicos para concessão de benefícios (anuênio, abono de permanência etc.) já implementados ou não a fim de verificar eventual inconsistência dos já concedidos ou ainda os que por lapso não foram concedidos ou solicitados.
- Implementadas no SFP melhorias necessárias para atender o processamento e consequente pagamento com vistas à previdência limitada ao teto da GRPS e a inclusão da previdência complementar instituída pela Lei n.º 12.618/2012. Tais melhorias incluem a criação no SRH de campos específicos para o registro das diversas modalidades de regimes previdenciários, bem

como o desenvolvimento de sistema de autoatendimento para registros da base de contribuição para o regime de previdência complementar e da respectiva alíquota.

- Foram concluídas as atividades relacionadas à implantação dos Regimes de Previdência (Regime Próprio e Complementar), conforme Leis nºs 10.887/2004 e 12.618/2012, abrangendo a criação no Sistema de Recursos Humanos de módulo específico para o registro das modalidades de regimes previdenciários, devidamente integrado com a folha de pagamento. Em razão de outras prioridades, não foi desenvolvido o sistema de autoatendimento para registro da base de contribuição do regime de previdência complementar – FUNPRESP- JUD e da respectiva alíquota.

• OUTRAS AÇÕES

- Criado o Índice de Segurança Técnica – IST, um indicativo que considera, além da lotação-padrão, outras variáveis que influenciam a carga de trabalho, a fim de se aferir a real necessidade de pessoal nas unidades. Considerando fatores como a quantidade de cartas precatórias e o índice de absenteísmo nas unidades, o IST passou a demonstrar a que carga de trabalho a unidade está submetida acima ou abaixo do esperado, sendo, assim, um parâmetro para definição da prioridade de lotação de servidores.
- Revisada e atualizada a regulamentação geral sobre a Avaliação de Desempenho no âmbito deste Tribunal, com a edição da Portaria PRESI nº 307/2014. Tal Portaria, além de abarcar todos os regulamentos existentes sobre o tema (Resoluções, Portarias Conjuntas, Leis, etc), determinou uma importante alteração de procedimento com relação às datas de geração e encaminhamento das fichas de avaliação aos servidores estáveis na carreira, tornando mais célere o processo de progressão/promoção funcional desses servidores.
- Efetuada a alteração da programação do sistema SRH – Módulo de Avaliação de Desempenho - para atender à mudança de procedimento na geração das fichas de avaliação, determinada pela Portaria Presi nº 307/2014.
- Ocorreu a expansão do projeto de Gestão por Competências no âmbito deste Tribunal, em conformidade com a Resolução CSJT nº 92/2012 e com a Portaria PRESI 161/2014, que regulamenta o assunto no âmbito deste Tribunal. Realizada a etapa de avaliação das competências da função de Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho. Após a etapa de avaliação de competências, os ocupantes da função elaboraram o PDI, com o apoio do Juiz Titular da Vara. No segundo semestre de 2014, foram mapeados os cargos gerenciais da Sede do Tribunal, cujos ocupantes já foram avaliados em suas competências e encontram-se em fase de construção do PDI.
- CONAP – Núcleo Permanente de Apoio e Conciliação às Unidades Judiciárias de Primeira Instância, instituído pela PORTARIA nº GP 88 de 15 de maio de 2012, prestou auxílio por meio de seus servidores às seguintes Unidades Judiciárias no ano de 2014:
 - 2ª Vara do Trabalho de Chapecó: período de 07 a 17.01.2014 (PROAD 12.536/2013)
 - Vara do Trabalho de Mafra: período de 24 a 28.02.2014, de 10 a 14.03.2014, de 05 a 09.05.2014 e de 12 a 16.05.2014 (PROAD 1015/2014)
 - 3ª Vara do Trabalho de São José: período de 07 a 11.04; de 22 a 25.04; de 28.04 a 02.05; de 05 a 09.05; de 12 a 16.05; 19 a 23.05; de 26 a 30.05.2014; de 07 a 11.07; de 14 a 18.07.2014 (PROAD 2667/ 2014)
 - Vara do Trabalho de Xanxerê: períodos de 27 a 31.01; de 03 a 07.02; de 10 a 14.02; de 24 a 28.03; de 22 a 25.04; de 31 a 03.04; de 19 a 23.05; de 26 a 30.05; de 02 a 06.06; de 23 a 27.06; de 30.06 a 04.07; de 04 a 08.08; de 18 a 22.08; de 25 a 29.08; de 22 a 26.09; de 29.09 a 03.10; de 20 a 24.10 (PROAD 6390/2013).

- Foro Trabalhista de Rio do Sul: período de 13 a 24.10.2014 auxílio renovado pelo período entre 26.01 e 09.02.2015 (PROAD 7206/14).
- 2ª Vara do Trabalho de São José: auxílio ainda em curso; períodos de 27 a 31.10; 03 a 07.11; 10 a 14.11; 17 a 21.11; 24 a 28.11.2014 e de 01.12.2014 a 28.04.2015 (PROAD 10015/2014).
- 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis: auxílio prestado pelos servidores, períodos de 27 a 31.10; 03 a 07.11; 10 a 14.11; 17 a 21.11 e de 24 a 28.11.2014 de 22.09 a 10.10.2014 (PROAD 10033/2014).
- 2ª Vara do Trabalho de Lages: período de 24.11 a 05.12.2014 (PROAD 9856/14).
- 3ª Vara do Trabalho de São José: período de 08.12 a 19.12.2014 (PROAD 11625/2014).
- Foro Trabalhista de Chapecó: pedido de auxílio no sentido de designação de Oficial de Justiça Avaliador com o intuito de suprir as lacunas de férias e licenças-prêmio. Indeferido. (PROAD 9740/2014).
- Serviço de Distribuição de Blumenau: Auxílio deferido a ser prestado entre o período de 07.01 e 21.01.2015. (PROAD 14271/2014).
- 1ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú: pedido de auxílio para o deslinde da execução os autos do processo 2949-2005-040-12-00-0. Entre o período de 08 a 12/09 e 15 a 19/02/2014. (PROAD 6498/2014).
- CONCILIAÇÃO – EVENTOS/CURSOS: III Semana Nacional da Execução Trabalhista, evento organizado pelo CONAP no período de 2014, envolvendo audiências de conciliação em processos na fase de execução em 1º e 2º graus, efetivação de bloqueios de numerários junto ao convênio Bacen-Jud e leilões organizados pelas Varas do Trabalho de Santa Catarina - PROAD 3280/2013. VIII Semana Nacional da Conciliação, evento organizado pelo CONAP no período de 2014, envolvendo audiências de conciliação em processos nas fases de conhecimento e execução, tanto em 1º quanto em 2º grau – PROAD 11011/2013.

- **OBRAS EM ANDAMENTO EM 2014:**

- CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE RIO DO SUL - Indeferido o projeto em 2012, pelo Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CSJT), ao argumento de que aquela unidade judiciária não comportaria a expansão para quatro Varas do Trabalho, novo projeto foi concebido, desta feita com a previsão imediata para duas Varas e possibilidade estrutural para a implantação futura de uma terceira Vara. A edificação projetada, com área total em torno de 2.000 m2, está composta de três pavimentos (térreo e mais dois) mais estacionamentos coberto e descoberto, e o valor do contrato está em torno de R\$ 5,8 milhões. O início da obra deu-se em 27.01.2014, com previsão de término em abril de 2015.
- REFORMA PARA A INSTALAÇÃO DO SASER E DA ASCOM NO PRÉDIO ANEXO - Com a mudança do Fórum Trabalhista de Florianópolis para a Avenida Beira-Mar, foi projetada nova ocupação para o Prédio Anexo, que possui em torno de 2.000 m2, tendo sido contemplados principalmente o SASER, a ASCOM e alguns outros setores. Aquela edificação nunca sofreu uma reforma geral desde a sua construção em 1998, além disso, será necessária em função das instalações específicas de consultórios médico e odontológicos e também, para alocação do estúdio da ASCOM. O valor do contrato está em torno de R\$ 2,6 milhões. O início da obra deu-se em 17.02.2014, com previsão de término até maio de 2015.
- CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE SÃO JOSÉ - Indeferido o projeto em 2012, pelo Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CSJT), ao argumento de que o custo da edificação estaria elevado, novo projeto foi concebido, desta feita com a aplicação de

materiais e sistemas mais acessíveis economicamente, sem comprometer a qualidade da edificação. O prédio projetado, com área total em torno de 5.000 m², está composto de seis pavimentos (térreo e mais cinco) mais estacionamentos coberto e descoberto, e o valor do contrato está em torno de R\$ 11,2 milhões. O início da obra deu-se em 12.02.2014, com previsão de término até junho de 2015.

- **REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE EM SÃO MIGUEL DO OESTE** - O Ministério Público Federal, através do Inquérito Civil Público nº 1.33.012.000574/2011-11, instaurado para fiscalizar o cumprimento da recomendação PRM/SMO 059/2011, solicitou a adequação do prédio que abriga a Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste para garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida. Após alguns impasses junto à Prefeitura, agora superados, a alteração no projeto executado foi aprovada. A contratação iniciou-se em 21.11.2014 com previsão de término em janeiro de 2015.
- **REFORMA DA RIO BRANCO** - Em dezembro de 2013, ocorreu a ocupação de parte do prédio que abriga a nova do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, pelos Gabinetes dos Desembargadores, Secretarias das Turmas (SETUR I, II e III), de Sessões das Turmas e Secretaria do Tribunal Pleno (SETRI), sendo que a reforma necessária para essa ocupação foi executada pelo proprietário do prédio. , para a instalação das demais secretarias e serviços da área judiciária, faz-se necessária a reforma de alguns espaços remanescentes, que serão pelos seguintes setores: Secretaria Judiciária (SEJUD), Serviço de Documentação, Divulgação e Jurisprudência (SEDJUR), Serviço de Recurso (SERREC), Serviço Processual (SEPRO), Serviço de Movimentação Processual (SEMPRO).
- **PROJETO DE REFORMA DO SETOR DE MEMÓRIA**. Encontra-se em andamento o PROAD 4639/14 para reforma das instalações físicas do Setor de Memória Institucional do Tribunal, localizado no prédio da Santos Saraiva – Estreito. O projeto prevê a instalação de laboratório de desinfestação e restauração de documentos e processos históricos, sala destinada ao armazenamento do acervo histórico com estantes para arquivamento de processos e objetos de valor histórico, além de espaço físico destinado ao trabalho de servidores e estagiários em história.
- **AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DO BANCO DO BRASIL EM BLUMENAU, BRUSQUE E CANOINHAS** - A aquisição de imóveis próprios faz parte da política estabelecida por este Tribunal. Dos trinta municípios onde há unidade judiciária da Justiça do Trabalho, apenas oito não possuem sede própria construída, em processo de construção ou terreno disponível para construção: Araranguá, Blumenau, Brusque, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Palhoça e Timbó. Os imóveis que estão em tratativas para aquisição, localizados nas cidades de Blumenau, Brusque e Canoinhas, possuem ótima qualidade construtiva, são bem localizados, em área central e próximas às Varas de Brusque, Canoinhas e da 1ª e 4ª Varas de Blumenau. As Unidades localizadas em Brusque e Canoinhas estão instaladas em imóveis cedidos pelo Banco do Brasil, em instalações precárias.
- **IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SCMP** - O Sistema de Controle de Materiais e Patrimônio (SCMP), desenvolvido pelo TRT da 24ª Região, será o sistema afeto a área de gestão de materiais e patrimônio, um módulo do Projeto SIGA, a ser implantado em toda a Justiça do Trabalho. Neste Tribunal será implantado em início de 2015. Além de receber o sistema para uso próprio, este Tribunal ainda será multiplicador do sistema para outros TRTs. Atualmente, estão sendo migrados os dados do sistema em uso para o sistema a ser implantado, juntamente com o treinamento e divulgação para os usuários.
- **PLANO DE MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES** - As boas condições de uso e conservação dos imóveis do Tribunal - 39 imóveis (23 imóveis próprios, 11 alugados e 5 sob comodato), que

totalizam em 62.960 m² de área construída – são essenciais para uma prestação jurisdicional de qualidade, garantindo bem estar e conforto àqueles que frequentam diariamente essas instalações. A falta de manutenção adequada em edificações é responsável por anomalias causadoras de danos materiais e, às vezes, pessoais, influenciando diretamente na segurança e bem estar de seus usuários. Recentemente, efetuou-se um levantamento de informações que servirão de base para definição de um plano de manutenção em consonância com as normas ABNT NBR5674 e 14037, contribuindo para a prática sistemática de manutenção preventiva dos imóveis, sua preservação e redução de custos com ações corretivas, que por vezes, representam gastos que poderiam ser evitados.

- **MANUTENÇÃO DAS EDIFICAÇÕES** - Neste exercício, até 12 de dezembro, foram concluídas 4237 solicitações relativas a manutenção das instalações físicas do Tribunal (capital e interior). Estando, o restante das demais solicitações: 9 em análise para deliberações e 58 em andamento de execução.
- **INSTITUIÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO (TCA)** - Por intermédio da Portaria PRESI nº 277/2014, foi instituído o Termo Circunstanciado Administrativo no âmbito deste Regional, que tem por finalidade a apuração do fato por via deste Termo, quando se tratar de extravio ou dano de bem público de pequeno valor, considerado aquele cujo preço de mercado seja igual ou inferior ao limite estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8;666/93 (R\$ 8.000,00).

- **OBRAS TERMINADAS EM 2014:**

- **OCUPAÇÃO DO PRÉDIO DA RIO BRANCO** - Ocorreu a finalização da mudança dos Gabinetes dos Desembargadores, das Secretarias das Turmas (SETUR I, II e III), das Salas de Sessões das Turmas e da Secretaria do Tribunal Pleno (SETRI) para o prédio da Rio Branco com auxílio da equipe do SEROM, do SERGE e do SEMAP.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este Tribunal, pautado em seu Plano Estratégico, vem exercendo as suas atribuições na busca constante de alinhar suas ações aos objetivos e metas delineados, no comprometimento com o cumprimento da Missão da JT-SC: “Realizar justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho”.

Os resultados esperados pelo fortalecimento das ações que integram o Plano Estratégico consistem na integração das iniciativas a fim de evitar a dispersão de recursos e alinhar as ações estratégicas às orçamentárias.

Na esfera das unidades administrativas, o Tribunal deu continuidade aos Programas que já estavam em andamento relacionados à melhoria da qualidade de vida do servidor e instituiu novos. Realizou a expansão do programa de Gestão por Competências e a criação do IST – Índice de Segurança Técnica, indicativo que passou a ser um parâmetro para definição da prioridade de lotação de servidores.

Em 2014 houve a Produção de quase 1.000 notícias, a gravação de 50 entrevistas com personalidades e grandes nomes do mundo jurídico e a produção do documentário “Não é Brinquedo”, lançado durante o Seminário sobre Trabalho Infantil. Lançada uma nova área sobre trabalho infantil no portal do Tribunal.

Foi implantada a Biblioteca Digital do TRT da 12ª Região. Com esta moderna ferramenta magistrados e servidores podem fazer o depósito de monografias e artigos que ficam disponíveis, na íntegra, para consulta pela Internet.

O Tribunal recebeu o Selo ouro na Gestão da Estatística CNJ. Elaborou estudos para dar continuidade à tramitação dos processos de criação de cargos de juiz e funções comissionadas, assim como elaboração de novos estudos para criação de mais cargos de juiz substituto, cargos efetivos de servidores e unidades judiciárias (VT, Gabinetes).

No ano de 2014 foi elaborado o primeiro Plano Diretor de TIC que norteia os investimentos em TIC pelo TRT12 e definido o Plano de Auditoria de Longo Prazo 2014-2017 e do Plano Anual de Auditoria de 2014.

Iniciou-se a elaboração do Planejamento Estratégico Participativo - 2015/2020. Ressaltamos que o Plano Estratégico objetiva garantir a continuidade das ações intergestões, de forma a minimizar a dispersão de recursos materiais, humanos e tecnológicos, alinhando-os aos recursos orçamentários para alcançar a Visão Estratégica da Justiça do Trabalho de Santa Catarina: “Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência na prestação dos serviços e pela credibilidade, até 2014”.

Florianópolis, 13 de março de 2015.

Edson Mendes de Oliveira
Desembargador do Trabalho-Presidente

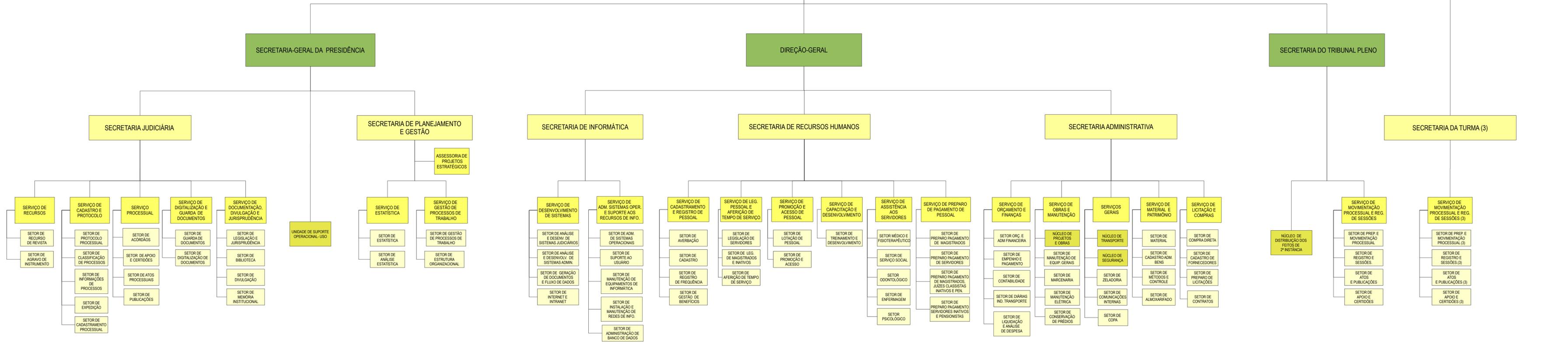
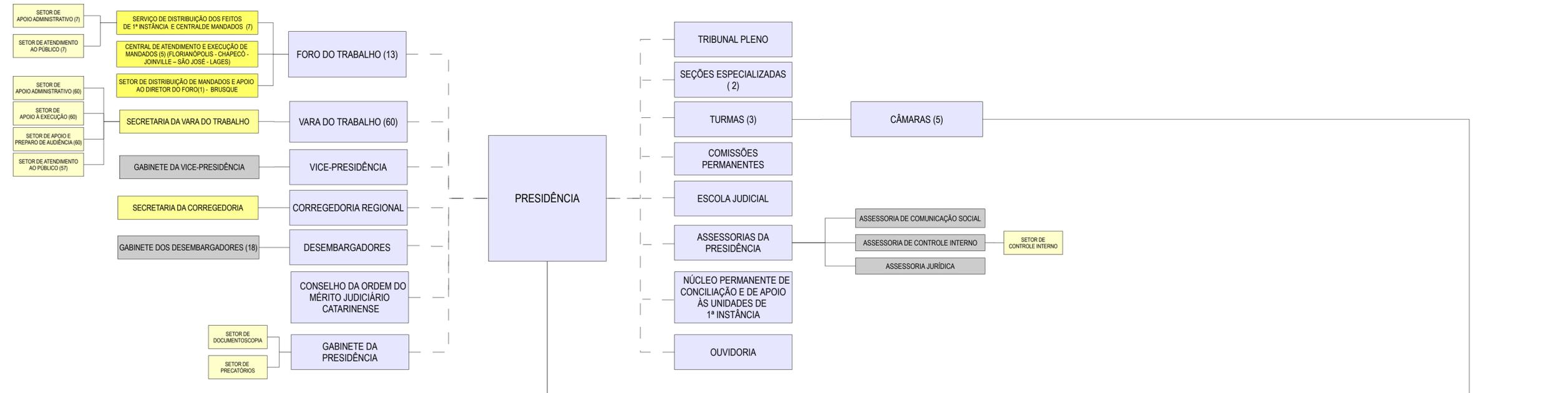
ANEXOS

ANEXO I - Organograma da JT/SC

ANEXO II - Empresas que Recolheram GRU

ANEXO III - Detalhamento dos Contratos Consolidados

**ANEXO I - ORGANOGRAMA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**



ANEXO II - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
PR-7500/2010	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO E TREINAMENTO DO SOFTWARE LIVRE DE SISTEMA DE GESTÃO E APRENDIZAGEM.	MOBILIZA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. EPP - 06.354.649/0001-97	10/09/10	29/02/12	1.236,00	148,32
CDE-866/2010	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E TELE-SUPORTE PARA LICENÇAS COM N°S DE SERIE 296 E 297 DO SOFTWARE ODONTOLÓGICO PRODENT	HARTSYSTEM INFORMÁTICA LTDA - 73.922.171/0001-41	23/10/09	23/10/13	3.244,37	389,32
PR-90/2007	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E SUPORTE PARA GESTÃO DE PROCESSOS	RELATIVA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA. - 81.633.828/0001-89	14/12/07	14/12/12	19.137,03	2.296,44
PRE-4998/2011	FORNECIMENTO DE BANCO DE HORAS DE SUPORTE NA SOLUÇÃO WINDOWS TERMINAL SERVER.	V OFFICE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA-EPP - 05.533.015/0001-39	01/09/11	31/12/12	11.853,82	1.422,46
						4.256,54

ANEXO III - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
PR-2726/2012	PRESTAÇÃO MENSAL DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO AOS RECURSOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO DENTRO DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, RELATIVOS A SUPORTE, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÕES CORRETIVAS, PREVENTIVAS OU PREDITIVAS.	DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - 05.085.461/0001-28	01/10/12	19/09/14	597.886,77	59.918,90
PR-1565/2010	FORNECIMENTO DE UM TÉCNICO, PROGRAMADOR, PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DESENVOLVIDOS COM A FERRAMANTA MICROSOFT VISUAL BASIC 6.0	PD CASE INFORMÁTICA LTDA. - 38.519.484/0001-52	14/12/09	13/12/14	255.600,00	6.659,31
PR-53/2009	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UM PROGRAMADOR PARA PLATAFORMA JAVA/EE5	PD CASE INFORMÁTICA LTDA. - 38.519.484/0001-52	18/08/09	17/08/14	291.612,69	17.764,71
PR-54/2009	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 1 TÉCNICO PROGRAMADOR NA PLATAFORMA DEVELOPER FORMS E REPORTS DA ORACLE.	QUICK SOFT SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - 00.565.447/0001-08	14/08/09	14/04/12	40.441,74	1.530,15
						85.873,07
PRE-6171/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO AOS USUÁRIOS DE INFORMÁTICA.	DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - 05.085.461/0001-28	24/08/11	22/10/12	185.504,96	22.260,60
PR-102/2009	FORNECIMENTO DE SISTEMAS PARA PESQUISA DE CONTEÚDO EM BASES DE DADOS, TREINAMENTO E SUPORTE, IMPLEMENTADO EM APPLIANCE ESPECÍFICO.	E-STORAGE TECNOLOGIA LTDA. - 06.218.551/0001-02	23/11/10	23/11/13	100.583,55	12.070,03
PRE-4371/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA E ESPECIALIZADA EM INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS E NA PLATAFORMA SAP BUSINESS OBJETCS	FIVE ACTS ASSESSORIA, CONSULTORIA, TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA. - 07.536.218/0001-04	10/11/11	09/05/13	167.667,72	20.120,13
PRE-4371/2011	SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA E ESPECIALIZADA NA FERRAMENTA BUSINESS OBJECTS (BO)	FIVE ACTS ASSESSORIA, CONSULTORIA, TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA. - 07.536.218/0001-04	23/08/12	30/11/13	236.780,87	28.413,70

ANEXO III - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
CDE-7/2009	CONTRATO DE MANUTENÇÃO PARA SOLUÇÃO STORAGE IBM FAMÍLIA DS 4000.	IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA - 33.372.251/0001-56	17/04/09	16/04/14	5.553,71	666,45
CDE-4/2009	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DO BANCO DE DADOS ORACLE UTILIZADO PELO TRT/SC	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA - 59.456.277/0001-76	01/04/09	31/03/14	227.573,32	27.308,80
PR-88/2008	RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE ANTIVIRUS	PBI INFORMÁTICA LTDA. - 04.534.084/0001-02	01/12/08	01/12/12	34.790,24	4.174,83
PR-13942/2010	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DOS SISTEMAS EXISTENTES EM PRODUÇÃO.	PD CASE INFORMÁTICA LTDA. - 38.519.484/0001-52	25/04/11	24/04/12	59.189,13	7.102,70
PRE-3772/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, DO TIPO MENTORING, NAS FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO JAVA, JCOMPANY DEVELOPER FRAMEWORK, JBOSS SEAM, DROOLS E JBPM	PRIMA INFORMÁTICA S/S LTDA. - 05.269.844/0001-56	07/07/11	06/07/12	47.094,00	5.651,28
PR-8768/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, VISANDO A MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS EXISTENTES NO TRT DA 12ª REGIÃO, DESENVOLVIDOS NA PLATAFORMA DEVELOPERFORMS E REPORTS 6I E 10G DA ORACLE E LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO PL/SQL	QUICK SOFT SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - 00.565.447/0001-08	16/03/12	15/03/13	131.200,00	15.744,00
PR-10896/2010	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE FÁBRICA DE SOFTWARE, PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS UTILIZANDO AS FERRAMENTAS ORACLE (FORMS E REPORTS).	QUICK SOFT SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - 00.565.447/0001-08	17/12/10	31/07/12	49.260,80	5.911,30

ANEXO III - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
PR-90/2007	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E SUPORTE PARA GESTÃO DE PROCESSOS	RELATIVA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA. - 81.633.828/0001-89	14/12/07	14/12/12	19.137,03	2.296,44
PRE-3075/2011	MANUTENÇÃO DE SERVIDORES DE REDE TIPO " EXECUTADA PELO FABRICANTE"	SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA - 76.366.285/0001-40	02/06/11	01/06/13	6.219,20	746,30
PR-35/2009	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES SERVIDORES DE REDE.	SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA - 76.366.285/0001-40	25/08/09	24/08/13	4.891,20	586,94
PR-44/2008	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE SERVIDORES DE REDE	SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA - 76.366.285/0001-40	31/08/08	31/08/13	4.757,12	570,85
RP-14958/2010	FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÕES PARA SERVIDORES DE APLICAÇÃO JAVA, SUBSCRIÇÕES DE GERENCIAMENTO DE WEBSITES E SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP - 26.990.812/0001-15	19/01/11	18/01/13	78.000,00	9.360,00
PRE-5941/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CORE E BORDA DE REDE E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E TREINAMENTO	TELTEC NETWORKS LTDA - 04.892.991/0001-15	18/04/12	17/10/12	7.232,50	867,90
RP-9366/2011	CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO NOS CONCEITOS DE GERÊNCIA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PRECONIZADOS PELO MODELO DE REFERÊNCIA ITIL (INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY), POR MEIO DA APLICAÇÃO DO TREINAMENTO ITIL FOUNDATIONS V3, MEDIANTE ADESÃO, COMO PARTICIPANTE, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE Nº 049/2010-A DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2010 DO TRT DA 23ª REGIÃO	VOYAGER BUSINESS TECHNOLOGY LTDA. - 04.528.676/0001-03	07/11/11	06/11/12	13.070,16	1.568,42
CD-869/2010	AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO PARA ATÉ 05(CINCO) ESTAÇÕES DE TRABALHO DO SIABI - SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS.	W J SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - 05.116.014/0001-99	17/12/07	17/12/12	7.855,10	942,61
					132.032,65	

ANEXO III - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
CD-3326/2011	MANUTENÇÃO PARA DOIS NO BREAKS MARCA APC.	AMERICAN POWER CONVERSION BRASIL LTDA. - 02.747.702/0002-40	15/06/11	14/06/14	25.815,36	3.097,84
CDE-14/2009	SUORTE TÉCNICO DA PROTOCOLADORA DIGITAL PARA DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	BRY TECNOLOGIA S/A - 04.441.528/0001-57	09/12/09	09/12/14	15.480,00	1.857,60
PR-39/2009	FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO NA AREA DE SAUDE	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - 07.171.299/0001-96	24/06/09	24/06/14	72.251,24	8.670,15
RP-5746/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DO NOVO SISTEMA PJE, COM INTERFACE WEB EM JAVA/EE5.	INFOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - 15.123.946/0001-12	04/07/11	03/01/15	205.940,76	24.712,89
CD-8665/2011	AQUISIÇÃO DE DIREITO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE TÉCNICO DIÁRIO DE OBRA ELETRÔNICO	OBRA24HORAS SOLUÇÕES WEB PARA ENGENHARIA LTDA - 04.305.110/0001-12	03/10/11	02/10/14	14.952,75	1.794,33
PRE-6993/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PÚBLICA PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA (SECAD) DO TRT12/SC	POLIGRAPH SISTEMAS E REPRESENTACOES LTDA - 85.200.665/0001-00	06/12/11	05/06/14	1.717.633,50	206.116,02
PR-11463/2010	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE BENS PATRIMONIAIS	POLIGRAPH SISTEMAS E REPRESENTACOES LTDA - 85.200.665/0001-00	30/11/10	29/05/14	158.050,36	18.966,04
PR-1598/2010	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A FERRAMENTA DE BACKUP TSM	POWERSOLUTIONS INFORMÁTICA LTDA - 00.783.093/0001-78	07/01/10	06/01/15	137.839,68	16.540,76
PRE-4341/2011	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE ESPECIALIZADO E SERVIÇO MENSAL DE MONITORAMENTO REMOTO PARA BANCO DE DADOS ORACLE	QUICK SOFT SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - 00.565.447/0001-08	18/07/11	17/07/14	369.933,52	44.392,02
CDE-1618/2011	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CONSULTA AOS SISTEMAS CPF/CNPJ DA CONTRATADA.	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - 33.683.111/0001-07	13/03/11	12/03/15	150.971,23	18.116,55
					344.264,21	

ANEXO III - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
PRE-11954/2012	LICENÇA DE ORACLE DATABASE STANDARD EDITIO ONE, POR PROCESSADOR, PERPÉTUA, NA SUA VERSÃO MAIS RECENTE COM GARANTIA E SUPORTE DE NO MÍNIMO 3 ANOS	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA. - 81.627.838/0005-35	26/02/14	25/02/15	226.475,10	27.177,01
PRE-11954/2012	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE BANCO DE DADOS ORACLE	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA. - 81.627.838/0005-35	20/05/13	19/05/14	339.712,65	40.765,52
PRE-11954/2012	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE BANCO DE DADOS ORACLE	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA. - 81.627.838/0005-35	20/05/13	19/05/14	449.045,40	53.885,45
PRE-7694/2012	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS	ADDED COMPUTER & TELEPHONY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - 03.989.599/0001-26	19/12/12	18/12/13	168.600,00	20.232,00
PRE-1469/2014	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS TIPO STORAGE.	COMPWIRE INFORMÁTICA S/A. - 01.181.242/0002-72	28/04/14	27/04/15	32.000,00	3.840,00
PRE-6944/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PLATAFORMA DEVELOPER FORMS E REPORTS 6I E 10G DA ORACLE E LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO PL/SQL	DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - 05.085.461/0001-28	12/09/13	11/09/14	450,00	54,00
PRE-11209/2013	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DOS SOFTWARES SAP BUSINESS OBJECTS	FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMÁTICA LTDA - 05.276.049/0001-95	24/01/14	23/01/15	2.166,00	147,29
PRE-12381/2012	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DOS SOFTWARES SAP BUSINESSOBJETCS.	FIVE ACTS ASSESSORIA, CONSULTORIA, TREINAMENTO EM INFORMÁTICA LTDA. - 07.536.218/0001-04	24/01/13	23/01/14	58.330,80	6.999,70
PRE-11278/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM BUSINESS INTELLIGENCE E NA PLATAFORMA SAP BUSINESS OBJECTS.	GROWXI GESTÃO DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA LTDA - 07.811.050/0001-06	03/12/13	02/12/14	2.635,00	316,20
CD-14311/2012	SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO SOFTWARE MOODLE.	OBIZ TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME - 10.739.653/0001-40	01/02/13	22/04/14	6.100,00	732,00

ANEXO III - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
CD-11221/2012	SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARES E SUPORTE DOS PRODUTOS ORACLE	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA - 59.456.277/0001-76	09/11/12	08/11/14	14.557,76	1.746,93
PRE-7364/2013	SERVIÇOS TÉCNICOS DO TIPO MENTORING EM TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO JAVA.	PD CASE INFORMÁTICA LTDA. - 38.519.484/0001-52	12/09/13	11/09/14	250,00	30,00
PRE-5420/2012	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE SISTEMAS EM PRODUÇÃO	PD CASE INFORMÁTICA LTDA. - 38.519.484/0001-52	28/08/12	31/05/14	723.998,73	86.879,85
PRE-6993/2011	AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO, INCLUÍDO ADEQUAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PÚBLICA PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA DO TRT 12ª REGIÃO	POLIGRAPH SISTEMAS E REPRESENTACOES LTDA - 85.200.665/0001-00	06/09/12	05/03/14	520.750,00	62.490,00
PRE-10733/2013	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMAS OPERACIONAIS.	POWERSOLUTIONS INFORMÁTICA LTDA - 00.783.093/0001-78	25/11/13	24/11/14	199,00	23,88
PRE-10674/2013	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO EM TSM	POWERSOLUTIONS INFORMÁTICA LTDA - 00.783.093/0001-78	25/11/13	24/11/14	320,00	38,40
CD-9362/2012	AUTUALIZAÇÃO DE VERSÃO DE SOFTWARES PRODIMAGE PROFESSIONAL E VIEWER NET	PRODIMAGE TECNOLOGIA EM DOCUMENTAÇÃO DIGITAL LTDA. EPP - 04.992.498/0001-77	30/11/12	29/05/14	24.758,70	2.971,04
PR-8768/2011	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, VISANDO A MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS EXISTENTES NO TRT DA 12ª REGIÃO, DESENVOLVIDOS NA PLATAFORMA DEVELOPERFORMS E REPORTS 6I E 10G DA ORACLE E LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO PL/SQL.	QUICK SOFT SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - 00.565.447/0001-08	05/12/12	04/12/13	65.584,24	7.870,11
PRE-4919/2013	AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA E GESTÃO DE FROTAS	SENIOR SISTEMAS S.A. - 80.680.093/0001-81	05/07/13	04/07/14	175.800,00	21.096,00

ANEXO III - Relação de contratos em que houve ressarcimento/recolhimento dos valores apurados com a desoneração

Processo	Objeto	Fornecedor	Início	Fim	Valor já Pago	Valor apurado
RP-14256/2012	SERVIÇO DE ACESSO A SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM	SPREAD TELEINFORMÁTICA LTDA. - 52.845.203/0001-82	16/01/13	15/07/16	17.314,00	2.077,68
PRE-7871/2013	CONTRATAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO EM BANCO DE DADOS POSTGRESQL.	TLD TELEDATA TECNOLOGIA EM CONECTIVIDADE LTDA - 80.043.904/0001-33	27/11/13	26/11/14	350,00	42,00
RP-7343/2012	AQUISIÇÃO DE SUBSISTEMA AUTOMATIZADO DE BACKUP COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO	UNITECH RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - 32.578.387/0001-54	04/09/12	03/03/13	153.699,00	18.443,88
PRE-9506/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA NOBREAK	VIGA NETSTORE LTDA. EPP - 03.942.659/0001-55	06/12/13	05/12/14	2.280,00	273,60
CD-11211/2012	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO AO SIABI - SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	W J SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - 05.116.014/0001-99	08/01/13	07/01/15	625,72	75,09
					358.207,62	
PRE-171/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS LOCALIZADAS FORA DA CAPITAL.	DSD ENGENHARIA LTDA. - 01.837.998/0001-46	18/04/13	17/04/15	342.919,80	41.150,38
PRE-4358/2013	MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA, SOB DEMANDA, PARA AS UNIDADES JUDICIÁRIAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.	DSD ENGENHARIA LTDA. - 01.837.998/0001-46	03/07/13	02/07/15	430.207,00	51.624,84
					92.775,22	